



A HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO NO ESTADO DO AMAZONAS

Iana Cavalcante de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo
Junior

Rio de Janeiro
Maio de 2011

A HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE FIGUEIREDO NO ESTADO DO AMAZONAS

Iana Cavalcante de Oliveira

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO
ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE
ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Junior, D.Sc.

Prof. Samuel Jurkiewicz, D.Sc.

Prof^a. Elizabeth Tunes, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

MAIO DE 2011

Oliveira, Iana Cavalcante de

A hierarquização dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas/ Iana Cavalcante de Oliveira. – Rio de Janeiro: UFRJ/ COPPE, 2011.

XIII, 117p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Júnior

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2011.

Referências Bibliográficas: p. 97 - 116

1. Planejamento turístico. 2. Hierarquização. 3. Atrativos naturais. I. Bartholo Júnior, Roberto dos Santos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título

**À Yolanda Cavalcante de
Oliveira**, mulher forte, sempre a
frente de seu tempo.

Dedico

Todos cantam a sua terra
também vou cantar a minha.

Casimiro de Abreu

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo milagre da vida e por abençoar o meu caminhar a cada dia.

Aos meus pais Iomar e Yolanda Cavalcante de Oliveira exemplos de vida e determinação, por estarem sempre ao meu lado. É a vocês que devo tudo que sou e tudo que tenho.

Às minhas irmãs Iolandinha e Ilnah e meus sobrinhos lindos Louise, Luiz Guilherme Marina e João Neto.

À Geraldo Harb pela dedicação e incessante apoio e estímulo em todos os momentos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Roberto dos Santos Bartholo Junior, exemplo de dedicação à Academia, fonte de conhecimento e inspiração para aqueles que dão os primeiros passos no árduo caminho da pesquisa.

Ao coordenador do Minter em Engenharia de Produção Professor Doutor Francisco Duarte.

Ao corpo docente do Curso de Mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo padrão de excelência.

À Escola Superior de Tecnologia da UEA, pela oportunidade.

Aos colegas de mestrado, em especial a Luciana Sarah Jacob Nogueira (Lulu), sem ela a dupla caipira não poderia estrear.

A cidade de Presidente Figueiredo, representada pelo Secretário Municipal de Turismo, Sr. Antonio Teixeira Pacheco.

À Juliane e todos os guias da Associação de Guias de Presidente Figueiredo.

As comunidades pelas entrevistas.

Agradeço o carinho de minhas queridas amigas Ana Rosa, Regina e Romilianne, que tem compartilhado comigo minha própria vida fazendo-me companhia ao longo do caminho.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

A HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO NO ESTADO DO AMAZONAS

Iana Cavalcante de Oliveira

Maio/ 2011

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Programa: Engenharia da Produção

O presente trabalho teve como objetivo geral hierarquizar os atrativos naturais no Município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas. Com efeito, procurou-se identificar os atrativos naturais do município, descrever a infra-estrutura (básica e turística) e classificar e valorar atrativos. A pesquisa constituiu-se da elaboração de uma matriz de avaliação objetivando a valoração dos atrativos naturais da região e uma entrevista semi-estruturada com líderes comunitários locais. Constatou-se que o município possui 64 atrativos naturais já catalogados. O estudo revela que dos itens avaliados na matriz de hierarquização apenas 10 apresentam valoração alta, ou seja, atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)



NATURAL ATTRACTIONS RANKING OF PRESIDENT FIGUEIREDO IN
THE AMAZON STATE

Iana Cavalcante de Oliveira

May/ 2011

Advisors: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Department: Production Engineering

This study aimed to prioritize the natural attractions in at Presidente Figueiredo in the Amazon State. Indeed, attempts to identify the natural attractions of the city, describing the infrastructure (basic and touristic) and sort and value attractions. The research consisted of developing a matrix to evaluate the natural attractions of the region and a semi-structured interviews with local community leaders. It was found that the city has 64 natural attractions have cataloged. The study reveals that the evaluated items in the array of ranking only 10 have high valuation, or exceptional tourist attraction and of great interest, with significance for the international tourism market, can, by itself, motivate major streams of visitors, current and potential.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Sobre a gênese do turismo e a metamorfose de suas modalidades	6
2.1 A história das viagens e o surgimento do turismo	6
2.2 O turismo e as comunidades receptoras	14
2.3 Planejamento da atividade turística	20
2.4 Sobre a imagem dos destinos turísticos	26
2.5 Sobre o turismo de base comunitária	29
2.6 Hierarquização dos atrativos turísticos	38
3. Contextualizando a Amazônia brasileira e o município de Presidente Figueiredo	42
3.1 Breve panorama histórico da região amazônica	42
3.2 Alguns indicadores	46
3.2.1 Indicadores do município de Presidente Figueiredo	50
4. Métodos e técnicas de pesquisa	62
4.1 Natureza e características da pesquisa e seus métodos.....	62
4.2 Os levantamentos preliminares	64
4.3 Coleta de dados	66
5. Análises e discussões.....	70
5.1 Potencial de atratividade.....	70
5.2 Grau de uso atual.....	73
5.3 Grau de representatividade dos atrativos.....	74
5.4 Apoio comunitário	76
5.5 Estados de conservação dos atrativos	78
5.6 Infraestrutura dos atrativos	79
5.7 Acesso aos atrativos	81
5.8 Hierarquização final dos atrativos naturais pela pesquisa quantitativa	83
5.9 Análise qualitativa dos depoimentos dos entrevistados	92

6. Conclusões e recomendações	94
Referências	98
Apêndice	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do município de Presidente Figueiredo	2
Figura 2 Planejando o <i>grand tour</i>	10
Figura 3 Inter-relação entre a prática turística.....	18
Figura 4 O sistema circular do planejamento	22
Figura 5 Bacia Amazônica	47
Figura 6 Estimativas das populações residentes na região norte do Brasil	48
Figura 7 Áreas legalmente protegidas da Amazônia Legal em 2010.....	49
Figura 8 Desmatamento de agosto de 2009 a outubro de 2010 na Amazônia Legal	50
Figura 9 Mapa da localização do município de Presidente Figueiredo.....	52
Figura 10 Evolução da população do município de Presidente Figueiredo no período de 2000 a 2009.	53
Figura 11 Localização do lixão municipal	55
Figura 12 Evolução do PIB per capita do município de Presidente Figueiredo no período de 2002 a 2009	56
Figura 13 Potencial de atratividade	66
Figura 14 Outras hierarquias que contribuirão na diferenciação das características de cada atrativo.....	68
Figura 15 Caverna do Maroaga	86
Figura 16 Cachoeira do Santuário	87
Figura 17 Cachoeira dentro do balneário Água Viva.....	87
Figura 18 Cachoeira Berro D´água.....	88
Figura 19 Cachoeira Salto do Ipy	89
Figura 20 Cachoeira da Porteira	89
Figura 21 Cachoeira da Onça	90
Figura 22 Cachoeira dos Pássaros	90
Figura 23 Cachoeira da Maroca	91
Figura 24 Cachoeira da Neblina	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Desmatamento da região Norte entre os meses de agosto a novembro de 2010.....	1
Tabela 2 - Relação de algumas RPPNs no município de Presidente Figueiredo	3
Tabela 3 - Casos de sucesso de turismo de base comunitária no Brasil.....	31
Tabela 4 - Classificação dos atrativos turísticos.....	39
Tabela 5 - Meios de hospedagem no município de Presidente Figueiredo	57
Tabela 6 - Infraestrutura alimentícia do município de Presidente Figueiredo	58
Tabela 7 - Associações de moradores no Município de Presidente Figueiredo	60
Tabela 8 - Relação dos atrativos naturais de Presidente Figueiredo	64
Tabela 9 - Potencial de atratividade dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.....	72
Tabela 10 - Grau de uso atual dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo .	74
Tabela 11 - Grau de representatividade dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.....	76
Tabela 12 - Apoio local e comunitário aos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.....	77
Tabela 13 - Estado de conservação dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.....	79
Tabela 14 - Infraestruturra dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.	80
Tabela 15 - Acesso aos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.....	82
Tabela 16 - Ranking geral dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo	84

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

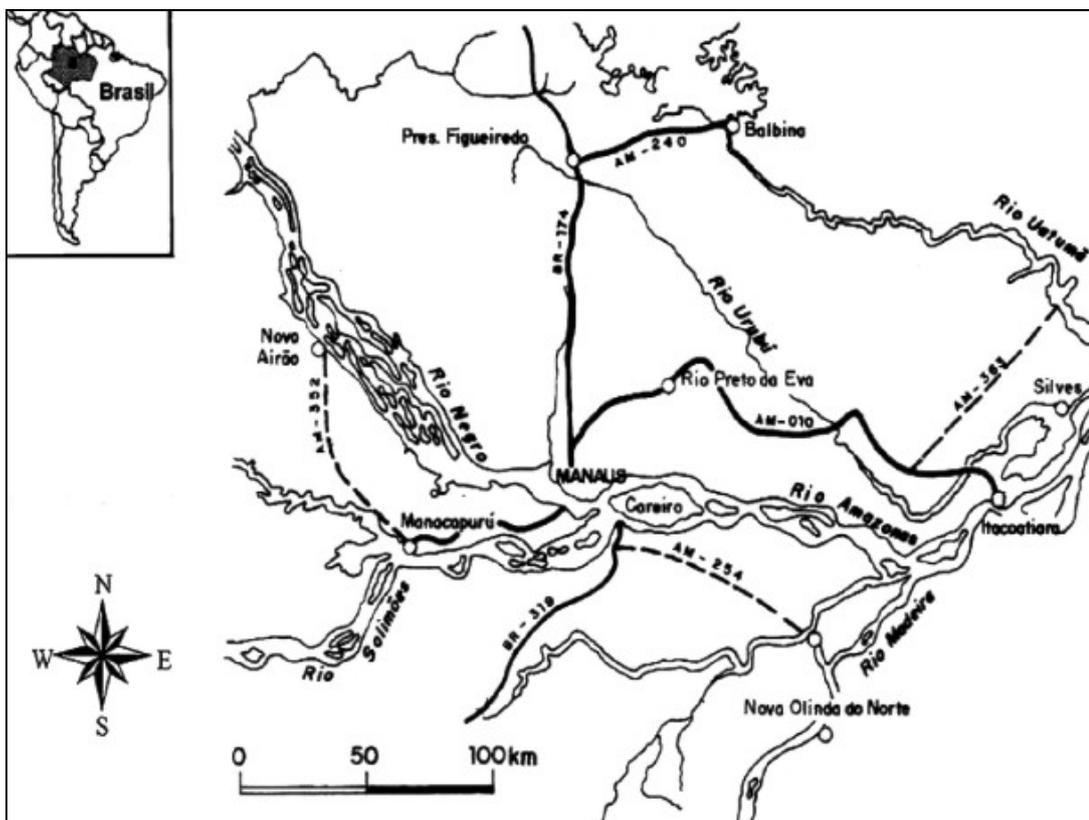
No mercado turístico em geral, as vantagens comparativas são fortemente determinadas pela diversidade de características dos destinos. Dispor de um elenco variado de atrativos turísticos favorece o desenvolvimento do setor. O mercado turístico brasileiro apresenta significativa diversidade de destinos. Dentro desse contexto, o Estado do Amazonas é um destino que exerce certo fascínio sobre o imaginário dos turistas, ainda que seu padrão de desenvolvimento turístico ainda seja incipiente. No contexto da região amazônica, o Amazonas apresenta um dos menores índices de desmatamento, conforme mostra a tabela 1. A promoção do turismo, articulada a uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que salvasse e afirme os interesses das populações nativas, configura-se como um grande desafio tanto para o poder público como para a iniciativa privada.

Tabela 1 – Desmatamento da região Norte entre os meses de agosto a novembro de 2010.

Estado	Desmatamento entre agosto 2010 a novembro de 2010 (correspondendo aos quatro primeiros meses do calendário oficial de medição do desmatamento)
Acre	2 km ²
Amapá	--
Amazonas	3 km ²
Mato Grosso	25 km ²
Pará	19 km ²
Rondônia	13 km ²
Roraima	3 km ²
Tocantins	--

Fonte: Hayashi *et al.* (2010, p.3)

O município de Presidente Figueiredo, situado a cerca de 100 km ao norte da cidade de Manaus no Estado do Amazonas, de acordo com a figura 1, é um destino com importante potencial turístico, consideradas suas características tais como presença de sítios arqueológicos com inscrições rupestres, cavernas, grutas, lagos, igarapés, cachoeiras, corredeiras e locais propícios para a prática de canoagem, trilhas contemplativas e *birdwatching*.



Fonte: Chagas et al (2006, p.188).

Figura 1 – Localização do município de Presidente Figueiredo.

O município possui algumas áreas de proteção ambiental, com destaque para a APA Urubuí, criada pela Lei n.º 328/97 com uma área total de 36.600 ha, compreendendo uma faixa de floresta que vai do início da cidade no km 100 até o km 122 da BR-174. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, 2000), e áreas turísticas que se encontram em propriedades

particulares como algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs elencadas na tabela 2.

Tabela 2 – Relação de algumas RPPNs no município de Presidente Figueiredo.

NOME DA RESERVA	PROPRIETÁRIO	BIOMA	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (ha.)
Cachoeira da Onça	Rede Amazônica	Mata Atlântica	BR 174 km 107	66
Estância Rivas	Almir Farias Rivas	Floresta Amazônica	BR 174 km 113	100
Fazenda Betel	Amazonas Emp. Urbanos LTDA	Floresta Amazônica	AM-240 km	67,50
Morada do Sol e da Lua	Lucelisy Silva Borges	Floresta Amazônica	BR 174 km 111	7,00
Reserva Adão e Eva	Sheyla Bartolotti Ravetutti	Floresta Amazônica	AM 240 km 54	27,35
Reserva Quatro Elementos	Marilene Silva Borges	Mata Atlântica	BR 174 km 113	20
Reserva dos Arqueiros	Marilene Silva Borges	Mata Atlântica	BR 174 km 114	25
Reserva Sol Nascente	Marilene Silva Borges	Mata Atlântica	BR 174 km 114	20
Santuário Ecológico	José Adalberto Marinho	Floresta Amazônica	AM 240 km 12	60
Sítio Bela Vista	Aluízio Valério de Miranda	Floresta Amazônica	BR 174 km 110	63

Fonte: Prefeitura de Presidente Figueiredo - Departamento de Recursos Naturais (2009).

A marcante diversidade de atributos permite a realização de um amplo espectro de modalidades turísticas. O planejamento adequado e a identificação de prioridades se tornam uma questão política de primeira ordem neste contexto. O desenvolvimento de um turismo responsável e sustentável no contexto amazônico requer a compreensão dos impactos que envolvem as práticas turísticas e um amplo diálogo com os atores locais. Urge, outrossim, que essa compreensão e esse diálogo devam estar articulados com um esforço de implementação de uma ação planejada. Isso implica, no

caso específico do município de Presidente Figueiredo, a identificação dos atrativos existentes na região, seu mapeamento e sua hierarquização, com base na elaboração de uma *matriz de avaliação*.

Dividido em cinco capítulos, esta dissertação objetiva ser um instrumento fecundo para a execução de esforços de ordenação e orientação das ações do planejamento turístico.

No primeiro, emergem considerações introdutórias apresentando justificativas da relevância da pesquisa, caracterizando a situação-problema estudada e apresentando os objetivos da dissertação. No segundo, é apresentada, sinteticamente, a teoria que embasa o trabalho, tanto no que se refere à história das viagens e do turismo, como também ao planejamento turístico e ao turismo de base comunitária em particular. No terceiro, é apresentado um quadro descritivo do município de Presidente Figueiredo. No quarto, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. No quinto, são discutidos os resultados da pesquisa. No sexto, são feitas as conclusões e recomendações.

Nesta dissertação considera-se que a implantação de um pólo turístico no município de Presidente Figueiredo requer um esforço de planejamento turístico, apoiado na identificação de recursos e mensuração de atrativos. Questão chave aqui é: **Qual é a valoração dos atrativos do Município de Presidente Figueiredo?** Supondo que os recursos naturais de Presidente Figueiredo possuam elevada valoração para a criação de um pólo turístico no estado do Amazonas, seria lícito, então, supor que essa valoração possa impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região.

Esta proposição se justifica na consideração de que o estado do Amazonas, por suas riquezas naturais e diversidade de fauna e flora, possui potencial para o desenvolvimento sustentado do turismo. O município de Presidente Figueiredo, neste contexto, pode tornar-se importante polo turístico receptivo para o estado do Amazonas. Mas isto requer um esforço de planejamento turístico, que inclui o levantamento de um inventário e uma análise dos recursos, bem como a mensuração de suas potencialidades e a hierarquização de seus atrativos. Assim, classificar e valorar os atrativos turísticos representam um importante passo, uma requisito estratégico, como evidenciam casos amplamente estudados na literatura, tais como os de Orlando (EUA) e Dubai (Emirados Árabes). Infelizmente, o Amazonas ainda carece de um planejamento turístico regional que leve em consideração as especificidades de cada município. Esta dissertação pretende contribuir com essa discussão, tendo como objetivos hierarquizar os atrativos naturais no município de Presidente Figueiredo no estado do Amazonas, identificar e mapear recursos turísticos, descrever a infra-estrutura (básica e turística), classificar e valorar atrativos.

CAPÍTULO 2

SOBRE A GÊNESE DO TURISMO E A METAMORFOSE DE SUAS MODALIDADES

2.1 A história das viagens e o surgimento do turismo

A necessidade de locomoção é inerente à condição humana. Desde os tempos pré-históricos, observam-se movimentos migratórios motivados pela busca de alimentos e abrigo (BARBOSA, 2002). Barretto (2003) e Yasoshima e Oliveira (2002) acreditam que fenícios e sumérios foram os primeiros *viajantes*. As viagens ganharam forte impulso com a invenção da roda, o estabelecimento do comércio e o uso da moeda.

Mas o turismo é um acontecimento relativamente tardio na história da humanidade.

Segundo Dias (2005), Barretto (2003), Yasoshima e Oliveira (2002) e Matias (2002), os primórdios do turismo se associam aos Jogos Olímpicos (iniciados em 776 a.C.), ocasião em que milhares de gregos se reuniam na cidade de Olímpia para assistir aos cinco dias de jogos em honra de Zeus. Essas viagens foram intensificadas com a descoberta de propriedades curativas das águas minerais, na cidade de Epidauro. Rejowski (2002) aponta que os visitantes pernoitavam em teatros e estádios ou contavam com os *próxenos* - pessoas designadas pelo Estado para acolher e ajudar os estrangeiros não só durante sua estadia, mas também no seu regresso.

A localização litorânea das cidades gregas facilitavam o deslocamento de pessoas e produtos. Os viajantes gregos marcaram suas estadias em vários pontos de visitação. Exemplo disso são as gravações e inscrições feitas no pedestal do *Colosso de Memnon*, duas estátuas do faraó Amen-hotep III, localizadas na antiga cidade de Tebas, no Egito. Como aponta Cunha (2000), entre os anos de 160 e 180 a.C, o sofista grego Pausânias escreveu dez livros com descrições detalhadas dos atrativos e monumentos da Grécia.

No Império Romano, o padrão de viagens era bastante amplo. Geralmente, as viagens romanas eram voltadas para o prazer e para a cultura da elite, como atestam pinturas, azulejos e vasos de época. Acerenza (2002) assevera que era comuníssima, durante o apogeu do Império Romano, nos meses de verão, a busca por lugares à beira mar, por santuários, templos, festivais e estâncias termais, onde os estrangeiros eram recebidos e protegidos pelos *amphytrions*.

De Masi (2003) comenta que, em Roma no século I a.C, existiam 170 estâncias termais, número que saltou para a casa do milhar no século IV a.C. As termas romanas possuíam uma infraestrutura composta por banheiros, piscinas, farmácias, alamedas, terraços e ambientes para jogos. Por uma pequena moeda de cobre qualquer cidadão romano podia usufruir de tais equipamentos (GIBBON, 2001).

Fatores determinantes para o apogeu das viagens nessa época foram a extensão das terras do Império, a aceitação da moeda romana, as pontes, os viadutos e as estradas. Para Ignarra (2003), Barretto (2003) e Urry (2001) a construção de estradas entre o século II a.C e II d.C foi fator decisivo.

Ignarra (2003, p.3) explica que os romanos,

chegavam a viajar cerca de 150 km por dia fazendo troca periódica dos cavalos que puxam carroças. Ao longo das vias de circulação eram montados posto de trocas de animais, o que permitia vencer grandes distâncias em tempos relativamente curtos [...]

Souza (2008) e Lage e Milone (2000) apontam que as estradas romanas, feitas de laje, brita e pedras, foram depredadas, em grande parte, pelos bárbaros após a queda do Império. Neste período, viajar tornara-se sinônimo de perigo, por isso, em regra, somente os mais corajosos o faziam. (ACERENZA, 2002). Apesar disso, essas estradas foram utilizadas pelos peregrinos medievais que rumavam para a Terra Santa. Martin (2009) aponta que uma caravana conduzindo peregrinos da Itália até Jerusalém podia levar até nove meses. Além de enfrentar o risco de várias baixas durante a viagem, o peregrino não podia escolher nem o roteiro e nem a duração.

No caso da Idade Média e após a Reforma diminuíram as peregrinações no contexto europeu, ainda que as viagens voltassem a ser relativamente seguras. Com a Renascença o interesse das pessoas focou-se no conhecimento e no aprendizado.

Rejowski (2002) aponta que, durante os séculos XI e XVI, ocorreu um *boom* no que tange às viagens marítimas, fator associado aos grandes descobrimentos. Para Silva (2006) a expansão marítima, iniciada pelos portugueses e espanhóis no século XV, é um marco para o turismo, melhorando o transporte e impulsionando o segmento naval. Ignarra (2003, p.5) aponta que essas viagens “levavam centenas de pessoas e duravam vários meses, teriam sido as precursoras dos grandes cruzeiros marítimos”.

Carmo (2006) enfatiza que o homem sempre se deslocou de um lugar para outro, e que viagem e turismo não são sinônimos. Ouriques (2003, p.3), por

sua vez, afirma que “[...] o homem sempre viajou, mas só muito recentemente começou a fazer turismo”.

Fernandez e Haulot (1997) apontam a possibilidade de a palavra *tur* ter origem hebreia que significa viagem de descoberta e exploração, enfatizada pela passagem bíblica em Êxodo que indica Moisés mandando algumas pessoas à cidade Canaã para informá-lo das condições demográficas e agrícolas da região. Segundo Pereira e Boehm (2006), Oliveira (2005), Rose (2002), Barbosa (2002) e Rauch (2001) a palavra turismo possui origem da expressão *tourism* derivada do francês *tourisme*, do latim *tornare* e do grego *tornos* que significa viagem em circuito, sendo utilizada pela primeira vez em 1760 pela aristocracia inglesa para designar as viagens feitas no próprio continente europeu chamado *petit tour* e *grand tour*, visando explorar, descobrir e aprender com novas culturas. Oliveira (2005) e Salgueiro (2002) esclarecem que o *petit tour* consistia em uma viagem de ida e volta de Paris ao Vale do Loire e o *grand tour* estendia-se pela França, Suíça e Itália. Começa, então, o que Pires (2002) chama de turismo neoclássico. Sobre o *grand tour*, Urry (2001, p.19) destaca que esse grupo de viagem,

já estava firmemente estruturado no final do século XVII e atendia os filhos da aristocracia e da pequena fidalguia e, no final do século XVIII, os filhos da classe média profissional. Ao longo desse período, 1600 e 1800, os estudos sobre as viagens iam desde uma ênfase escolástica no turismo enquanto oportunidade para um discurso até o conceito de viagem como observação de um testemunho ocular.

Segundo Pérez (2009) a prática social do *grand tour* era constitutiva da educação da classe alta européia. Era realizada em zonas rurais como preparação para trabalhos na política, na diplomacia ou no mundo dos negócios e amplamente estimulada pela corte inglesa do período elisabetano

(DI RONÁ, 2002). Segundo Souza (2008) tais viagens duravam de seis meses a dois anos e eram custeadas pela Coroa Inglesa.

Um dos destinos preferidos pelos jovens ingleses era a Itália, segundo Visino *apud* Merlotti (2007) durante esse período, a Universidade de Pádua atingiu o quantitativo de seis mil alunos estrangeiros matriculados em diversos cursos. É possível observar em uma pintura a óleo de 1890 do alemão Emil Brack, chamada de *planning the grand tour*, um mapa da Itália sobre a mesa (LUZZI, 2010; CASTROGIOVANNI E PIMENTEL, 2010).



Fonte: Luzzi (2010, p. 20).

Figura 2 – Planejando o *grand tour*.

O *grand tourist* viajava a pé, em lombos de animais, em carroças ou até mesmo em liteiras (tipo de cadeira aberta suportada por duas barras laterais e levada por dois liteireiros — quem conduzia ou guiava). Utilizava também, cavalos e mulas para o transporte das bagagens (SMOLLETT, 1997). No ano

de 1789, essa prática de viagem pedagógica é interrompida pela Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas.

No começo do século XVIII, o *grand tour* entra em declínio dando lugar a outros tipos de viagens voltadas a profissionais e empresários que buscavam conhecimento e informação (DIAS, 2003). Na mesma época, começa o turismo de estada, o que os autores como Paixão (2005) e Rejowski (2002), denominam de montanhismo, termalismo e cassinismo.

Durante o período conhecido por montanhismo no século XVIII, segundo Boyer (2003), as montanhas, tradicionalmente tidas como lugar perigoso povoado por demônios e criaturas malignas, sofrem radical revalorização, e passam a ser consideradas lugares sublimes. As classes médias burguesas começam a construção de casas nos Alpes Suíços e Pirineus, a criação de clubes alpinos e o desenvolvimento de diversos esportes de inverno.

O ressurgimento do termalismo tornou, segundo Boyer (2003), a cidade de Bath, na Inglaterra, um destino extremamente procurado em virtude das duchas, dos banhos e das bebidas atestadas pelos médicos da época. Nesse período, Rejowski (2002) aponta fenômeno análogo em cidades como Spa (Bélgica), Vichy (França), Marienbad (República Tcheca) e Baden Baden (Alemanha), que eram os balneários mais visitados no século XIX. O tratamento hidroterápico durava em média vinte e um dias, sendo, comumente, indicado pelos médicos da época para curar um grande número de enfermidades (MOURÃO, 1997).

Os tratamentos eram acompanhados por divertimentos, especialmente jogos de azar, surgindo assim os primeiros cassinos. O jogo, nas estâncias termais, passa de atividade coadjuvante à principal. Tem início o que se

denominou de *cassinismo*, associado a grandes investimentos em infraestrutura e contratação de profissionais qualificados (PAIXÃO, 2005). Acerenza (2002) afirma que no ano de 1872 o principado de Mônaco recebeu mais de 10 mil pessoas atraídas pelos cassinos.

A procura pelas estâncias termais foi aos poucos sendo substituída pelas estações balneárias marítimas, motivadas por novas práticas terapêuticas recomendadas pelos médicos da época, a *talassoterapia*, apoiada nas águas salgadas e geladas para tratamento de variada gama de enfermidades (REJOWSKI, 2002; MOURÃO, 1997; CORBIN, 1991). Nessa época, destacaram-se as praias de Brighton, na Inglaterra, San Sebastian, na Espanha, Biarritz na França, Cascais e Estoril em Portugal que serviam de palco para os passeios à beira mar, inclusive os noturnos. Tem início a prática do veraneio ou *vilegiatura*, associada, segundo Pereira (2006) e Dantas (2002), ao estabelecimento temporário de outra casa ou domicílio que não o do cotidiano.

As conquistas sociais e as férias anuais remuneradas dos trabalhadores industriais contribuíram de forma decisiva para o aumento e consolidação da atividade turística. Mas foi na sociedade pós-industrial que o turismo se desenvolveu em plenitude. As novas tecnologias permitem que o turismo se afirme como uma atividade prazerosa que ajuda o homem, no seu tempo livre, a fugir do cotidiano (LEAL, 2009).

Para Mendonça (2004) e Figueiredo (1999) foi a partir da década de 1950 que turismo passou a ter um status de uma das atividades econômicas mais importantes competindo apenas com a indústria petrolífera e bélica. Segundo Moesch o turismo,

nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo. A partir de 1960, o turismo explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em um fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional. (2000, p.9)

Para Beni (2004) o turismo moderno é um processo de decisão elaborado que consiste em o que, onde, como e em que preço visitar. Segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT *apud* Rose (2002, p.2) turismo é conjunto,

de atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e paradas em diferentes lugares, que não o seu habitat, por um tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros motivos, sem fins lucrativos.

Rejowski (2002) e Trigo (2003) observam que o turismo é interrompido durante o período de guerras. A I Guerra Mundial promoveu a primeira estagnação no setor de turismo, as estradas foram bloqueadas, os navios utilizados para o auxílio das vítimas e os hotéis foram utilizados com base às tropas. A situação só voltou a se estabilizar a partir de 1919.

A segunda estagnação no setor turístico foi causada pelo *crack* da bolsa de Nova York em 1932, tendo a sua retomada em 1937. A segunda Grande Guerra também teve impacto negativo no crescimento do turismo moderno, a atividade turística foi paralisada já que a Europa se encontrava no meio do conflito. Após a guerra, houve o processo de internacionalização da economia no ocidente além de grandes investimentos visando à reconstrução dos países europeus. Somente em 1949 o turismo ganha força com cerca de 9 milhões de pessoas viajando para os mais diferentes países (TRIGO, 2003; BADARÓ, 2003).

Conforme Garrido (2006) a ascensão das novas classes sociais e o aumento do tempo de lazer das pessoas fez com que o turismo fizesse uma transação de atividade aristocrática a uma atividade de massa feita em escala global. Para Ruschmann (2006) o turismo massificado é aquele que diz respeito a um grande contingente de pessoas que se destinam ao mesmo lugar turístico e no mesmo período. Na visão de Cruz (2003), o barateamento dos custos das viagens proporcionado pelo turismo de massa é o que permite que um número grande de pessoas viaje.

A globalização transformou a dinâmica do turismo desenvolvendo um senso de competitividade entre os locais receptores que buscam um espaço de destaque no cenário mundial, inicia-se, desta forma, um processo de competição que impõe um ritmo nas transformações da atividade turística.

Em decorrência dos inúmeros problemas gerados pelo turismo de massa no final de década de 1980, iniciam-se as discussões acerca do desenvolvimento de alternativas visando um turismo responsável apoiado na não-massificação da atividade.

2.2 O turismo e as comunidades receptoras

As populações receptoras necessitam compreender o lugar que habitam, identificando as potencialidades turísticas para utilizá-las em benefício próprio. Tais lugares devem ser, acima de tudo, respeitados para que práticas turísticas adequadas e não predatórias (ao meio-ambiente, ao território e às pessoas) venham a ser ali implantadas. Figueiredo (1999) alerta que, em se tratando de meio ambiente, deve haver cautela, a fim de evitar a

transformação de qualquer curiosidade das comunidades receptoras em atração com valor monetário. Todavia, convém não se achar que tudo deva ser, em nome da preservação, mantido estático e intocável.

Liu e Wall (2006) apontam que os efeitos das práticas turísticas variam de lugar para lugar. A experiência das comunidades receptoras com o turismo é muito variada, baseada num vasto espectro de formas, modalidades e habilidades. Em economias emergentes, o turismo é comumente usado e percebido como uma ferramenta das políticas de desenvolvimento, voltada, principalmente, a ampliação das possibilidades de emprego e renda.

Liu e Wall (2006) acrescentam que o turismo praticado nos países desenvolvidos é essencialmente baseado no interesse econômico e o praticado nos países em desenvolvimento assenta-se no consumo no lazer, sendo uma alavanca para dinamizar o processo de desenvolvimento. Um turismo planejado de cima para baixo e, predominantemente, baseado em intervenções de agências governamentais, grandes empresas turísticas e capital externo, é contestado como uma estratégia de desenvolvimento econômico, gerando grandes debates que denunciam a marginalização dos habitantes nativos.

Santos (2009), afirma que, apesar do turismo sempre ter sido associado ao desenvolvimento, é uma irresponsabilidade atribuir às práticas turísticas *per se* a capacidade de diminuir as desigualdades sociais. Uma irresponsabilidade míope, uma vez que as esferas tanto pública quanto privada pretendam lograr resultados nos investimentos em turismo no curto prazo, ignorando que os processos sociais de mudança social apenas apresentam resultados significativos no médio e longo prazo (SILVA, 2008). Coriolano (2006, p.372) aduz que o turismo,

[...] produz contradição ao se propor, pois não desenvolveu as regiões pobres, nem distribuiu a riqueza do país, além de não consolidar territórios, apenas organizar outros. Acrescentou problemas onde foi tratado como política para atender a acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais. Transformou o espaço em mercadoria global, desvalorizando o uso pela troca.

Ao observar o turismo em Zanzibar — conjunto de duas ilhas ao largo da costa da Tanzânia — Gossling *apud* Jules (2005) constatou que depois que o turismo tornou-se um dos maiores setores econômicos do país, muitos nativos das localidades abandonaram suas atividades tradicionais como pesca e plantação de algas dedicando-se a novos trabalhos relacionados com a chamada “indústria do turismo” e essa forte dependência das comunidades locais em relação ao turismo aumentou muito sua vulnerabilidade econômica. Para Gastón e Cañada *apud* Silveira Júnior e Botelho (2010) em processos desse tipo, as comunidades locais arriscam uma radical desestruturação, vendendo suas terras e abandonando suas ocupações tradicionais (pesca, agricultura, artesanato) para trabalhar temporariamente por baixos salários e longas jornadas.

Segundo Bursztyn (2005) as relações entre a população residente local e os visitantes são decisivas para o padrão de desenvolvimento da atividade turística. Tais modos de relação influenciam diretamente a escolha dos destinos turísticos pelos turistas. Quando a população local percebe que o turismo de alguma maneira está prejudicando seu ambiente físico e/ou social, é usual que o relacionamento se desgaste com prejuízos para a imagem do destino.

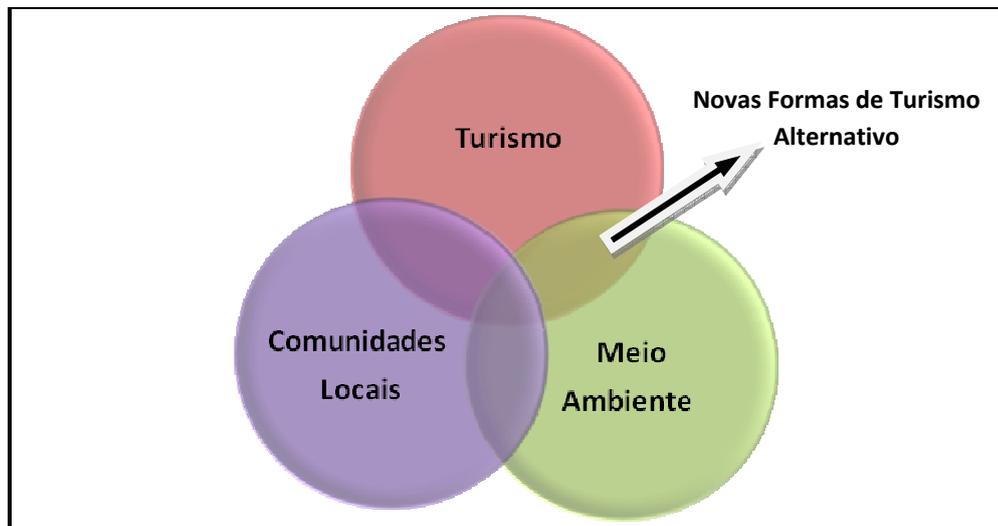
De acordo com Beni (2004), o turismo de massa apresentava no primeiro ano do segundo milênio números expressivos, mas desde então essa

tendência começa a ser revertida, para o que Simeão (2007) e Beni (2004) descrevem com uma tendência de fortalecimento do turismo interno e de viagens motivadas pelo reencontro com a natureza, com caráter mais “familiar e intimista”. Cresce a demanda por roteiros com essas características, também chamado de “turismo endógeno”. Esse tipo de turismo desloca parte do fluxo de turistas de centros urbanos para localidades com grande patrimônio cultural e étnico, ávidos por experiências autênticas sem forte apelo comercial e consumista. Simeão (2007) complementa que há um novo tipo de viagem com turistas que abandonam as “localidades da moda” para vivenciarem experiências mais genuínas e únicas.

Emerge uma nova modalidade de turismo, por vezes designado como “alternativo”, onde o foco de atenção e valorização se concentra em características significativamente opostas ao turismo padronizado de massa (BRITO, 2003). As novas formas de turismo alternativo, tal como apresentado na figura 3, são reflexos de uma demanda crescente, preocupada com a causa ambiental e avessa ao turismo massificado que prioriza o lucro de curtíssimo prazo.

Brito (2003) mostra que as práticas alternativas de turismo priorizam, como destino, localidades que respeitam a natureza, que valorizam energias alternativas, que produzem localmente e tenham contato direto com o turista, simbolizando o exótico, o diferente e a autenticidade perdida pelo viajante e que se procura recuperar. Sobre esse novo perfil do viajante, Avighi (2000) observa uma saída de cena do turista consumista e ostentatório e o emergir daquele que busca a auto-realização, a conservação do meio ambiente e a compreensão da cultura e da história do local visitado.

Barretto (2003) denomina essa nova prática turística como o “turismo do conviver”, ou seja, o desfrute do convívio do turista com o meio visitado. Esse desejo de conhecer o exótico e o diferente tem estimulado a procura por áreas até então não tão significativas para a prática do turismo. Essa sendo, segundo o autor, uma das grandes marcas do pós-turismo.



Fonte: Brito (2003, p.5).

Figura 3 - Inter-relação entre a Prática Turística

Vignati (2008) destaca o efeito multiplicador do turismo na economia de um local receptor, mas para que haja sucesso, o turismo deve contar com uma articulação real entre todos os atores locais: a sociedade civil, o setor empresarial, o terceiro setor e o setor público.

Esse engajamento nem sempre acontece, gerando o que Krippendorf (2001) designa como o “nativo mudo” ou aquele que é negligenciado, e excluído do processo de tomada de decisões dos projetos turísticos. Segundo Irving *apud* Mendonça (2009) apesar do grande desafio para uns e realidade para poucos, o turismo exige a incorporação da democratização de novas

oportunidades e benefícios por meio de discussões de projetos desenvolvidos em co-parceira com a comunidade.

Os autores enfatizam a diferença nos discursos do governo e o que realmente acontece na prática. Para o governo, o turismo representa desenvolvimento, já na academia é comumente tratado com termos pejorativos enfatizando os impactos negativos e a necessidade de preservação das tradições e do meio ambiente. Assumem que as populações locais provavelmente sentirão as alterações que o turismo trará para suas vidas fazendo-os relutantes em aceitar as trocas envolvidas na atividade. Porém, o que acontece na realidade é a falta de atenção dada à comunidade receptora.

Brusadin (2008) enfatiza que o turismo não é viável em todas as localidades. Antes da atividade ser implementada, as comunidades devem verificar os recursos adequados, os mercados potenciais e suscetíveis, mão-de-obra e infraestrutura para o turismo. Silva (2006) acrescenta que em várias partes do Brasil e, até mesmo em locais turísticos consagrados, existe total ausência de saneamento básico, miséria e violência, questiona-se por que o turismo ainda existe. Tal situação, em muitas localidades brasileiras, impede o desenvolvimento eficiente da atividade. O autor observa que no país o turismo tem se desenvolvido em lugarejos sem estrutura e carentes de tudo, inclusive de profissionais da área. Esse desenvolvimento é muitas vezes incentivado pelo próprio governo.

Magalhães (2002) ao discutir o crescimento do turismo em município de médio e pequeno porte, enfatiza a necessidade de elaboração de um roteiro para análise partindo da identificação das características do município. Em seguida, realiza-se o inventário da oferta turística que se concentra nos tipos

de turismo praticados e na classificação dos atrativos turísticos existentes (naturais e culturais). O desenvolvimento do turismo só se fará com a participação ativa das comunidades, poder público e iniciativa privada. O autor sugere a realização de pesquisas feitas com a população local e outra com os turistas para ser base de um plano de ação que valorize as características e pessoas dos locais atendendo às necessidades da demanda turística. Tal plano de ação é materializado na organização do espaço da atividade turística possibilitando, assim, o uso e a ocupação do território.

2.3 Planejamento da atividade turística

O planejamento turístico tem suas origens no planejamento econômico posterior à depressão econômica de 1929. Emerge com a intervenção estatal na economia apoiada pelo triunfo do keynesianismo — teoria econômica que consiste numa organização político-econômica fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. No Brasil o processo de planejamento das atividades turísticas é muito mais tardio, tendo por marco o ano de 1972 com a elaboração do *Projeto Turis* na região do litoral do Rio de Janeiro e Santos (PETROCCHI, 2004).

Para Gunn e Var (2002) o planejamento é a visão do futuro que, agregada a atitudes proativas, sustenta antecipadamente consequências de cursos de ação, devendo necessariamente envolver diversas áreas de interesse e dimensões da vida humana como a economia, a política, o meio-ambiente, a cultura, etc. Embora diversos livros o tratem como um processo meramente técnico como a formulação de um elenco de instruções e diretrizes que dizem

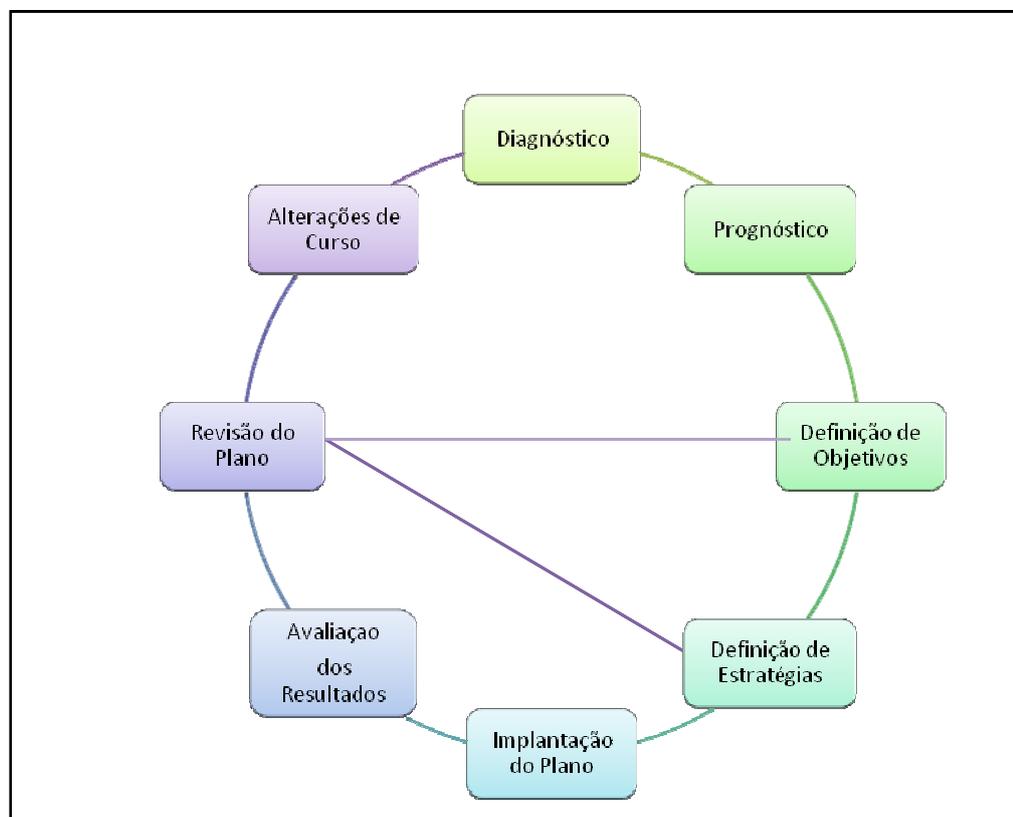
como se deve agir, na visão de Brusadin (2008) planejamento não é um evento que se limite à sistêmica apresentação de um futuro antecipado em forma de documentos e papéis. Ainda que o ideal seja que planos devam ser executados como previsto. É muito frequente que na prática de sua implementação transformem-se em pilhas de documentos burocráticos que fixam metas num formalismo vazio de efetividade. A concepção contemporânea da atividade e das metodologias do planejamento reconhece a necessidade dos planos serem instrumentos flexíveis e sensíveis à cultura de cada local (BAIDAL, 2004; BURNS, 2004; KING, MCVEY e SIMMONS, 2000). Hall (2004) acrescenta que o planejamento deve ser um processo de interação realizado no contexto social e não um mero processo sistemático de análise e gerenciamento.

Sobre o planejamento do turismo, a Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) ressalta que ele deve objetivar o alcance de um caminho de desenvolvimento integrado, controlado e sustentável. A sua elaboração deve ser calcada num elenco de procedimentos sistemáticos, tais como a definição dos objetivos, o desenvolvimento de pesquisas, as análises dos dados, visando à implementação de cursos flexíveis de ação. Aspecto estratégico de importância decisiva nesse processo, conforme destaca Braga (2007), é a participação e satisfação dos os *stakeholders*, os protagonistas *in situ*, ou seja, atores sociais situacionalmente afetados pelos impactos do planejamento em questão, desde a concepção até a execução.

Verifica-se, na figura 4, que o planejamento, na visão de Ignarra (2003), é um sistema cujas etapas relacionam de uma forma dinâmica. Essa perspectiva é particularmente importante para o caso do turismo, cujas

práticas estão em acelerada transformação. Ruschmann e Widmer (2000) e Ruschmann (2006) destacam seis objetivos básicos do planejamento turístico:

- i. a criação de políticas e processos de implementação de equipamentos atividades e seus prazos;
- ii. a disponibilização dos incentivos para estimular a implantação dos equipamentos e serviços turísticos;
- iii. a maximização dos benefícios socioeconômicos e a minimização dos impactos negativos;
- iv. a estruturação e capacitação dos serviços turísticos públicos;
- v. a regulamentação e cumprimento dos padrões exigidos;
- vi. a promoção da sustentabilidade e da qualidade dos serviços prestados pelos diversos elos da cadeia turística.



Fonte: Ignarra (2003, p. 34)

Figura 4 – O sistema circular do planejamento.

Para Beni (2006) o planejamento do turismo tem três etapas:

- i. o *inventário*, que objetiva além de identificar, descrever a região de estudo;
- ii o *diagnóstico*, que analisa os recursos, caracteriza a estrutura socioeconômica, a infraestrutura regional e traça o perfil da oferta e da demanda turística; e
- iii, o prognóstico, que formula políticas, diretrizes e programas de ação.

Molina (2005) e Hall (2004) afirmam que planejamento turístico pode ser feito em quatro diferentes escalas ou dimensões: nacional, estadual, regional e local (ou municipal). Para Cooper *et al* (2007), o planejamento regional do turismo tende a um detalhamento muito mais rigoroso do que aquele feito em âmbito nacional. Contudo, o planejamento regional deve ser elaborado sem prejudicar as metas e objetivos do plano nacional. O planejamento deve abranger e integrar os aspectos econômicos, físicos, sociais e culturais. Observa-se que, independentemente da escala escolhida, deve-se verificar a integração do trabalho além da articulação com todos os demais níveis de planejamento, em escalas maiores e menores, para evitar a ineficácia do processo causada por lapsos de ações não previstas ou por duplicidade de ações que, em último caso, implica desperdício de recursos.

A incorporação das práticas turísticas ao processo de desenvolvimento de um país ou localidade implica coordenação estratégica de elementos e setores, com amplo cruzamento de participantes, que podem contemplar

objetivos conflitantes. A presença de interesses diversos pode evidenciar incompatibilidades. Neste contexto, Pertersen (1999) destaca ser indispensável a descentralização e divisão de poderes e, principalmente, o *empoderamento* nas decisões efetivas de participação social. Araújo (2006) aduz que existem diferentes maneiras de se exercer participação em alguma atividade. A participação pode ocorrer de diversas formas: espontaneamente; imposta; voluntária; provocada; cedida; e ativa, pode ainda variar de escala (de micro a macro) e ser simbólica e/ou real.

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) apontam que o envolvimento da comunidade no planejamento turístico necessita ter como meta a estruturação, com vistas a elevar o padrão de vida dos residentes locais, o fortalecimento da infraestrutura e o desenvolvimento de instalações recreativas para moradores. É igualmente importante que a expansão das práticas turísticas respeite a cultura e a socioeconômica local. Swarbrooke (2000) adverte que, no planejamento do turismo, não basta o envolvimento dos atores locais para se evitar a subvalorização da visão de mundo da comunidade; adverte ainda que os conflitos de interesse desencadeados podem perdurar por longo período de tempo entre os membros da região.

Santos (2009) aponta o risco de que o planejamento da atividade turística seja apresentado como uma alternativa “redentora” para alguns lugares uma vez que como destaca Coriolano (2006), muitas comunidades não têm capacidade crítica para discernir os interesses estritamente comerciais e de curto prazo de grupos empresariais do setor. A resultante pode ser frustrante: um modelo de turismo segregado que direciona o turista para o que pode ou não ser visto apoiado na promoção de *resorts*. Sob a forma de enclaves. A

comunidade local não deve apenas “participar”, mas deve ser capacitada e formada para discernir os efeitos das diversas modalidades de turismo sobre seu modo de vida. Segundo Castelli (2001) quando a população de um determinado local é bem preparada, ela pode tirar proveito do turismo sem se tornar dependente do setor público, que deve ser um agente promotor de políticas públicas minimizadoras dos impactos negativos do turismo. Em síntese: o planejamento das práticas turísticas deve ser, **em todas suas etapas**, dinâmico, participativo, flexível e adaptado às variáveis locais. O desenvolvimento do turismo deve ser uma construção coletiva.

Em consonância com essa perspectiva, Petrocchi (2004) comenta que o planejamento além de identificar nichos específicos para serem trabalhados com o objetivo de atender desejos e necessidades da demanda deve assegurar, primordialmente, a inclusão da população residente. O setor turístico, se adequadamente planejado, pode oferecer a oportunidade de novos negócios, distribuindo renda, ajudando na preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, além de oferecer aos viajantes o lazer e entretenimento (BRUSADIN, 2008).

Para Ignarra (2003, p.81): “o planejamento da atividade turística se mostra, portanto, como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade”. O aumento espontâneo ou planejado dos fluxos turísticos pode alavancar as economias em âmbito local e/ou regional por meio das demandas turísticas — hospedagem, alimentação, lazer. Mas sem organização e planejamento o turismo pode provocar a desestruturação da cultura local, descaracterização dos ambientes naturais, contaminação dos recursos hídricos, especulação

imobiliária, deterioração da imagem do lugar e exclusão territorial de residentes, podendo causar danos irreversíveis além de agravar a situação social das populações locais. Com efeito, essa desordenação pode ser promotora da exclusão social e atuar como uma mera devoradora de paisagens.

2.4. Sobre a imagem dos destinos turísticos

Em muitas regiões, o turismo desordenado resultou na proliferação dos impactos negativos, inclusive prejudicando a imagem do local receptor e comprometendo sua atratividade, elemento que influencia a decisão do turista (VIGNATI, 2008). Define-se *imagem* como o conjunto de percepções e representações mentais do futuro e recordações passadas que o turista possui sobre o destino escolhido (ACERENZA, 2002; BIGMANI, 2002).

A imagem turística é dinâmica. Ela pode ser mudada durante a visita do turista ao destino escolhido (BIGNAMI, 2002). O destino é visto segundo Buhalis (2000) como um amálgama que integra a experiência dos consumidores. Os turistas visitam o destino para vivenciar a atmosfera que é a soma de todos os elementos no próprio destino (ECHTNER E RITCHIE 1993). Para Cooper *et al*, o destino,

é também a razão de ser do turismo, onde uma série de atrativos especiais se distingue do cotidiano por sua importância cultural, histórica ou natural. Essa força de atratividade para visitação dos destinos turísticos energiza todo o sistema turístico, incentivando a demanda pela viagem na região emissora. (2007, p.37)

De acordo com Pike (2002), o debate sobre a imagem do destino turístico teve como ponto de partida a proposta oferecida por Hunt em suas pesquisas

desenvolvidas na década de 1970. Em quatro décadas, a partir desse trabalho, o assunto tornou-se um dos temas mais debatidos na literatura turística internacional. O autor avaliou 142 trabalhos publicados entre 1973 a 2000. A região mais estudada foi a América do Norte com 50 artigos, seguida da Inglaterra e outros países da Europa com 45 trabalhos publicados, a Ásia possui 25 trabalhos, a Oceania com 19 artigos, América Central e Caribe com 9, Pacífico do Sul com 5 e finalmente a América do Sul com 1 trabalho. A grande maioria dos trabalhos indicava que a imagem da destinação turística exerce um papel crucial na decisão do indivíduo na hora da compra.

Chagas e Dantas (2009) destacam que no Brasil as pesquisas sobre imagem de destinos turísticos ainda são poucas e questionam se este não seria um dos fatores do nível baixo de benefícios oriundos do desenvolvimento turístico no país. Segundo Teles e Perussi (2007) a atividade turística, atualmente e de certa maneira, voltou-se aos países em desenvolvimento, trazendo empregos e divisas com a divulgação da imagem do país perante o mundo, acelerando o processo de globalização econômica. Esse processo interfere diretamente nos destinos turísticos, pois fomenta a interação do turismo nesses destinos. Para Rejowski e Solha (2002) demanda turística sofreu profundas transformações. O turista é apresentado aos destinos muitas vezes por meio de narrativas, descrições, fotos e informações, o que induz o cliente à compra são as expectativas de satisfação das necessidades que o destino pode oferecer (BIGNAMI, 2002; RUSCHMANN, 2006).

Tais mudanças também foram sentidas nos equipamentos e serviços turísticos tornando o mercado ainda mais competitivo, porém Chagas (2008) argumenta que o turista já espera que os equipamentos turísticos tenham a

qualidade como requisito intrínseco, e não mais como elemento decisivo na escolha do destino. A concorrência dos destinos turísticos só vem aumentando fazendo com que eles tentem achar maneiras de oferecer um serviço diferenciado e original. A imagem de um destino é um dos principais fatores de diferenciação. (GALLARZA, GIL E CALDERÓN, 2002)

Para Echtner e Ritchie (1991) a imagem de um destino turístico pode ser formada a partir de três dimensões: a *orgânica*, a *induzida* e a *complexa*. A orgânica é formada por meio de literatura, amigos e famílias que trazem informações acerca do destino. A induzida é formada por entidades interessadas em vender o destino turístico por meio de feiras e artigos em revistas especializadas. A imagem complexa é formada quando o turista tem uma idéia real derivada de seu contato direto com o destino.

A imagem de destinos turísticos é importante ferramenta a ser trabalhada no processo de desenvolvimento turístico de uma localidade (GALLARZA, GARCIA e SAURA, 2002; ECHTNER e RITCHIE, 1991). A imagem positiva do destino além de atuar como um diferencial competitivo no mercado pode servir para alicerçar a economia e o desenvolvimento sustentável do lugar. A imagem consolidada de um destino pode colaborar para diminuir sua dependência de padrões estabelecidos de comercialização e ampliar seu poder de negociação nos mercados turísticos (O'NEIL, 2006; CHAGAS, 2008).

Podemos pensar um destino turístico como uma *marca*. O esforço envolvido na sua construção, posicionamento no mercado e gerenciamento é similar ao de qualquer outra marca diferenciadora de produtos e portadora de fidelidades eletivas de consumidores. (HALL, 2002). Um país pode não

gerenciar adequadamente sua marca fazendo com que potenciais turistas memorizem imagens absolutamente paradoxais (KOTLER e GERTNER, 2002). Tais imagens não colaboram para atrair os visitantes, pois a representação mental, na maioria das vezes, acaba pendendo para os atributos negativos do país (BIGNAMI, 2002). Para Garcia e Bahl (2010) o local receptor pode correr o risco de divulgar uma imagem inexistente ou inapropriada. É assim que, por exemplo, cidades que se empenham na construção de uma imagem que destaca sua semelhança com outras tornar obscuros para a percepção dos visitantes seus verdadeiros potenciais turísticos.

2.4 Sobre Turismo de Base Comunitária

A integração de indivíduos entre si e com o lugar que estão situados é constitutiva de suas próprias identidades como comunidades. Assim, Zaoual (2003) formula uma teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento” com importantes implicações nas políticas de desenvolvimento em nível regional e local. As comunidades possuem uma maneira peculiar de estar no mundo, baseada em suas tradições, cultura e estética. Elas compartilham a vida de um sítio, misturando e integrando em si as variadas dimensões da condição humana: históricas, religiosas e artísticas. É assim que Santos comenta que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS *apud* CORIOLANO, 2008, p.5).

Na modernidade globalizada contemporânea a vida em comunidade e seus vínculos relacionais perdem força. As relações sociais predominam fortemente pautadas pela funcionalidade de instituições e tecnologias em

contextos valorativos impregnados de individualismo, onde o crescimento pessoal se afirma como um ato isolado e a competitividade leva a não se querer contribuir para o crescimento dos outros. Em contraposição, as comunidades se constituem como “um círculo de pessoas que vivem juntas, que permanecem juntas de sorte que buscam não este ou aquele interesse particular, mas um conjunto inteiro de interesses, suficientemente amplo e completo de modo a abranger suas vidas” (ÁVILA *et al* 2001, p.31).

Hobsbawn *apud* Sampaio e Coriolano (2009) adverte que a palavra comunidade ultimamente vem sendo empregada de maneira vazia, pois foi afastada do seu significado real. Para Irving (2009), urge a superação da percepção de comunitário como aquele que é carente e de baixa renda, é preciso transcender isso e pensar o sentido do comum e do coletivo. Hoje, algumas pequenas localidades de pouca densidade populacional tentam organizar-se sobrepujando os conflitos e interferindo positivamente em seu crescimento, a individualidade difere-se da atitude egocêntrica do individualismo (ILLICH *apud* SAMPAIO E CORIOLANO, 2009). Elas lutam por uma melhor distribuição de renda, numa realidade onde ainda é sentida a falta de postos de trabalho, políticas públicas de desenvolvimento, e onde há ainda a deterioração da qualidade de vida e degradação ambiental por meio de pequenos empreendimentos locais que vem se fortalecendo. Essas localidades tornam-se núcleos receptores de turistas, surgindo, assim, os destinos preferenciais do turismo de base comunitária.

Aqui, compreende-se *turismo de base comunitária* a partir da definição proposta pela *World Wildlife Foundation – WWF*: aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, além dos

benefícios gerados pela atividade (SANSOLO e BURSZTYN, 2009; MENDONÇA e IRVING, 2004).

Essa modalidade turística afirma e valora positivamente os legados das culturas e tradições locais e propõe um relacionamento interativo e responsável entre visitante e visitado. Coriolano (2006, p.5) entende o turismo de base comunitária como um “[...] jeito diferenciado de trabalhar com o turismo. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional”.

Segundo Lima, Ayres e Bartholo (2009) o modelo de desenvolvimento econômico do século XX, baseado na exploração dos recursos naturais e humanos evidenciou-se fortemente instável e predatório, gerando discussões sobre a necessidade de modificações desse padrão. Este contexto foi o pano de fundo na década de 1990 no Brasil para um significativo aumento dos grupos sociais dedicados a práticas turísticas em pequenas localidades. Segundo Irving (2009) o turismo de base comunitária, ao longo de muitos anos, sofreu a rotulação estereotipada de algo marginal, estigma que perdurou até a década de 1990, quando começaram os Encontros de Turismo de Base Local, impulsionados por movimentos de pesquisadores de diferentes instituições acadêmicas e associações comunitárias. Em 1997 foi realizado na cidade de São Paulo o *I Encontro Nacional de Turismo de Base Local*. O crescimento do setor foi marcado por muitos conflitos, principalmente, associados à questão fundiária e a interesses de grupos associados à especulação imobiliária (LIMA, AYRES E BARTHOLO, 2009). Ganha destaque neste contexto um segundo evento que foi a realização, em 2003, do

I Seminário Internacional de Turismo Sustentável em Fortaleza (ZECHNER, HENRÍQUEZ e SAMPAIO, 2008).

Coriolano (2005) destaca que o setor turístico segue a dinâmica das relações econômicas do capitalismo moderno, com as grandes operadoras dominando a cadeia produtiva e impondo ao redor do mundo a compra/venda de pacotes turísticos que lhes sejam mais lucrativos. Faz-se vigente no mercado mundial de turismo um “comando global” que fixa, quase de forma monopolista, as condições de comercialização dos destinos. Nesse contexto a implantação de “políticas de desenvolvimento do turismo” muitas vezes obrigou localidades habitadas por comunidades tradicionais a ceder lugar a grandes *resorts*, hotéis e restaurantes. Em contraponto a esta tendência hegemônica, Seabra (2007) afirma que o turismo de base comunitária consegue se afirmar no Brasil e já apresenta alguns resultados significativos. A tabela 3 apresenta alguns casos de sucesso no país.

Tabela 3 – Casos de sucesso de turismo de base comunitária no Brasil.

REGIÃO	ESTADO	NOME	DESCRIÇÃO
Norte	Amazonas	RESEX do Rio Unini (Fundação Amazônica) Vitória	Prepara os moradores da Reserva Extrativista do Rio Unini para a prestação de serviços turísticos dentro do Parque Nacional do Jaú.
		Turismo de base comunitária no baixo Rio Negro: (Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ)	Visitação das comunidades caboclas e indígenas para observar o cotidiano dessas populações. Desenvolvimento de alternativas sustentáveis de renda para os moradores locais.
	Pará	Projeto VEM: Viagem Encontrando Marajó (Associação das Mulheres do Pesqueiro)	A associação de moradores acomoda grupos de até dez pessoas em suas casas, onde o visitante pode compartilhar o dia-a-dia, acompanhar a pesca artesanal, extrativismo da andiroba, do caranguejo, do coco e turu.
Nordeste	Alagoas	Tramas em Riacho Doce (Instituto Magna Master – IMM)	Capacitação da comunidade para melhor aproveitamento da oferta turística, a venda dos seus produtos, o planejamento do uso sustentável de seu território, a promoção da sustentabilidade econômica e cultural local e o enriquecimento do destino turístico com um roteiro diferenciado.

	Bahia	Base local Ecoturismo – Promovendo o turismo de base comunitária na Costa do Cacau (Instituto de Turismo de Itacaré)	Promoção e a inserção das comunidades locais das APAs Costa de Itacaré, Serra Grande e Lagoa Encantada no processo de desenvolvimento turístico da região da Costa do Cacau, visando à geração de oportunidades de incremento da renda familiar e a conservação dos ecossistemas que compõem a paisagem regional.
	Ceará	Promoção do Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri (Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri)	Os serviços turísticos são ofertados pela Coopagran, formada pelos pais dos meninos e meninas atendidos pela Fundação Casa Grande. Produz e comercializa suvenires e artesanato, além de gerenciar o receptivo turístico por meio da lojinha, da cantina, da bodega, de pousadas domiciliares e do serviço de transporte.
Centro-Oeste	Goiás	Valorização da Cultura Popular para o turismo em Pirenópolis (Comunidade Educacional de Pirenópolis – COEPI)	Visa preservação, a defesa e a conservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental local, privilegiando a arte e a ecologia como caminho para transformação da sociedade e para a inclusão social.
	Mato Grosso	Guardiões do Pantanal (Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social – SETECS/MT)	Ministra cursos de monitores ambientais de pesca, com complementação ecológica para os pescadores locais, técnicas e práticas de educação ambiental e teoria e prática do atrativo natural, oferece às mulheres ou membros das famílias de pescadores cursos de hospitalidade e melhoria na oferta de produtos, melhor qualidade no transporte de turistas; e ampliar a rede de colaboração na colônia de pescadores.
Sudeste	Espirito Santo	Nossa Terra Nossa Arte (Movimento Vida Nova Vila Velha – MOVIVE)	Inclui a comunidade local e valoriza seu modo de vida, promovendo maior participação nos benefícios da atividade turística e da troca de conhecimentos e valorização do saber tradicional. Prevê-se também a valorização do núcleo familiar e do modo de vida, uma vez que muitos grupos de artesanato são formados por mulheres e também por familiares, que utilizam o mesmo espaço de moradia para a produção coletiva
	Minas Gerais	Fortalecimento da rede de produção comunitária para o turismo em Brumadinho (Instituto Cultural Inhotim)	Apoio a iniciativas de Turismo de Base Comunitária em Brumadinho visando tornar possível a comercialização não apenas desses, mas também de outros produtos.
	Rio de Janeiro	Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região Costa Verde (Associação dos Moradores do Campinho)	Fortalece as comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, que participam do Fórum de Comunidades Tradicionais, como protagonistas do turismo cultural da região.

		Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem (Instituto Amigos da Reserva da biosfera da Mata Atlântica)	Visa a implementação de um Sistema de Gestão de Sustentabilidade e de qualificação profissional dos meios de hospedagem, formado em sua grande maioria de pequenas pousadas.
	São Paulo	Turismo Sustentável de base Comunitária na RDS da Barra do Una (Associação Amigos de Bairro da Vila Barra do Una)	Consolida e ordena a atividade econômica, que atualmente se encontra dispersa e subaproveitada pela comunidade como fator de geração de renda. Protagonizado pela Associação dos Moradores da Barra do Una.
Sul	Paraná	Turismo solidário: conservando a Floresta com Araucária (Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort – IAF)	Fortalece um aspecto importante da cultura local, proveniente da área rural: o uso de recursos da floresta de araucária, como o pinhão, largamente utilizado no preparo de iguarias.
	Rio Grande do Sul	Turismo Rural Solidário: promovendo desenvolvimento comunitário sustentável (Grupo Interdisciplinar Ecopolis)	Realiza pesquisa e ações de promoção à cidadania, voltadas para a sustentabilidade ambiental e social.
	Santa Catarina	Turismo: Estratégia de Sustentabilidade para sul de Santa Catarina (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba – ACEVAM)	Facilita o processo de conscientização, compartilhando vivências coletivas, solidárias e corresponsáveis, fortalecendo a agricultura familiar ecológica, o agroecoturismo e o consumo consciente

Fonte: Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), com adaptações.

Nas iniciativas de turismo de base comunitária as populações nativas das localidades não adotam postura submissa, nem o turista se apresenta de forma arrogante. A diversidade cultural é, neste contexto, um dos maiores alicerces da responsabilidade mútua (ROCHA, 2003) e esta modalidade pode ser vista como exemplar para propostas de planejamento e gestão das práticas turísticas em geral. (IRVING, 2009; ZECHNER, HENTIQUÉZ e SAMPAIO, 2008)

Sampaio (2005) afirma que o turismo de base comunitária não se restringe a uma mera observação e convivência com pessoas de uma dada localidade. Ele implica, ademais, engajamento em projetos e planos da região, além de afirmar em suas práticas um regaste ético, fruto dos relacionamentos nos espaços comunitários.

Brusadin (2008) recomenda que, antes de implementar o turismo, a comunidade deve verificar a disponibilidade de recursos, a existência de potenciais mercados, aferir se a localidade necessita do turismo para atingir seus objetivos de desenvolvimento, e avaliar a existência de mão-de-obra e infraestrutura para dar suporte às novas práticas turísticas.

O turismo de base comunitária se afirma como uma alternativa viável para a inclusão social. Pode ser também verificada uma mudança no próprio perfil dos turistas mais engajados com temas de responsabilidade sócioambiental. Sobre o perfil desse “novo turista” Santos e Campos (2003, p. 168) comentam que eles buscam,

espaços com menor impacto sobre o meio e com maior integração das características sociais e culturais locais. Assim, os espaços receptores buscam vias alternativas de desenvolvimento que reduzam os efeitos negativos do turismo sobre o meio e que assegurem uma ampla diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integrem de forma mais harmônica as necessidades do turista e da população local.

O turismo de base comunitária se contrapõe ao turismo de massa. O primeiro leva em consideração as tradições locais em um outro modo de hospitalidade focado na interação do visitante com as famílias residentes, já o segundo apenas cumpre cronogramas pré-estabelecidos replicando o que fora vendido nos folhetos e *folders* de promoção. (BURSZTYN, BARTHOLO e DELAMARO, 2009). Barbosa, Souza Neto e Coriolano (2008) afirmam que os agentes que fomentam o turismo de massa estão norteados pela ampliação do consumo de bens monetários. O turismo de base comunitária visa mais que valores estritamente mercantis.

Se o turismo representado pelos grandes hotéis de luxo e *resorts* pode personificar a concentração do capital na mão de poucos, as pousadas e

pequenos hotéis podem simbolizar um turismo mais solidário e ligado à diversidade cultural dando visibilidade para espaços que, até então, eram considerados invisíveis. A grande atratividade é a peculiaridade do local, a simplicidade e o modo de vida. A convivência entre anfitrião e turista passa a ser o principal atrativo do destino, minimizando os problemas de sazonalidade enfrentados por outros tipos de turismo. Isto ocorre porque a atratividade está relacionada a uma característica da comunidade, não estando tão sujeita, por exemplo, às questões como clima e calendário de eventos. (ZECHNER, ALVES E SAMPAIO, 2008)

Segundo Araújo e Gelbcke (2008) existe uma relação dialética entre turistas e a comunidade que os recebe. É o que Zechner, Henríquez e Sampaio (2008) chamam de convivencialidade: o interesse pelo outro, e pelo o diferente capaz de potencializar os espaços de ganho coletivo. As populações tradicionais estão em constante mudança ocasionadas por fatores endógenos e exógenos (DIEGUES, 2000). Pearce (2002) afirma que o contato da população local com os turistas contribui para minimizar os preconceitos envolvidos.

A WWF Brasil (2003) estabeleceu alguns princípios norteadores para o desenvolvimento eficiente do modelo de turismo de base comunitária:

- a) O turismo deve ser da comunidade, esta deve ser dona dos empreendimentos turísticos além de gerenciar coletivamente a atividade;
- b) O turismo é para a comunidade, portanto ela é a principal beneficiária da atividade turística, que deve existir para o desenvolvimento e fortalecimento das associações comunitárias;

- c) A atividade deve despertar a consciência ambiental e valorização cultural. Todos os roteiros devem respeitar as normas de conservação da região e procurar gerar o menor impacto possível no meio ambiental e cultural da comunidade;
- d) Deve existir um princípio de transparência justa no uso dos recursos financeiros.

Considerando tais princípios, Zechner, Henríquez e Sampaio (2008) apontam que a estadia dos turistas é mais curta nesse segmento devido à falta de roteiros turísticos disponíveis. Isso se dá, algumas vezes, em decorrência das distâncias encontradas, da má conservação dos acessos (ruas, estradas, etc) e, principalmente, em razão da padronização dos serviços.

Netcom *apud* Maldonado (2009) aponta algumas deficiências da oferta do turismo de base comunitária.

- a) A oferta nesse segmento do turismo ainda é dispersa e muito fragmentada, além de carência de mecanismos de regulação internos e externos para a organização e potencialização da atividade;
- b) A falta de criatividade e escassez de diversificação dos produtos turísticos apesar do potencial e vontade de empreender;
- c) Os negócios possuem uma gestão profissional limitada além restrições das comunidades ao acesso da informação e de capacitação;
- d) Os serviços não possuem uma padronização na qualidade, sendo que esta varia de média à baixa;

- e) A promoção e comercialização é realizada de forma rudimentar e individualizada;
- f) Há deficiência na organização comercial do turismo e fraca capacidade de negociação com os outros agentes da cadeia turística;
- g) Há participação pouco significativa das mulheres e de suas associações na concepção e na condução dos projetos; e
- h) Há precariedade dos serviços públicos básicos de apoio ao turismo (rua, rodovias, água, saneamento, comunicação) revelando o esquecimento do poder público local e nacional.

Para Maldonado (2009) a prática turística de base comunitária ainda apresenta muitos riscos e precariedades. As comunidades precisam conhecê-los para superá-los.

2.5 Hierarquização dos atrativos turísticos

Segundo Ruschmann (2006) atrativo turístico é tudo aquilo (objetos, equipamentos, pessoas, eventos, fenômenos ou manifestações) ou a combinação de fatores que tenha a capacidade de atrair visitantes à determinada zona ou localidade.

Os atrativos são a matéria prima do turismo (BOULLÓN, 2002). O valor de um atrativo é tanto maior quanto mais diferenciado ele for (IGNARRA, 2003), pois o turista procura o que é diferente daquilo que ele já conhece (ROSE, 2002).

O Ministério do Turismo do Brasil (2005) classifica os atrativos turísticos conforme mostra a tabela 4:

Tabela 4 - Classificação dos atrativos turísticos.

CATEGORIA	TIPO
1. Atrativos Naturais (elementos da natureza que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos)	1.1 Montanhas 1.2 Planícies 1.3 Costas 1.4 Lagos, lagoas e esteiros 1.5 Rios 1.6 Quedas d'água 1.7 Grutas e cavernas 1.8 Locais de observação de flora e fauna 1.9 Locais de caça e pesca 1.10 Caminhos pitorescos 1.11 Termas 1.12 Parques nacionais e reservas de flora e fauna
2. Atrativos Culturais (elementos da cultura que, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. São os bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré-história à época atual, como testemunhos de uma cultura)	2.1 Museus 2.2 Obras de arte e técnica 2.3 Lugares históricos 2.4 Ruínas e sítios arqueológicos 2.5 Manifestações religiosas e crenças populares 2.6 Feiras e mercados 2.7 Música e danças 2.8 Artesanato e artes populares 2.9 Comidas e bebidas típicas 2.10 Grupos étnicos 2.11 Arquitetura popular e espontânea
3. Realizações técnicas, científicas ou artísticas (obras, instalações, organizações, atividades de pesquisa de qualquer época que, por suas características, são capazes de motivar o interesse do turista)	3.1 Explorações de mineração 3.2 Explorações agropecuárias 3.3 Explorações industriais 3.4 Obras de arte e técnica 3.5 Centros científicos e técnicos
4. Eventos programados (eventos que concentram pessoas para tratar ou debater assuntos de interesse comum, negociar ou expor produtos e serviços, de ordem comercial, profissional, técnica, cultural, científica, política, religiosa, atividades econômicas: atividades produtivas capazes de motivar a visitação turística)	4.1 Artísticos 4.2 Esportivos 4.3 Feiras e exposições 4.4 Concursos 4.5 Festas religiosas e profanas 4.6 Carnavais 4.7 Outros

Fonte: Ministério do Turismo (2005, p.12-13), com adaptações.

Após uma localidade ou região identificar seus atrativos e classificá-los, trabalho usualmente feito por meio da elaboração de um inventário turístico, é necessário avaliá-los e hierarquizá-los valorativamente de modo a

atribuir-lhes relevância turística nos âmbitos municipal, regional ou nacional (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETU, 2005).

Ruschmann (2006) comenta que a avaliação de atrativos turísticos é um importante instrumento de planejamento para indicar o potencial turístico de uma localidade, servindo como subsídio importante para a tomada de decisão política no que tange a projetos e à quantidade/qualidade dos equipamentos e da infraestrutura turística a eles associada.

Para Beni (2002) a hierarquização é um processo que ordena os atrativos conforme sua importância turística. A avaliação se apoia na formulação de uma matriz de hierarquização. O processo promove um *ranking* entre os atrativos turísticos de uma região auxiliando o planejamento do turismo e fornecendo informação para determinar quais atrativos merecem atenção em curto, médio e longo prazo; quais atrativos recebem o maior número de pessoas; quais atrativos estão sendo subutilizados; qual é o lugar no mercado da localidade receptora; e auto-avaliação de um destino para apoiar o desenvolvimento da atividade turística no mesmo. Os atrativos que obtiverem o maior potencial e estrutura para receber o turista devem ter prioridade na estruturação dos roteiros turísticos, definidos por Souza e Corrêa (2000) como o itinerário ou caminho escolhido pelo turista. Pode ser o programado (criado por uma agência de viagem) ou espontâneo (criado pelo próprio turista).

Para o Ministério do Turismo (2005) tanto a avaliação quanto a hierarquização dos atrativos turísticos servem para a melhor estruturação dos roteiros turísticos que, após esse momento, começam a tomar forma de produto turístico que serão disponibilizados para o mercado.

CAPÍTULO 3

CONTEXTUALIZANDO A AMAZÔNIA BRASILEIRA E O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

3.1 Breve panorama histórico da região amazônica

Durante o século XVIII a economia da região Norte do Brasil entrou em declínio. Algumas das principais razões para o lento crescimento econômico são apontadas por Furtado (2007), com destaque para o insucesso da exploração da mão-de-obra indígena, a relativa desorganização e desintegração das atividades produtivas e a baixa densidade populacional. Abrantes (2002) destaca que era insignificante a prioridade atribuída à região amazônica nas estratégias brasileiras de desenvolvimento. O eixo prioritário de preocupação do Estado Brasileiro para com a Amazônia se focava na conquista territorial, não havendo diferença significativa da política colonial portuguesa relativa à região. Somente há quase duzentos anos é que esse quadro muda significativamente.

Furtado (2007) analisa que o forte aumento da demanda mundial por borracha natural resultou em grande movimento populacional da região Nordeste para a Amazônia durante o final do século XIX e o início do século XX. Para Abrantes (2002), o “ciclo da borracha” estabelece os primeiros termos de uma mais efetiva interação econômica da Amazônia tanto com o resto do Brasil como com o mundo. O mais significativo marco inaugural desse processo foi a abertura pelo Imperador D. Pedro II da navegação do rio Amazonas aos estrangeiros.

Furtado (2007) aponta que a borracha natural, um insumo industrial de origem amazônica, rapidamente se torna um dos produtos de maior demanda no mercado mundial. A aceleração do extrativismo nos seringais amazônicos e o vigoroso aumento do preço do produto entre 1909 e 1911 evidenciavam uma situação de estrangulamento da capacidade de oferta. A primeira resposta a esse desequilíbrio foi dada pelos ingleses ao contrabandear sementes de seringueiras para suas colônias asiáticas, tornando a oferta do produto mais elástica. O golpe final no ciclo da borracha amazônica foi a produção de borracha sintética.

Importante é termos em mente, como aponta Furtado (2007) que o fim desse ciclo não se deu por uma inatingível superioridade dos concorrentes do Oriente, mas devido a fragilidade e deficiências estruturais da produção nacional, cujos métodos de produção nunca sofreram quaisquer aprimoramentos. Abrantes (2002) destaca ainda que, após a decadência, a maior parte dos migrantes fixou residência na região, como posseiros e ribeirinhos.

Para Serra e Fernández (2004) o período áureo da borracha foi a primeira vez em que a Amazônia brasileira foi afetada por interesses estritamente econômicos, transformando Manaus e Belém em cidades importadoras de moda e seguidoras do comportamento social e cultural europeus, devido a impressionante riqueza gerada. Na década de 1940, como consequência da Segunda Guerra Mundial houve um novo impulso da borracha no Brasil. Para Abrantes (2002), foi apenas neste período que o Estado adotou as primeiras medidas para melhorar a infraestrutura da região por meio da criação do Banco de Crédito da Borracha (que deu origem ao

Banco da Amazônia S.A.), do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, do Instituto Agrônomo Norte (que deu origem ao Centro de Pesquisas Agroflorestais da Amazônia Ocidental – CPATU, da Embrapa). Mas com o fim da Guerra, a borracha amazônica entrou em declínio mais uma vez.

Após tentativas fracassadas de promover o desenvolvimento da região, o governo Getúlio Vargas cria, na década de 1950, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA. Serra e Fernández (2004) avaliam que o principal objetivo do governo era a elaboração de um plano para o desenvolvimento da Amazônia por intermédio de uma agência de planejamento regional, sendo que a área determinada de atuação da SPVEA denominava-se Amazônia Legal.

No Governo de JK (1955-1960) foi implantado o Programa de Metas que não incluía o norte do Brasil isolando o seu órgão a SPVEA e a região das grandes obras e metas nacionais. A construção da rodovia Belém-Brasília ficou a cargo da Comissão Executiva da Rodovia Belém-Brasília, criada no interior da SPVEA. A construção foi executada à revelia da Superintendência pois tinha o intuito focado em articular a recém fundada Capital Federal do que promover o desenvolvimento regional da Amazônia.

Abrantes (2002) analisa como o Estado brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 se torna o principal vetor do capitalismo na Amazônia. Papel preponderante nesse processo é desempenhado por um conjunto de inovações institucionais, com destaque para a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Zona Franca de Manaus e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além da formulação e implementação do Plano de Integração Nacional, do Programa

de Redistribuição de Terras (PROTERRA), dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II). Nesse período sofre forte aceleração o fluxo migratório para Amazônia e sua economia aprofunda interações e integrações com as economias nacional e internacional. Serra e Fernández (2004) reconhecem ser o fator geopolítico preponderante na re-priorização dos investimentos do Estado Brasileiro na região. Isto pode ser expresso de modo sintético no *slogan* de propaganda da ditadura militar: Amazônia, integrar para não entregar.

A crise do petróleo de 1973 colaborou para decisão de explorar de forma mais intensa os recursos naturais da Amazônia, como apontam Serra e Fernández (2004). Com o objetivo de aumentar as exportações, o governo Geisel investiu nas áreas de energia, transporte e comunicações, além de incentivar a expansão de indústrias básicas e a exportação de produtos específicos. As atividades mineral, madeireira, agrícola e agropecuária, receberam incentivos do governo que visavam estabelecer em quinze polos de desenvolvimento, áreas selecionadas por meio do programa POLAMAZÔNIA. Os investimentos seriam direcionados para a infraestrutura além de incentivos fiscais visando o benefício das empresas privadas e com isso atraindo indústrias fomentadoras do processo de crescimento econômico nessas localidades (polos).

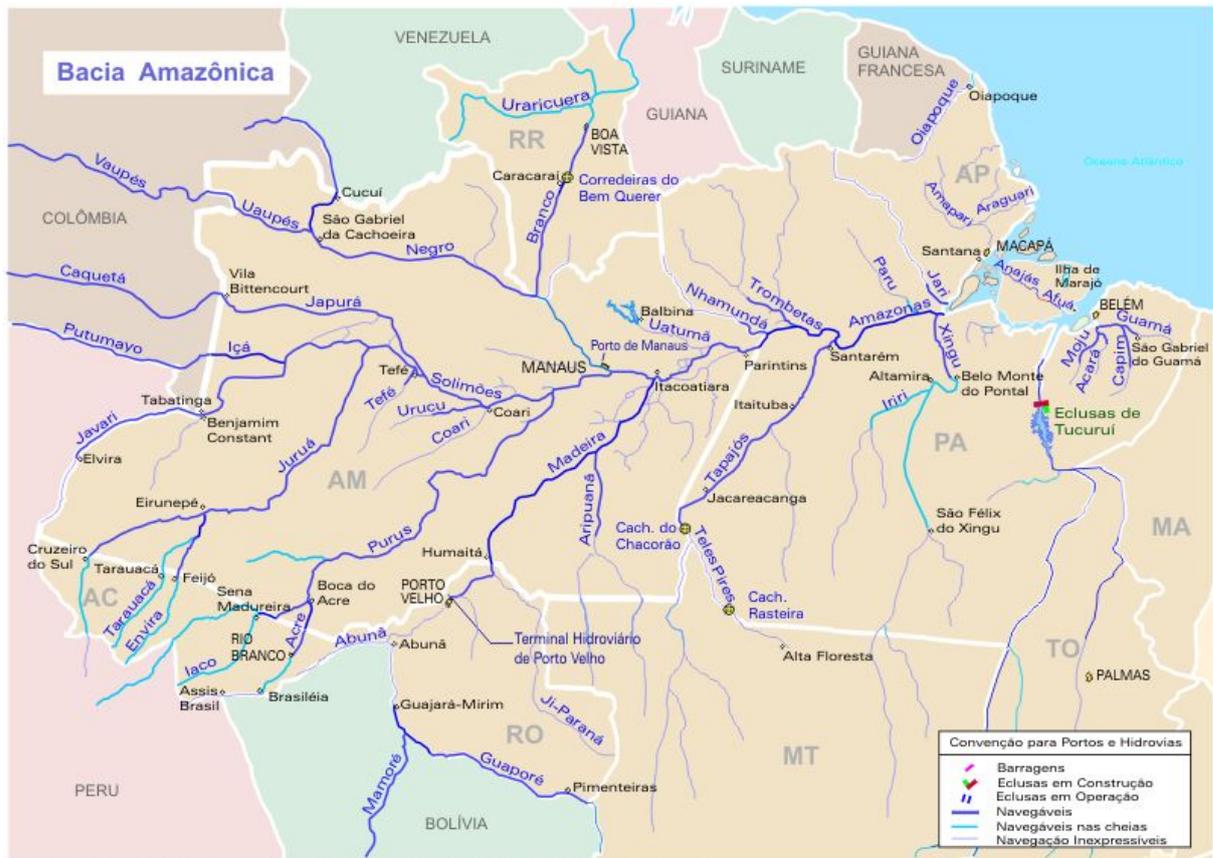
As críticas internacionais no final dos anos 80 e início dos anos 90, sobre a devastação da floresta e destruição de ecossistemas amazônicos obrigou o país, sob forte pressão do Banco Mundial, a redefinir o modelo de desenvolvimento adotado. O mesmo Banco Mundial que havia apoiado os grandes investimentos de infraestrutura agora financiava os novos projetos de

“desenvolvimento sustentável” na região. Serra e Fernández (2004) apontam o Programa Nossa Natureza, criado pelo presidente Sarney nos anos 80, como a primeira iniciativa do Governo Federal com base no conceito de desenvolvimento sustentável, ainda que sua implantação tenha sido pouco eficiente. Nos anos 90, o presidente Collor, criou a Secretaria do Meio Ambiente e Operação Amazônia com o objetivo de conter o desmatamento. No governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria para a Amazônia, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Dados do IBGE (2007) indicam que o Estado do Amazonas possui 3.221.939 habitantes, sendo a capital responsável por 51,11% do total. Manaus, apresenta uma renda per capita de R\$ 18.902 e um PIB de R\$ 31.916.257.

3.2 Alguns Indicadores

A região amazônica ocupa 25% da área territorial da América do Sul e estende-se por nove países. Sua bacia e rede hidrográfica são formadas por mais de mil rios que concentram 15% da água doce não congelada do planeta, como mostra a figura 5. Seu maior rio, o Amazonas, possui cerca de 6.885 km de extensão nasce no Peru e deságua no Oceano Atlântico, despejando 20% de toda água doce do planeta (MIRANDA, 2007; MEIRELLES FILHO, 2004; VANDERLEI, 2004).



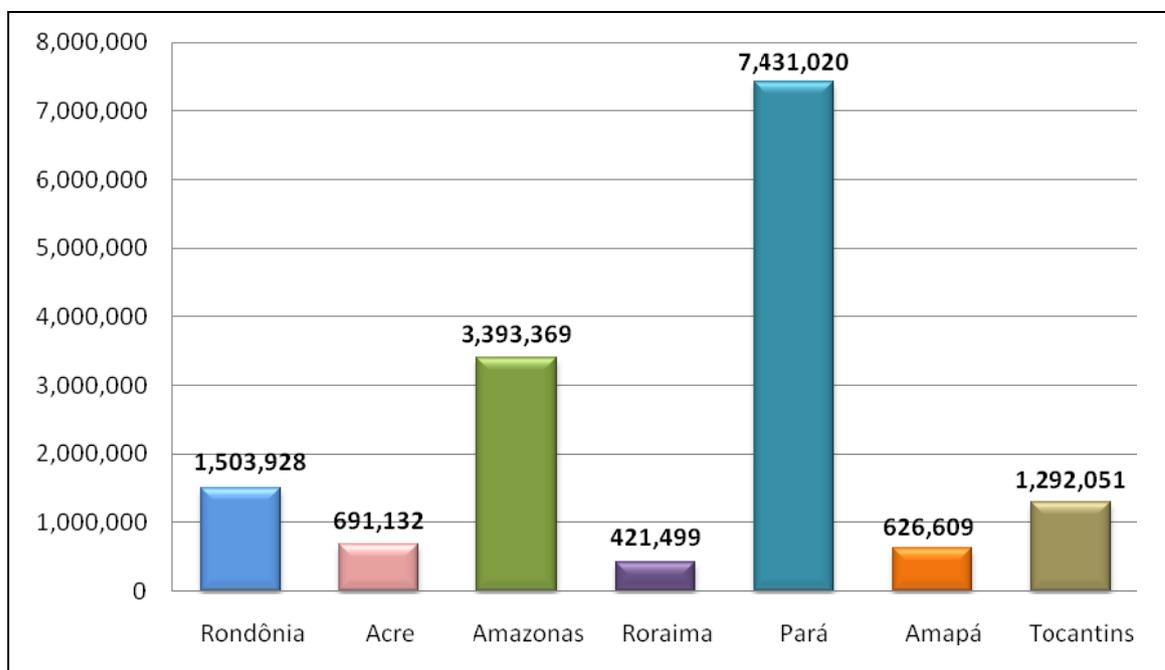
Fonte: Ministério dos Transportes (2010).

Figura 5 – Bacia Amazônica.

Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS (2010) a região amazônica está localizada em uma das zonas de maior pluviosidade do Brasil, ou seja, o período das chuvas na região vai do mês de dezembro a maio. Esse bioma particular da Região Amazônica é caracterizado pela floresta tropical úmida, sob um clima de elevadas temperaturas e menores diferenças climáticas entre as estações do ano, em média 25 °C.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009) a Região Norte possui uma área de 5.033.072 km² e uma população estimada em 15.359.608 habitantes, conforme a figura 6. Segundo Celentano e Veríssimo (2007) em 1960 a Amazônia brasileira possuía apenas 5,4 milhões

de habitantes saltando para 11, 2 milhões em 1980 até atingir 22,5 milhões em 2004 que é equivalente a 12% da população brasileira. Segundo o Ipea (2006) 73% da população vive nas cidades e apenas 27% está no campo em 1970 a situação era inversa. Vanderlei (2004) destaca que a maior parte da população dos estados da Região Norte reside na capital e os demais vivem em cidades e povoados, em sua maioria, às margens dos rios e em condições difíceis de moradia.

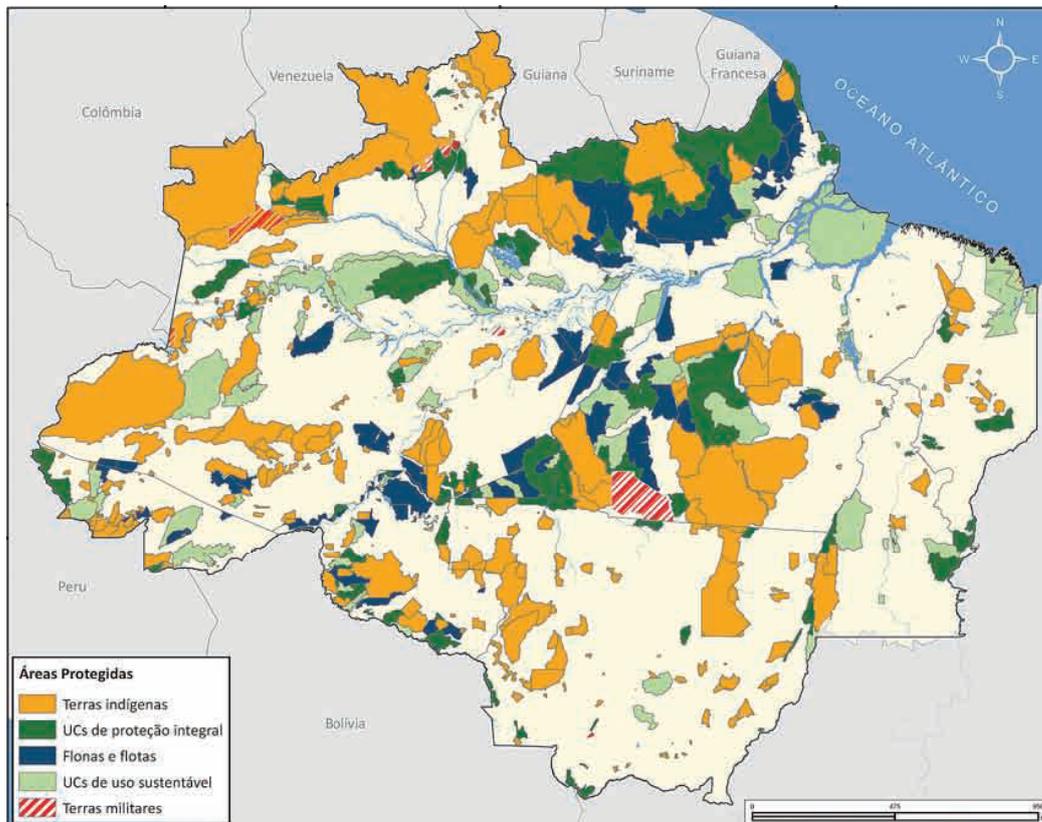


Fonte: IBGE (2009).

Figura 6 – Estimativas das populações residentes na Região Norte do Brasil.

O Imazon (2010) informa que 43,9% da área da Amazônia está protegida por meio da delimitação de unidades de conservação, parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, reservas extrativistas e as florestas nacionais, como demonstra a figura 5. Só no Estado do Amazonas, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS (2010), são 41 unidades de conservação que compõem o sistema estadual de unidades de conservação e 33 unidades de conservação

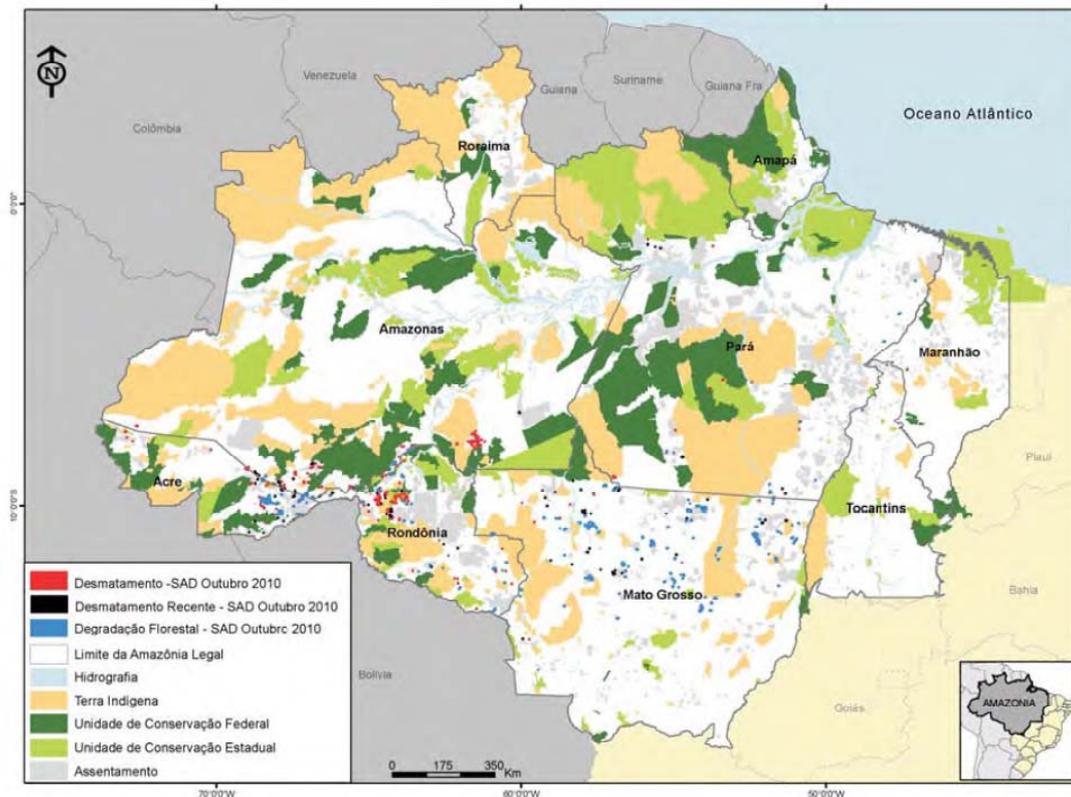
federais que juntas somam uma área de aproximadamente 42 milhões de hectares, isso é que vale à 27% do território do Estado do Amazonas, conforme ilustra a figura 7. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2007) a floresta Amazônica abriga aproximadamente 40.000 espécies de plantas, 427 de mamíferos, 1.294 de pássaros, 378 de répteis, 427 de anfíbios, e cerca de 3.000 de peixes.



Fonte: Imazon (2010, p.27).

Figura 7 - Áreas legalmente Protegidas da Amazônia Legal em 2010.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2010) houve uma redução de 49% no desmatamento da Amazônia no período de agosto de 2009 a outubro de 2010 na comparação com o mesmo período do ano anterior. A degradação atingiu 3.536,68 km² e apesar da redução, a área desflorestada é equivalente ao tamanho da cidade de São Paulo e Belo Horizonte juntas. A figura 8 mostra o desmatamento da região no período.



Fonte: IMAZON/SAD (2010,p.8).

Figura 8 - Desmatamento de agosto de 2009 a outubro de 2010 na Amazônia Legal.

Segundo a CEPAL (2007) seriam três os principais fatores explicativos da relativamente pequena incidência de desmatamento no Estado do Amazonas, a saber:

- i. o relativo isolamento do estado devido às distâncias físicas que o separam dos demais estados da federação brasileiras;
- ii. as relativamente poucas vias de acesso e penetração (BR-174, BR-319, calhas do rio Amazonas e Madeira);
- iii. a escassez de solos propícios à agricultura.

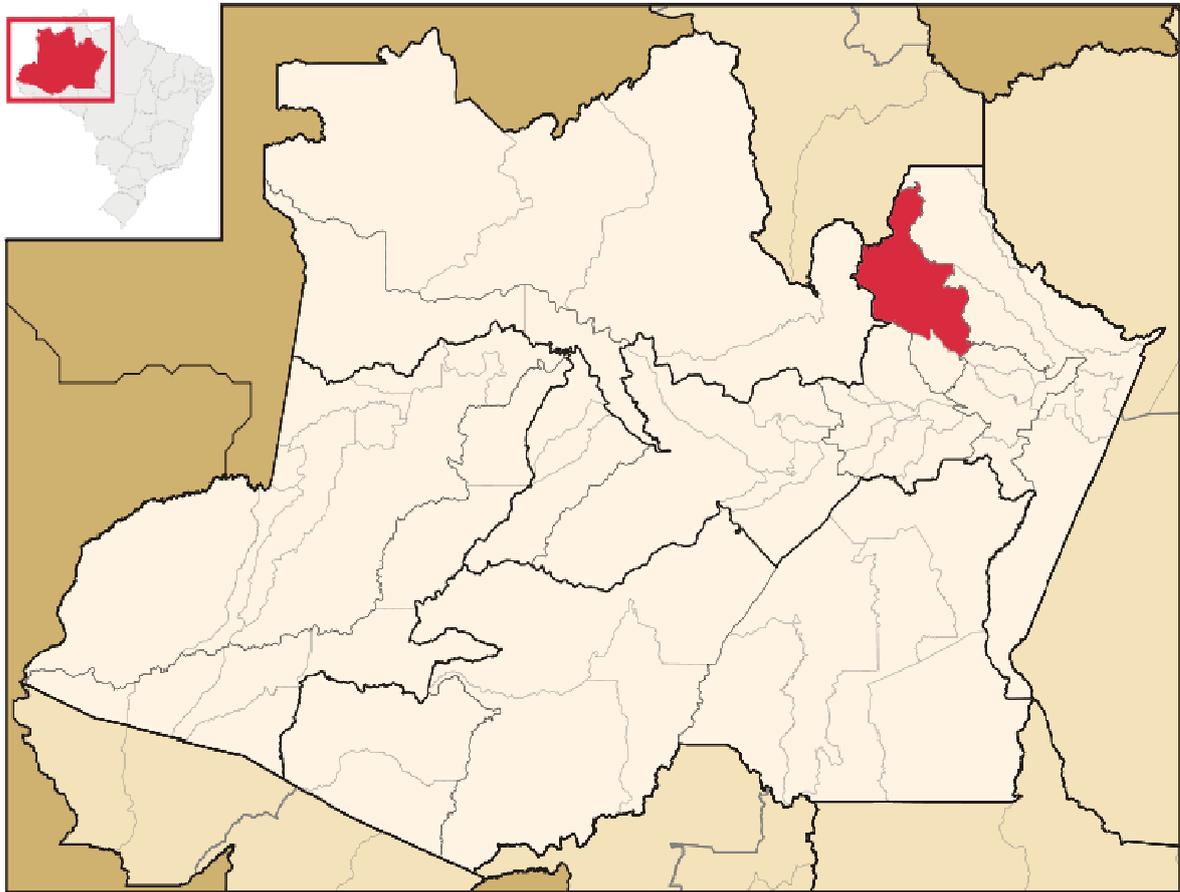
3.2.1 Indicadores do Município de Presidente Figueiredo

Localizado a 118 Km de distância de Manaus, o nome do município é uma homenagem a João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1861), presidente da província do Amazonas na época do império. Os primeiros assentamentos populacionais datam de 1657, mas só no ano de 1981, por meio da Emenda Constitucional nº 12 o município foi criado oficialmente e desmembrado dos municípios de Itapiranga, Novo Airão, Silves e Urucará.

O Município de Presidente Figueiredo, que perfaz uma área de 24.781 Km² e representa 1,58% da área do Estado, é facilmente acessado pela BR 174, de acordo com a figura 9. Alecrim, Carmo e Silva (2003) identificam que a sua história apresentam duas fases distintas. A primeira está ligada ao surgimento do município e foi fortemente influenciada por ações associadas a energia e mineração da época dos chamados “grandes projetos” voltados para a ocupação e desenvolvimento da Região Amazônica. A segunda fase está associada ao novo foco que receberam as preocupações ambientais nos cenários nacional e internacional.

Vieira e Costa (2010) descrevem como a sede do atual município começou a se formar, bem como a instalação de dois grandes projetos de desenvolvimento regional nas décadas de 1970 e 1980: A hidroelétrica de Balbina e a exploração mineral de Pitinga. Visando atender aos veículos que trafegavam de Manaus até Balbina e Pitinga foi ali instalado um posto de gasolina, logo em seguida um restaurante e posteriormente um hotel. Logo surgiram no entorno casas e um centro comercial. O asfaltamento completo da BR 174 ocasionou “pressões sobre os recursos naturais do município, incluindo a exploração imobiliária, projetos de assentamento rural,

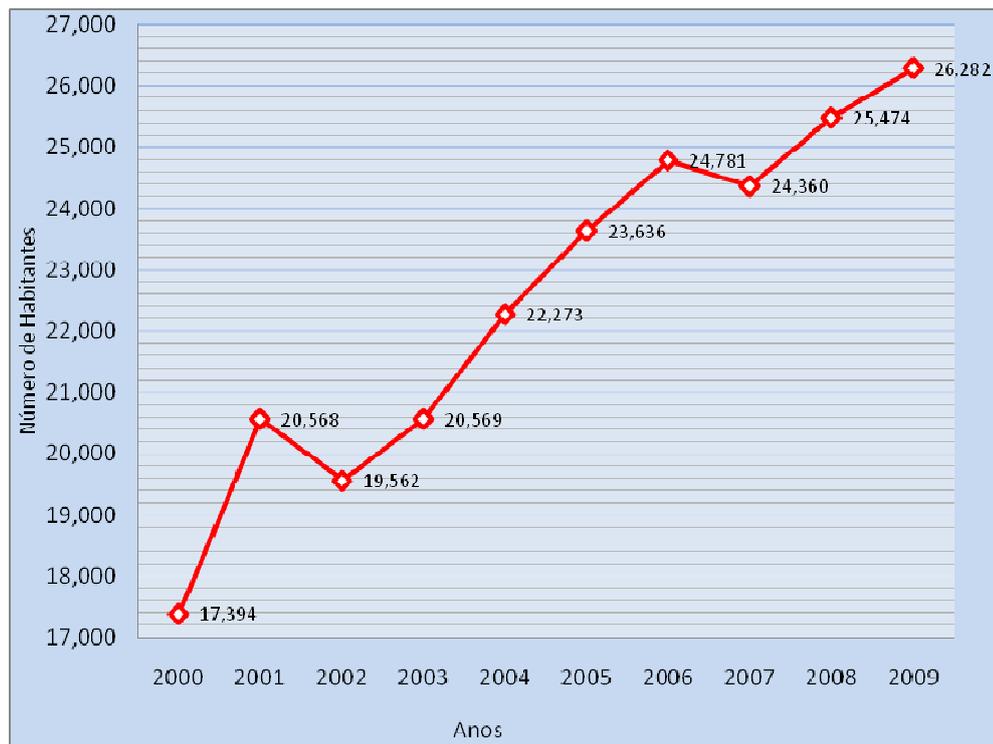
exploração de belezas cênicas das quedas d'água, implantação de hotéis e clubes campestres” (MÜLLER E CARVALHO 2009, p.9).



Fonte: Prefeitura de Presidente Figueiredo (2009).

Figura 9 – Mapa da localização do Município de Presidente Figueiredo.

A população de Presidente Figueiredo é muito miscigenada, ou seja, é resultante do acelerado processo de povoamento e migrações oriundas das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil para a região, principalmente atraídos pela construção da usina hidrelétrica de Balbina e pela mineração de cassiterita. Segundo o IBGE (2009) a cidade possui 26.282 habitantes. A figura 10 demonstra a evolução da população do município no período de 2000 a 2009.



Fonte: E-siga (2010).

Figura 10 – Evolução da população do município de Presidente Figueiredo no período de 2000 a 2009.

Seus bairros urbanos estão divididos em: Galo da Serra, Morada do Sol, Honório Roldão, Centro, Tancredo Neves e Multirão. Existem no município em torno de 49 comunidades rurais são elas: vila do Pitinga, Nova Jerusalém, Rumo Certo, Novo Rumo, Rio Canoas, Castanhal, Jardim Floresta, Boa Esperança, Marcos Freire, Cristo Rei, São Miguel, São José do Uatumã, São Jorge do Uatumã. Brava Gente, Santa Terezinha I, Santa Terezinha do Urubuí II, Nova União I, Nova União II, Rio Pardo, Nova Galiléia, Santo Antonio do Abonari, Rodrigo Chaves, São Sebastião, Canastra I e II, Cristã, São Salvador, São Francisco de Assis, Novo Horizonte, Nova União, Maroaga, PDS Morena, Tucumanduba, Céu e Mar, São João do Urubuí, Bom Jesus, Novo Paraíso, Água Azul, Ramal do Paulista, Rio Taboca e Menino Deus. A área do município também inclui três projetos de assentamentos do INCRA.

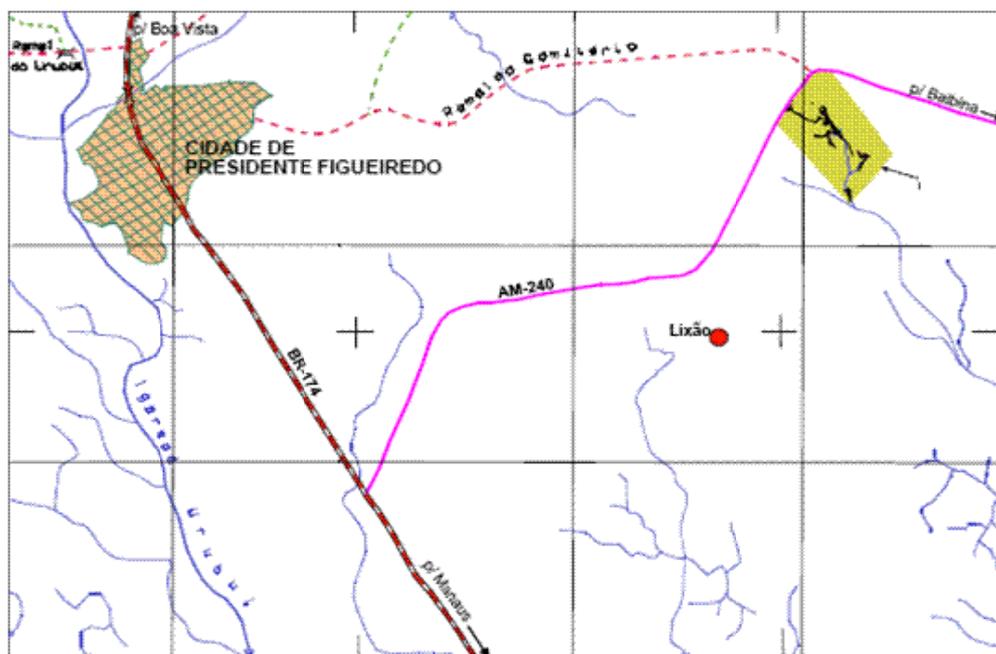
O município é conhecido como a “terra das cachoeiras”, das quais 105 já foram catalogadas em Presidente Figueiredo apresenta, como descrevem Müller e Carvalho (2009), rica variedade de cachoeiras, corredeiras, cavernas, rios, lagos, pequenos igarapés (como Pitinguinha, rio Uatumã, rio Alalaú, rio Santo Antônio do Abonari, rio Pardo-Igarapé Canoas e rio Urubu).

De acordo com a Prefeitura de Presidente Figueiredo (2009) o município possui quatro unidades de conservação, uma reserva indígena Waimiri-Atroari, o somatório total das unidades de conservação é uma área de 1.534.059,49 ha.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (2010) existem, na zona urbana, sete escolas municipais com nove anexos e na zona rural, vinte escolas municipais de Ensino Fundamental, que atendem as comunidades situadas na rodovia AM 240 e BR 174.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (2010) e Junk e Nunes (1990) na década de 1980, quando iniciaram a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, foram encontrados 145 sítios arqueológicos na região, pois existem também inúmeras gravações e figuras em blocos de pedras. Dentro dos limites da APA Caverna do Maroaga, em março de 2010 foram encontradas mais figuras e fragmentos cerâmicos. Infelizmente o vandalismo já destruiu grande parte dessa riqueza arqueológica.

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (2010) todos os dias são coletadas cerca de 20 toneladas de resíduos que são depositados no lixão municipal, localizado no Km 9 da rodovia AM 240. Na área rural do município, grande parte dos moradores incinera o lixo ou joga em terrenos baldios, nas ruas e até mesmo nos rios. Conforme o Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental de Presidente Figueiredo (2010, p.81) “o aterro não possui condições técnicas adequadas para receber resíduos sólidos. Mesmo assim sua localização, segundo os autores, não está evidentemente adequada ao tipo de atividade que exerce”.



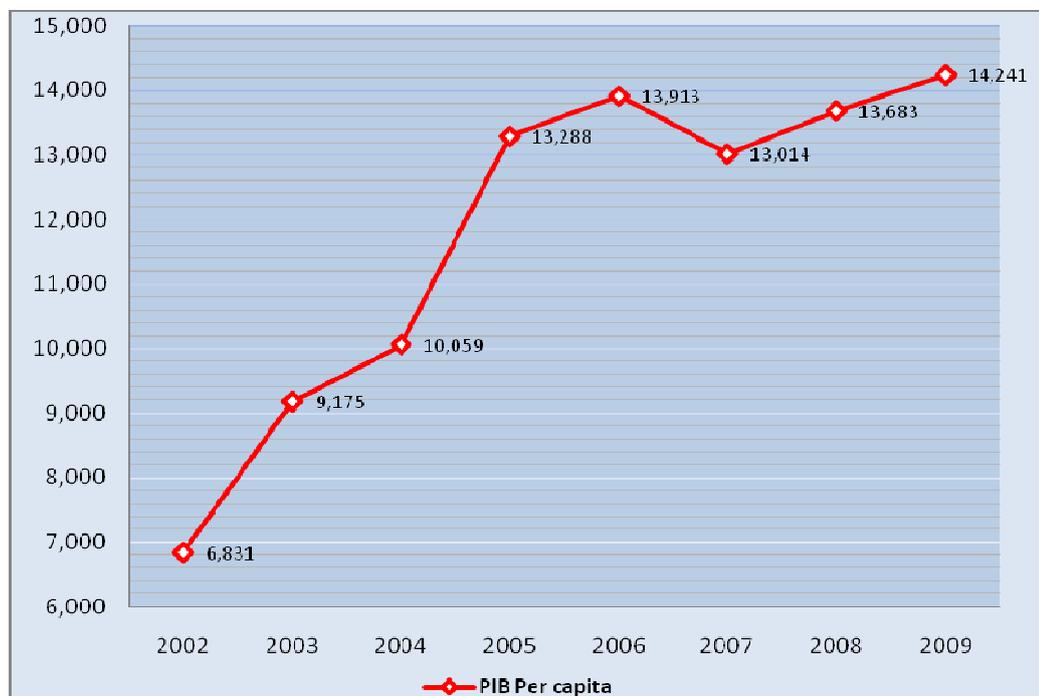
Fonte: Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental de Presidente Figueiredo (2010, p.81).

Figura 11 – Localização do lixão municipal.

A economia do município está pautada principalmente no extrativismo mineral de cassiterita (na mina do Pitanga, explorada pela mineradora Paranapanema), que representa uma das maiores extrações a céu aberto, desse minério, estimada em 10% do estanho produzido no mundo (SECRETARIA

DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS, 2010). É também registrada na região a extração de brita de granito (na BR 174), seixo (no rio Uatumã) e águas subterrâneas (Agroindústria Santa Cláudia). A atividade de mineração propicia ao município uma das maiores rendas *per capita* do Estado, em torno de R\$ 14.000.

A agricultura na zona rural de Presidente Figueiredo destaca-se o cultivo de cupuaçu, mandioca, milho, banana, hortaliças e cana-de-açúcar. O açúcar, produzido pela empresa Jayoro Ltda, atende a demanda do Pólo Industrial de Manaus principalmente para a produção dos concentrados para refrigerante. Na figura 12, é possível identificar a evolução do PIB *per capita* do município.



Fonte: E-siga (2010).

Figura 12 - Evolução do PIB per capita do município de Presidente Figueiredo no período de 2002 a 2009.

O Ministério do Meio Ambiente (2002) considera as aldeias dos índios Waimiri Atoari como uma das principais geradoras de manifestação cultural da região amazônica, pois os festejos tradicionais da tribo ainda se mantêm vivos. O município de Presidente Figueiredo promove diversas festas populares como: Carnaval da Terra da Cachoeira – Carnachoeira (fevereiro), Festa do Cupuaçu (abril), Festival Folclórico (junho), Festival de Verão (agosto), Torneio de Pesca do Tucunaré (outubro), Aniversário da Cidade (10 de dezembro).

Quanto aos meios de hospedagem, dados da Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR (2010) apontam que o município conta com mais de 35 estabelecimentos, divididos em hotéis e pousadas, perfazendo um total de 1.676 leitos em 605 unidades habitacionais, como mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Meios de hospedagem no município de Presidente Figueiredo.

Nome	Unidades Habitacionais (UH)	Leitos
Sede do Município		
Hotel Maruaga	23	69
Hotel dos Viajantes	32	70
Hotel Cachoeira do Urubuí	36	95
Galo da Serra Plaza Hotel	28	86
Hotel Cuca Legal	29	65
Pousada da Jibóia	18	67
Pousada da Wal	10	26
Pousada das Pedras	16	45
Pousada Menina Bonita	10	27
Pousada Tucanos	15	41
Pousada da Vilma	12	38
Pousada Izabella	28	72
Pousada Brasil	10	40
Pousada Luzilândia	31	63
Pousada Pontes	16	64
Ramal do Urubuí		

Vivenda Fênix	05	21
Fazenda Marupiara	06 Chalés	
Rodovia AM – 240 e VILA DE BALBINA		
Hotel Santuário	32	116
Balneário Rio Belo	06	18
Balneário Água Viva	02	04
Corredeira da Pantera	08	16
Pousada Por do Sol	12	33
Pousada Balbina <i>Sunshine</i>	04	16
Pousada Vicana's	20	62
Hotel Vitória Régia	24	67
BR-174 e VILA DO PITINGA		
<i>Amazon Acqua Park</i>	28	107
Complexo Iracema <i>Falls</i>	92	232
Hotel Kitarrá	28	60
Paraíso Pesca Esportiva	14	38
JEF – Pesca Esportiva		
Rumo Certo <i>Fish</i>	04	08
JEF Pesca Esportiva	06	10
Thayara Empreendimento Turístico (Somente Pesca)		
TOTAL	605	1.676

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR (2010).

A infraestrutura alimentícia divide-se em restaurantes e lanchonetes. Verificou-se que uma grande concentração dos estabelecimentos no entorno do Parque do Urubuí, sem haver uma direta relação entre a distribuição espacial e a localização dos atrativos naturais da cidade, como pode ser visto na tabela 6.

A distribuição espacial da infraestrutura alimentícia está expressa na Figura 4. Por meio dela, pode-se perceber que a localização de grande parte dos estabelecimentos não está relacionada com a localização dos atrativos naturais do município. Grande parte está localizada no parque do Urubuí e no centro da cidade.

Tabela 6 – Infraestrutura alimentícia do município de Presidente Figueiredo.

NOME / REPRESENTANTE		ENDEREÇO
PARQUE DO URUBUÍ		
01	RESTAURANTE E CHURRASCARIA OPÇÃO GRILL	Estrada Municipal da Cachoeira – Parque Urubuí

	Proprietário: Zacarias Sampaio	
02	RESTAURANTE PICANHA NA BRASA Proprietário: Sônia Maria Félix Gomes	Estrada Municipal da Cachoeira nº 238 – Parque Urubui
03	CHURRASCARIA E PEIXARIA URUBUI Proprietário: Paulo Jorge S. dos Santos	Estrada Municipal da Cachoeira 222 – Parque Urubui
04	CHURRASCARIA PAULISTANA Proprietário: José Pereira da Silva	Estrada Municipal da Cachoeira – Parque Urubuí
05	RESTAURANTE ALEX CHOPP GRILL Proprietário: Pedro Alexandre da Costa	Parque Urubuí
06	RESTAURANTE ANDRADE Permissionário: Francisco de Andrade Araújo	Parque Urubui
07	RESTAURANTE DAS MORENAS Permissionário: Deusirene Souza dos Santos	Estrada Municipal da Cachoeira 249 – Parque Urubuí
08	RESTAURANTE SINDY Proprietário: Claudedir Chaves Nascimento	Estrada Municipal da Cachoeira nº 005 – Parque Urubuí
09	RESTAURANTE TOCA DO GALO Permissionário: Eletícia Fátima França	Parque Urubuí
10	RESTAURANTE BOM SABOR Proprietário: Deusa Souza dos Santos	Estrada Municipal da Cachoeira nº 07 – Parque Urubuí
11	RESTAURANTE BARRACA ECOLÓGICA Proprietário: Jurcelane Martins Colares	Estrada Municipal da Cachoeira – Parque Urubuí
12	RESTAURANTE KIPAPOS II Proprietário: Maria Silene Félix de Alencar	Estrada Municipal da Cachoeira nº 015 – Parque Urubuí
13	CAFÉ REGIONAL DA PRISCILA Proprietário: Daniel Silva Carvalho	Estrada Municipal da Cachoeira nº023 – Parque Urubuí

ÁREA DO CENTRO

14	MINI CAFÉ REGIONAL PRISCILA Proprietário: Áquiles da Silva Carvalho	Rua Uatumã – Centro
15	COTÓ LANCHE Proprietário: Miguel de Souza	Praça da Rodoviária
16	LANCHONETE E RESTAURANTE CASTRO Proprietário: Marilza Rodrigues Castro	Box Rodoviária
17	RESTAURANTE PERNAMBUCO Proprietário: Adilson da Silva	Rua Uatumã nº 11 – Centro
18	LANCHONETE NORDESTINO Proprietário: Francisco Evangelista Ferreira Brito	Rua Uatumã s/n – Centro
19	RESTAURANTE DA ROSA Proprietária: Rosângela Maria Silva de Araújo	Rua Taboca s/n Loja 04 – Centro
20	RESTAURANTE XODÓ DA CIDADE Proprietário: José Estandislau Rodrigues Gomes	Avenida Sucupira nº 833 – Centro
21	RESTAURANTE E LANCHONETE PAPALÉGUAS Permissionário: Michel Brito Soares	Praça da Cultura Box 01 – Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR (2010).

O município conta, também, com algumas associações de comunidades locais, como demonstra a tabela 7.

Tabela 7 – Associações de moradores no Município de Presidente Figueiredo.

COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA
Santo Antonio do Abonari	Km 200 – BR 174	Macaxeira, cana de açúcar, banana, mandioca e derivados, mamão, abacaxi, coco, melancia, limão, laranja, maxixe, abóbora, milho e arroz.
Ramal do Paulista	Km 180 – BR 174	Cítricos, macaxeira, abacaxi, banana, coco, cupuaçu, hortaliças e cana de açúcar.
Nova Jerusalém	Km 179 – BR 174	Banana, mandioca, cupuaçu, maracujá, abacaxi, coco, macaxeira, cana de açúcar, hortaliças, mamão, melancia, abóbora.
Rumo Certo	Km 165 – BR 174	Banana, mandioca, macaxeira, hortaliças, repolho, abóbora, maxixe, pimenta de cheiro, pimentão, cebolinha e pimenta murupi. Comercializa bovinos, suínos e patos. Lucros com fabricação de móveis, turismo, pesca esportiva e acampamento.
Novo Rumo	Km 165 – BR 174	Banana, mandioca, macaxeira, hortaliças, pimenta de cheiro, pimentão, cebolinha, pimenta murupí. Comercializa bovinos, suínos e patos. Lucros com madeira e turismo.
Terra Santa	Km 152 – BR 174	Macaxeira, banana, pimenta, repolho, chicória, couve. Plasticultura e pecuária.
Canastra	Km 137 – BR 174	Pimentão, pimenta de cheiro, coco, acerola, mamão, macaxeira, maracujá. Comercializa bovinos, suínos e patos.
Castanhal	Km 134 – BR 174	Limão, pimentão, pimenta de cheiro, coco, banana, macaxeira, mamão, hortaliças e castanha do Brasil. Comercializa bovinos, suínos e patos.
Boa Esperança	Km 120 – BR 174	Plasticultura (pimentão e alface), Movelaria, pimenta-de-cheiro, pimenta murupi, brócolis, feijão-de-metro, tomate, jiló, macaxeira, quiabo, maxixe, limão, laranja, açaí, graviola, mamão, cupuaçu, acerola, banana, criação de gado, caprino, porcos e galinhas.
Jardim Floresta	Km 126 – BR 174	Banana, maracujá, coco, pupunha, murici, carambola, abacate, marmelo, mandioca, macaxeira e cupuaçu.
Maruaga	Km 07 – AM 240	Cheiro verde, couve, maxixe, pimenta cheirosa, pimenta murupi, banana, abacaxi, açaí, cupuaçu, abacate, manga, graviola, ingá, laranja e criação de galinhas.
Marcos Freire	Km 13 – AM 240	Cupuaçu, banana, tucumã, bacaba, caju, macaxeira, mandioca, coco, laranja, hortaliças, criação de galinhas e porcos.
Nova União	Km 18 – AM 240	Cheiro verde, couve, maxixe, pimenta de cheiro, pimenta murupi, banana, abacaxi, açaí, cupuaçu, abacate, manga, graviola, mari-mari, macaxeira, jabuticaba, ingá, laranja, criação de peixes e galinhas.
São Salvador	Km 26 – AM 240	Pimenta de cheiro, cupuaçu, limão,

		pupunha, noni, bacuri, cana-de-açúcar, coco, manga, cajá, araçá, goiaba, abacaxi, criação de galinhas e patos.
Menino Deus	Km 22 – AM 240	Farinha de mandioca, banana, cupuaçu, biriba, macaxeira, manda, melancia, turismo.
São Francisco	Km 24 – AM 240	Cupuaçu, laranja, patuá, buriti, açaí, ingá, caju, macaxeira, mandioca, pitomba, tamarindo, pimenta de cheiro, pimentão, pimenta murupi, limão, laranja, banana, coco, açaí, pupunha, jerimum, tomate, cheiro verde, criação de patos e gado.
Cristo Rei	Km 28 – AM 240	Macaxeira, cupuaçu, pepino, pimentão, cheiro verde, coco, banana e maracujá.
Novo Horizonte	Km 37 – AM 240	Limão, jerimum, macaxeira, banana, criação de peixes.
Cristã	Km 32 – AM 240	Farinha de mandioca, banana, cupuaçu, pimenta de cheiro e criação de peixes.
São Miguel	Km 32 – AM 240	Cupuaçu, graviola, açaí, goiaba, graviola, buriti, bacaba, tucumã, criação de galinhas e peixes.
Fé em Deus	Km 68 – AM 240	Queijo, leite, cupuaçu, açaí, macaxeira, criação de peixes, porcos e galinhas.
Céu e Mar	Km 03 – Ramal da Morena	Banana, cupuaçu, manga, caju, graviola, melancia, açaí, pupunha, tucumã, coco, criação de peixes e galinhas.
São José do Uatumã	Km 13 – Ramal da Morena	Murici, banana, cupuaçu, manga, caju, graviola, melancia, açaí, pupunha, tucumã, coco, criação de peixes, e galinhas.
São Jorge do Uatumã	Km 23 – Ramal da Morena	Banana, cupuaçu, graviola, melancia, açaí, pupunha tucumã, coco, criação de peixes e galinhas.

CAPÍTULO 4

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Natureza e Características da Pesquisa e seus Métodos

Segundo Oliveira (2005, p.1) método é um “conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos”. O propósito do pesquisador não é só descrever, mas, sobretudo, entender os fatos e para isto, deve coletar informações a fim de expor o raciocínio de forma lógica. A descrição da pesquisa requer rigor formal, ordem, planejamento, distribuição em partes lógicas, início, meio e fim, criando uma cadeia crescente e conclusiva (DEMO, 2000).

Para Vergara (1998) os métodos de abordagem referem-se ao plano geral do trabalho, a seus fundamentos lógicos, ao processo de raciocínio adotado, uma vez que os métodos de abordagem são essencialmente racionais. Desse ponto de vista, os métodos de abordagem são exclusivos entre si, embora se admita a possibilidade de mais de um método de abordagem ser empregado em uma pesquisa.

A presente pesquisa utilizou o método indutivo que parte da situação particular do município de Presidente Figueiredo para uma situação generalista. Segundo Fachin (2006, p.30) é “um procedimento do raciocínio que, a partir de uma análise de dados particulares, se encaminha para noções gerais”.

Essa dissertação se apóia numa pesquisa quali-quantitativa, para formular uma matriz de hierarquização dos atrativos naturais do município De Presidente Figueiredo, que possa ser um instrumento de apoio à gestão dos processos e iniciativas turísticas nessa localidade. Foram realizada pesquisa de campo, entrevistas em contato dialogal direto com as pessoas das comunidades locais, bem como a coleta de dados diretamente no local de ocorrência dos eventos (FACHIN, 2006).

A pesquisa realizada teve forte característica descritiva sendo resultante de um trabalho de campo que observou, registrou, analisou, classificou e interpretou os dados, sem interferir neles (GIL, 2002). O método de procedimento foi o estudo de caso, que, na visão de Yin (2005, p.21) “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Em nosso estudo de caso visamos contribuir para esclarecer decisões que configuram cursos de ação e contextos, buscando compreender os motivos pelos quais foram tomados, como foram implementadas e quais foram as consequências delas resultantes. Por fim, o conjunto de pessoas consultadas na pesquisa foram o Secretário de Turismo do Município de Presidente Figueiredo, oito guias de turismo (vinculados à Associação de Guias Águias) e três líderes comunitários locais, escolhidos numa amostragem por acessibilidade (GIL, 2000).

Vergara (1997, p.59) afirma que “todo método tem possibilidades e limitações”. É, portanto, importante informar as limitações da presente pesquisa. Na elaboração do nosso trabalho limitou-se a pesquisar, tão somente, os atrativos naturais de Presidente Figueiredo, não sendo seu foco

de atenção outros atrativos como: os culturais, as atividades econômicas, as realizações técnicas científicas e artísticas e eventos programados.

3.2 Os Levantamentos Preliminares

Foi realizada uma visita a Secretaria de Turismo do Município de Presidente Figueiredo e ao Serviço de Atendimento ao Turista para explorar dados sobre os atrativos naturais da cidade e informações sobre as associações e lideranças comunitárias da região. Foram elencados 62 atrativos entre cachoeiras, corredeiras, grutas e paredões como ilustra a tabela 8.

Tabela 8 – Relação dos atrativos naturais de Presidente Figueiredo.

RODOVIA AM – 240 (Estrada de Balbina)		
ATRATIVOS	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO
Caverna Refúgio do Maruaga	AM 240 – km 06 margem direita	Têm 18 metros de altura e 450 metros de profundidade aproximadamente
Cachoeira Brilhante	AM 240 – km 08	Pequena cascata com aproximadamente 3 metros de altura
Balneário Água Viva	AM 240 – km12	
Cachoeira Berro D'água	AM 240 – km 11 margem direita	Tem aproximadamente 4 metros de altura
Cachoeira Maravilha	Am-240 – Km – 12	Tem aproximadamente 8 metros de altura
Cachoeira do Santuário	AM 240 – km 12, margem direita.	3 quedas d'água, sendo que a mais alta mede em torno 15 metros
Cachoeira da Porteira	AM 240 – km 13 margem esquerda	
Cachoeira dos Pássaros	AM 240 – km 13	
Cachoeira da Maroca	AM 240 – km 17	
Cachoeira Balateiro	AM 240 – km 17 margem esquerda	
A Cara da Onça	Am-240 KM-20	
Corredeira Sossego da Pantera	AM 240 – km 20 margem direita	
Corredeira Rio das Pedras	AM 240 – Km-22	Tem aproximadamente 1000 metros de extensão
Cachoeira da Chica Preta	AM 240 – km 50 margem direita	
Cachoeira das Pacas	AM 240 – km 51 margem esquerda	
Cachoeira da Neblina	AM 240 – km 51 margem direita	Tem aproximadamente 22 metros de altura e 26 metros de largura.
Cachoeira Jardim	AM 240 – km 52	Tem aproximadamente 3 metros de altura
Cachoeira do Mutum	AM 240 – km 54 margem esquerda.	Cachoeira com 5 metros de altura com formato de véu de noiva
Cachoeira da Pedra Furada	AM 240 – km 57 margem esquerda	Cachoeira com formato de um chuveiro gigante

Cachoeira Salto do IPY	AM 240 – km 57	Tem aproximadamente 30 metros de altura
Paredão do Barreto	AM 240 - km 65 margem esquerda.	
Balneário do Barreto	AM 240 – km 65 margem esquerda	
Cachoeira Suçuarana	Aeroporto de Balbina	
Caverna do Batismo	A 2000 metros do CPA	
Cachoeira do Boto	AM 240 - Ramal da Morena	
Cachoeira da Morena	Ramal da Morena - Rio Uatumã.	
Corredeira Refúgio Ecológico	AM 240	Tem aproximadamente 300 metros de extensão
RODOVIA BR – 174		
ATRATIVOS	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO
Cachoeira da Matel	BR 174 – km 98 margem direita.	
Cachoeira da Asframa	BR 174 – km 99	Têm aproximadamente 5 metros de altura e 4 metros de largura
<i>Amazon Acqua Park</i>	BR 174 – km 101	Complexo de lazer e turismo
Cachoeira Santa Cláudia	BR 174 – km 107 margem direita	Tem 2 quedas d'água com aproximadamente 2 metros de altura.
Corredeira do Urubuí	BR 174 – km 107 margem esquerda.	
Corredeira do Camarão	BR 174 – km 109	Tem aproximadamente 300 metros de extensão
Cachoeira do Arco	BR 174 – km 110 margem direita	Cachoeira com formato de arco e piscina natural
Cachoeira dos Lages	BR 174 – km 113 margem direita	Área com 4 cachoeiras intercaladas
Gruta dos Lajes	BR 174 – km 113 margem esquerda.	
Gruta do Arco/Lago do Amor	BR 174 – km 113 margem esquerda.	
Cachoeira da Pedra Lascada	BR 174 – km 113 margem direita.	
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Grutas das Araras, Gruta da Catedral, Gruta Palácio do Galo da Serra).	BR 174 – km 115 margem esquerda	Área com 3 cachoeiras e 2 grutas.
Cachoeira das Araras	BR 174 – km 115 margem esquerda.	Cachoeira com 7 metros de altura e 12 metros de largura
Cachoeira da Micade	Br 174 Km- 134 Comunidade do Micade.	Tem aproximadamente 6 metros de quedas
Cachoeira da Onça	BR 174 – 108	Têm 5 metros de altura e 3 metros de largura
RAMAL – Acesso à AM 240		
ATRATIVOS	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO
Cachoeira das Orquídeas	Avenida Onça Pintada	Cachoeira com 6 metros de queda com formato de véu de noiva
Cachoeira das Quatro Quedas	Avenida Onça Pintada	Cachoeira que apresenta 4 quedas
Gruta do Raio	Avenida Onça Pintada	Tem 20 metros de altura, em sítio arqueológico.
RAMAL DO URUBUI		
ATRATIVOS	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO
Cachoeira Gentil	Ramal do Urubuí, km 10.	
Cachoeira Castanhãl		Tem aproximadamente 3 metros de quedas
Cachoeira Indiana Jones	Ramal do Urubuí, km 04.	Têm 5 metros de altura e 2 metros de largura
Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	Ramal do Urubuí, km 09.	Tem aproximadamente 150 metros de extensão
Cachoeira Princesinha do Urubu	Ramal do Urubuí, km 09.	Têm 5 metros de altura e 4 metros largura
RIO URUBU		
ATRATIVOS	ENDEREÇO	DESCRIÇÃO
Cachoeira da Sucuriju	A cerca de 02 horas de caminhadas na floresta.	
Paredão Pedra da Lua Branca	Rio Urubu a 2 horas de barco.	

Cachoeira da Lindóia	Margem direita do Rio Urubu.	
Cachoeira Natal	45 minutos de barco partindo do rio urubu.	Têm 5 metros de altura e 30 metros de largura
Cachoeira do Cacau	20 minutos de barco partindo do igarapé do urubuí mais 1 hora de caminhada.	Têm 6 metros de altura e 2 metros de largura
Cachoeira Rio branquinho	30 min de barco motorizado partindo da ponte do rio urubu, km 99.	Têm 1,5 metros de altura e 10 metros de largura
Cachoeira Pedra da Lua Branca	2 horas de barco motorizado partindo da ponte do rio urubu, km 99.	Têm 15 metros de altura e 5 metros de largura
Cachoeira Serra da Lua	Margem esquerda do rio urubu	45 minutos de barco motorizado

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR (2010).

3.3 Coletas de Dados

Os dados foram coletados em duas etapas distintas, ou seja, no mês de setembro de 2010 foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas (roteiro pré-estabelecido) com líderes comunitários locais sobre o papel do turismo hoje e as aspirações para o futuro e em outubro foi respondida a matriz de hierarquização proposta pela Organização Mundial do Turismo – OMT o Centro Interamericano de Capacitação Turística – CICATUR e adaptada para os atrativos naturais do município.

A metodologia utilizada para hierarquizar os atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo é baseada em uma matriz adaptada OMT/CICATUR e tem como objetivo auxiliar na avaliação do grau de importância dos atrativos para inclusão no roteiro turístico.

O primeiro passo foi avaliar o Potencial de Atratividade do item de acordo com suas características e o interesse que ele será capaz de despertar nos turistas. Para tanto, utilizou-se a classificação exposta na figura 13.

HIERARQUIA	CARACTERÍSTICAS
3 (Alto)	É todo atrativo turístico <u>excepcional e de grande interesse</u> , com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais
2 (Médio)	Atrativos com <u>aspectos excepcionais</u> de um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto

	com outros atrativos próximos a este.
1 (Baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar <u>fluxos turísticos regionais e locais</u> (atuais e potenciais)
0 (Nenhum)	Atrativos sem mérito suficiente, mas que formam parte do patrimônio turísticos como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar <u>correntes turísticas locais</u> , em particular a demanda de recreação popular.

Fonte: Ministério do Turismo (2007)

Figura 13 – Potencial de atratividade.

Após atribuir valor a hierarquia potencial de atratividade, foi avaliado outros aspectos que contribuirão na diferenciação objetiva das características de cada atrativo, tais como:

- a) **Grau de uso atual:** que permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para o município. Difere do grau de interesse por representar a situação vigente e não um potencial;
- b) **Representatividade:** que se fundamenta na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário;
- c) **Apoio local e comunitário:** onde se busca avaliar o grau de interesse da comunidade local no atrativo e na sua turistificação;
- d) **Estado de conservação da paisagem circundante:** onde se busca com base em observação *in loco* analisar a ambiência do atrativo e avaliar o estado de conservação da sua paisagem circundante;
- e) **Infraestrutura:** onde se busca aferir a existência de infra-estrutura turística disponível no atrativo e seu estado de conservação;
- f) **Acesso:** onde se busca aferir a existência e condições de uso das vias de acesso ao atrativo.

Em seguida apresentamos uma matriz de hierarquização:

	Critérios	Valores			
		0	1	2	3
HIERARQUIA	Potencial de Atratividade	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
	Grau de Uso Atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
	Representatividade	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos singulares	Elemento singular raro
	Apoio Local e Comunitário	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	Estado de Conservação	Péssimo estado de conservação	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infraestrutura	Inexistente	Existe, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso	Inexistente	Em estado precário	Necessitando de melhorias	Em ótimas condições
Total					

Fonte: Ministério do Turismo (2007).

Figura 14 – Outras hierarquias que contribuirão na diferenciação das características de cada atrativo.

Ressaltamos que, seguindo os procedimentos metodológicos propostos pela OMT/ CICATUR, os itens de maior significância, a saber, são: Potencial de Atratividade e Representatividade, pois devem receber a pontuação em dobro, sendo, portanto valorados com peso dois. Por fim, somam-se os pontos obtidos e define-se o *ranking* de atrativos. Quanto mais pontos determinado atrativo tiver, maior sua importância e necessidade de ser incluído nos roteiros turísticos que venham a ser elaborados.

Para Yin (2005, p. 137), “a análise dos dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar, ou do contrário, recombina as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de

um estudo”. Nas análises dos dados da nossa pesquisa quantitativa a matriz de hierarquização foi utilizada visando obter indicadores que pudessem servir de subsídio para políticas de desenvolvimento do turismo no Município de Presidente Figueiredo. A pesquisa qualitativa com base nas entrevistas com os líderes comunitários serviram principalmente para a identificação de iniciativas e potencialidades para o turismo de base comunitária. Os resultados das análises estão descritos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados quali-quantitativos da pesquisa de campo. São apresentadas as análises da matriz de hierarquização dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo. São também apresentadas as discussões do resultado das entrevistas feitas com os líderes comunitários sobre a percepção do turismo de base comunitária no município.

As variáveis descritas e valoradas a seguir podem ser trabalhadas de várias maneiras. Na elaboração desse capítulo foram definidos os índices abaixo que resultaram no *ranking* apresentado.

5.1 Potencial de Atratividade

No item potencial de atratividade consideram-se as características específicas e o interesse que o local pode despertar nos turistas, atribuindo-se um valor para suas características que estabelecerão uma ordem ou classificação (FERREIRA e COUTINHO, 2002). Um lugar atrativo com grande qualidade pode atrair mais pessoas do que um com pouca já que os turistas podem reconhecer as diferenças existentes, optando por espaços que possuam mais vantagens para si (HAAS, 2000).

Quanto mais rico e singular forem esses elementos que exercem o poder de atração maior é o deslocamento realizado pelos indivíduos para chegar a esse destino. Lemos (1999) estabelece uma relação direta entre distância percorrida e atratividade, quanto maior for à distância percorrida para chegar

ao local mais consideráveis terão que ser os atratores. Existe a necessidade de avaliar o potencial de atratividade turística, pois nem sempre um atrativo turístico atende os padrões de qualidade exigidos pelos turistas nacionais ou internacionais, algumas vezes por razões como acesso e infraestrutura de apoio atendem apenas ao turista local que na maioria das vezes possuem pouco tempo para lazer e se deslocam por meio de transportes locais.

Apesar do potencial de atratividade de uma localidade, variar significativamente segundo a percepção dos observadores, geralmente membros que pertençam a grupos comuns tendem a ter opiniões semelhantes (SILVA, 2009).

A tabela 9 apresenta o resultado da pesquisa de campo sobre o potencial de atratividade dos atrativos naturais de Presidente Figueiredo. Neste quesito, dentre os 62 atrativos, os que mais se destacaram, atingindo a hierarquização em nível 3, foram: Caverna Refúgio do Maroaga, Cachoeira de Iracema, Cachoeira do Santuário, Pedra Furada, Salto do Ipy e Paredão e Cachoeira da Lua Branca, Cachoeira da Porteira, Paredão do Barreto, Cachoeira Santa Cláudia, Araras, Cachoeira da Onça, Cachoeira das Orquídeas, Caverna do Batismo, do Arco, das Quatro Quedas, Corredeira do Urubuí, Cachoeira dos Lages e Gruta do Arco/ Lago do Amor.

Se seguirmos a metodologia da matriz OMT/CICATUR, este resultado indica que os atrativos anteriormente listados são capazes por si só motivar correntes de visitantes, inclusive internacionais. O indicador pode servir como importante subsídio a processos decisórios, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos como a priorizações de investimentos em iniciativas turísticas.

Vinte e três atrativos atingiram hierarquização em nível 2, segundo a metodologia da matriz OMT/CICATUR, esses podem ser valorados como atrativos com aspectos excepcionais, capazes de motivar visitantes do país e estrangeiros, enquanto apenas 13 atrativos são hierarquizados em nível 1, e valorados como capazes de atrair apenas fluxos turísticos regionais e locais.

É importante termos em mente que, apesar da significativa incidência de dezenove atrativos hierarquizados em nível 3, o fluxo turístico internacional no município ainda é muito incipiente, sendo que, por exemplo, no mês de setembro de 2010 a Empresa Estadual de Turismo (2010) registrou a presença de apenas 17.986 turistas estrangeiros em todo o Estado do Amazonas.

Tabela 9 – Potencial de atratividade dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Potencial atratividade.	Hierarquia	ATRATIVO	Potencial atratividade	Hierarquia
Caverna Refúgio do Maroaga	48	3	Cachoeira da Sucuriju	28	2
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Grutas das Araras, Gruta da Catedral, Gruta Palácio do Galo da Serra).	42	3	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	26	2
Cachoeira do Santuário	40	3	Cachoeira Princesinha do Urubu	26	2
Cachoeira da Pedra Furada	40	3	Cachoeira do Mutum	24	2
Cachoeira Salto do IPY	40	3	Cachoeira do Boto	24	2
Paredão Pedra da Lua Branca	40	3	Balneário Água Viva	22	2
Cachoeira Pedra da Lua Branca	40	3	A Cara da Onça	22	2
Cachoeira da Porteira	38	3	Corredeira Rio das Pedras	22	2
Paredão do Barreto	38	3	Cachoeira da Micade	22	2
Cachoeira Santa Cláudia	38	3	Cachoeira da Matel	22	2
Cachoeira das Araras	38	3	Cachoeira da Maroca	20	2
Cachoeira da Onça	36	3	Cachoeira Jardim	20	2
Cachoeira das Orquídeas	36	3	Balneário do Barreto	20	2
Caverna do Batismo	36	3	Cachoeira das Pacas	18	2
Cachoeira do Arco	36	3	Cachoeira Brilhante	16	1
Cachoeira das Quatro Quedas	34	3	Cachoeira Maravilha	14	1
Corredeira do Urubuí	34	3	Cachoeira Balateiro	12	1
Cachoeira dos Lages	34	3	Corredeira Refúgio Ecológico	10	1
Gruta do Arco/Lago do Amor	34	3	Gruta do Raio	8	1
Cachoeira da Asframa	32	2	Cachoeira Castanhal	8	1

Cachoeira da Pedra Lascada	32	2	Cachoeira Natal	8	1
Cachoeira da Chica Preta	30	2	Cachoeira Rio Branquinho	8	1
Cachoeira da Neblina	30	2	Cachoeira Serra da Lua	8	1
Gruta dos Lajes	30	2	Cachoeira da Morena	8	1
Cachoeira da Lindóia	30	2	Cachoeira Indiana Jones	7	1
Cachoeira dos Pássaros	28	2	Cachoeira do Cacau	7	1
Cachoeira Suçuarana	28	2	Cachoeira Gentil	6	1
<i>Amazon Acqua Park</i>	28	2	--	--	--

5.2 Grau de Uso Atual

Essa dimensão analisa a situação efetiva do fluxo turístico em cada atrativo. Isso implica que o atrativo que possui um alto grau de uso apresenta uma utilização turística efetiva. Há necessidade do poder público ficar atento para esses atrativos, pois é muito comum que áreas naturais que possuam um fluxo turístico intenso sejam degradadas pelo alto nível de utilização.

Segundo a percepção dos respondentes, os atrativos que possuem a mais alta hierarquização (em nível 3) quanto à intensidade do fluxo turístico são: a Cachoeira do Santuário, a Cachoeira da Asfarma, o *Amazon Acqua Park*, a Corredeira do Urubuí, a Cachoeira de Iracema, a Cachoeira das Araras, a Cachoeira da Porteira, a Cachoeira dos Pássaros, a Cachoeira das Orquídeas, a Cachoeira da Pedra Furada, a Cachoeira do Berro D'água, a Cachoeira da Maroca, a Corredeira do Sossego da Pantera, a Corredeira do Rio das Pedras, a Cachoeira da Chica Preta, a Cachoeira das Quatro Quedas, a Cara da Onça, a Caverna Refúgio do Maroaga e Gruta do Raio.

Vinte atrativos naturais foram hierarquizados em nível 2 (nível médio de intensidade do fluxo turístico) e treze foram hierarquizados em nível 1 (nível baixo de intensidade do fluxo turístico), conforme a tabela 10.

Tabela 10 – Grau de uso atual dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Grau de uso	Hierarquia	ATRATIVO	Grau de uso	Hierarquia
Cachoeira do Santuário	24	3	Cachoeira Suçuarana	13	2
Cachoeira da Asframa	24	3	Cachoeira Brilhante	12	2
<i>Amazon Acqua Park</i>	24	3	Cachoeira das Pacas	12	2
Corredeira do Urubuí	24	3	Cachoeira Castanhal	12	2
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Grutas das Araras, Gruta da Catedral, Gruta Palácio do Galo da Serra).	24	3	Cachoeira da Matel	12	2
Cachoeira das Araras	24	3	Cachoeira Gentil	11	2
Cachoeira da Porteira	23	3	Cachoeira do Cacau	11	2
Cachoeira dos Pássaros	23	3	Cachoeira Rio Branquinho	11	2
Cachoeira das Orquídeas	22	3	Cachoeira Serra da Lua	11	2
Cachoeira da Pedra Furada	21	3	Cachoeira Princesinha do Urubu	11	2
Cachoeira Berro D'água	19	3	Cachoeira Salto do IPY	10	2
Cachoeira da Maroca	19	3	Paredão do Barreto	10	2
Corredeira Sossego da Pantera	19	3	Cachoeira da Morena	10	2
Corredeira Rio das Pedras	18	3	Cachoeira Jardim	9	2
Cachoeira da Chica Preta	18	3	Cachoeira do Boto	9	2
Cachoeira das Quatro Quedas	18	3	Caverna do Batismo	8	1
Caverna Refúgio do Maroaga	17	3	Corredeira Refúgio Ecológico	8	1
A Cara da Onça	17	3	Paredão Pedra da Lua Branca	8	1
Gruta do Raio	17	3	Cachoeira da Lindóia	8	1
Balneário Água Viva	16	2	Cachoeira do Mutum	7	1
Cachoeira da Onça	16	2	Cachoeira Santa Cláudia	7	1
Cachoeira Natal	15	2	Cachoeira do Arco	7	1
Cachoeira Maravilha	14	2	Cachoeira dos Lages	7	1
Cachoeira Balateiro	14	2	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	7	1
Cachoeira da Neblina	14	2	Cachoeira Pedra da Lua Branca	7	1
Cachoeira da Micade	14	2	Gruta do Arco/Lago do Amor	5	1
Cachoeira Indiana Jones	14	2	Cachoeira da Pedra Lascada	5	1
Balneário do Barreto	14	2	Gruta dos Lajes	3	1
Cachoeira da Sucuriçu	14	2	--	--	--

5.3 Grau de representatividade dos atrativos

A representatividade turística do atrativo é determinada singularidade ou raridade do atrativo natural. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário é o atrativo em questão. Para Pires (2009) a

singularidade do atrativo são ocorrências naturais na paisagem que se tornam ponto de atração por serem únicas, escassas, de valor tradicional ou interesse histórico.

Segundo o Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil (2005), a singularidade do atrativo é o valor atribuído a um recurso pelo fato de ser único, seja no mundo, no país, na região ou no estado, podendo tal valoração estar referida ao imaginário da diferença e da mudança do cotidiano. Quanto mais singular, passível de gerar atração por sua presença e natureza específica (WAINBERG, 2003). A cada destino turístico corresponde certo número de singularidades, sobre as quais se assenta a estratégia promocional da localidade em questão.

Na percepção dos entrevistados 15 atrativos naturais no Município de Presidente Figueiredo foram hierarquizados em nível 3 (elemento singular e raro), são eles: a Caverna do Refúgio, a Caverna do Maroaga, a Caverna do Batismo, a Cachoeira das Quatro Quedas, a Cachoeira de Iracema, a Cachoeira da Asframa, o *Amazon Acqua Park*, a Cachoeira da Porteira, a Cachoeira das Orquídeas, a Cachoeira da Suçuarana, a Cachoeira das Araras, a Cachoeira do Santuário, a Corredeira do Urubuí, a Cachoeira da Neblina e a Cachoeira do Salto do IPY.

A maior parte dos atrativos (quarenta e um) foram hierarquizados em nível 2 (como possuindo um grupo restrito de elementos singulares). Somente um atrativo foi hierarquizado em nível 1 (elemento bastante comum), como mostra a tabela 11.

Tabela 11 – Grau de representatividade dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Representatividade	Hierarquia	ATRATIVO	Representatividade	Hierarquia
Caverna Refúgio do Maroaga	48	3	Cachoeira dos Lages	28	2
Cachoeira das Quatro Quedas	44	3	Cachoeira da Sucuriçu	28	2
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Grutas das Araras, Gruta da Catedral, Gruta Palácio, Gruta do Galo da Serra).	44	3	Cachoeira Brilhante	26	2
Cachoeira da Pedra Furada	40	3	Corredeira Sossego da Pantera	26	2
Cachoeira da Asframa	40	3	Cachoeira das Pacas	26	2
<i>Amazon Acqua Park</i>	40	3	Cachoeira da Micade	26	2
Cachoeira da Porteira	38	3	Paredão do Barreto	26	2
Cachoeira das Orquídeas	38	3	Cachoeira da Pedra Lascada	26	2
Cachoeira Suçuarana	38	3	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	26	2
Cachoeira das Araras	38	3	Cachoeira da Lindóia	26	2
Cachoeira do Santuário	36	3	Cachoeira Maravilha	24	2
Corredeira do Urubuí	36	3	Cachoeira da Maroca	24	2
Cachoeira da Neblina	34	3	Corredeira Rio das Pedras	24	2
Cachoeira Salto do IPY	34	3	Cachoeira da Chica Preta	24	2
Caverna do Batismo	34	3	Cachoeira Jardim	24	2
Cachoeira da Onça	32	2	Cachoeira Gentil	24	2
Gruta do Raio	32	2	Cachoeira do Cacau	24	2
Cachoeira Berro D'água	30	2	Cachoeira Rio branquinho	24	2
Cachoeira Natal	30	2	Balneário do Barreto	24	2
Cachoeira do Arco	30	2	Gruta do Arco/Lago do Amor	24	2
Gruta dos Lajes	30	2	A Cara da Onça	22	2
Paredão Pedra da Lua Branca	30	2	Cachoeira da Morena	22	2
Cachoeira Pedra da Lua Branca	30	2	Corredeira Refúgio Ecológico	22	2
Balneário Água Viva	28	2	Cachoeira Princesinha do Urubu	22	2
Cachoeira dos Pássaros	28	2	Cachoeira Balateiro	20	2
Cachoeira Castanhal	28	2	Cachoeira do Boto	20	2
Cachoeira Indiana Jones	28	2	Cachoeira da Matel	20	2
Cachoeira Serra da Lua	28	2	Cachoeira do Mutum	16	1
Cachoeira Santa Cláudia	28	2	--	--	--

5.4 Apoio comunitário

Nas práticas turísticas tem importante papel o envolvimento das comunidades. Os habitantes e nativos das localidades turísticas não devem ter no turismo uma ameaça destrutiva de suas identidades culturais e sítios simbólicos de pertencimento (ZAOUAL, 2003). As pessoas devem se

orgulham de quem são, podem ser os melhores elos na interação com o visitante (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Deve ser destacado que esta foi a única dimensão avaliada em que nenhum dos atrativos obteve hierarquização em nível 3 (o mais alto). Vinte e oito atrativos foram classificados em nível de hierarquização correspondente a 2 e vinte nove em nível correspondente a 1, conforme a tabela 12. Esse é um importante indicativo da fragilidade do apoio comunitário às práticas turísticas locais, um quesito de importância estratégica para a implantação de uma política de promoção do turismo situado, com resultados positivos para o desenvolvimento social.

Tabela 12 – Apoio local e comunitário aos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Apoio Comunitário	Hierarquia	ATRATIVO	Apoio Comunitário	Hierarquia
Caverna Refúgio do Maroaga	16	2	Cachoeira Maravilha	8	1
Cachoeira dos Pássaros	16	2	Cachoeira da Maroca	8	1
Cachoeira das Orquídeas	16	2	Cachoeira Balateiro	8	1
Cachoeira das Quatro Quedas	16	2	Cachoeira das Pacas	8	1
Cachoeira Santa Cláudia	16	2	Cachoeira da Neblina	8	1
Corredeira do Urubuí	15	2	Cachoeira da Onça	8	1
Cachoeira do Santuário	13	2	Cachoeira do Cacau	8	1
Cachoeira Suçuarana	13	2	Cachoeira do Mutum	8	1
Cachoeira do Arco	13	2	Cachoeira do Boto	8	1
Cachoeira da Micade	11	2	Cachoeira da Asframa	8	1
Cachoeira de Iracema (gruta da onça, grutas das araras, Gruta da cathedral gruta palácio do galo da serra).	11	2	<i>Amazon Acqua Park</i>	8	1
Cachoeira das Araras	11	2	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	8	1
Cachoeira da Sucuriçu	11	2	Cachoeira Princesinha do Urubu	8	1
Balneário Água Viva	10	2	Paredão Pedra da Lua Branca	8	1
Cachoeira Berro D'água	10	2	Cachoeira da Lindóia	8	1
Cachoeira da Porteira	10	2	Cachoeira Pedra da Lua Branca	8	1
A Cara da Onça	10	2	Cachoeira Jardim	7	1
Gruta do Raio	10	2	Cachoeira da Pedra Furada	7	1
Cachoeira Rio branquinho	10	2	Cachoeira Salto do IPY	7	1
Cachoeira Serra da Lua	10	2	Paredão do Barreto	7	1
Caverna do Batismo	10	2	Balneário do Barreto	7	1

Corredeira Sossego da Pantera	9	2	Cachoeira da Morena	7	1
Corredeira Rio das Pedras	9	2	Corredeira Refúgio Ecológico	7	1
Cachoeira da Chica Preta	9	2	Cachoeira dos Lages	7	1
Cachoeira Gentil*	9	2	Gruta dos Lajes	7	1
Cachoeira Castanhal*	9	2	Gruta do Arco/Lago do Amor	7	1
Cachoeira Indiana Jones	9	2	Cachoeira da Pedra Lascada	7	1
Cachoeira Natal	9	2	Cachoeira da Matel	5	1
Cachoeira Brilhante	8	1	--	--	--

5.5 Estado de conservação dos atrativos

O estado de conservação do atrativo turístico diz respeito a sua qualidade como recurso natural, quanto mais conservado, mais importante para determinadas modalidades de turismo (ecoturismo e turismo de natureza). A matriz pode subsidiar a identificação dos atrativos em processo de degradação e servir de alerta para intervenções mitigadoras de impactos predatórios.

Apenas sete atrativos foram hierarquizados em nível 3 (ótimo estado de conservação): a Caverna do Maroaga, a Cachoeira Brilhante, a Cachoeira da Neblina, a Cachoeira da Onça, a Cachoeira Indiana Jones, a Corredeira do Urubuí e a Cachoeira da Pedra da Lua Branca.

A maioria dos atrativos (quarenta e cinco) foram hierarquizados em nível 2 (bom estado de conservação). Quatro atrativos foram valorados em estado de conservação regular. Nenhum atrativo foi avaliado em péssimo estado de conservação, como ilustra os resultados da tabela 13.

Tabela 13 – Estado de conservação dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Estado de conservação	Hierarquia	ATRATIVO	Estado de conservação	Hierarquia
Caverna Refúgio do Maroaga	20	3	Cachoeira da Micade	12	2
Cachoeira Brilhante	17	3	Cachoeira Serra da Lua	12	2

Cachoeira da Neblina	16	3	Caverna do Batismo	12	2
Cachoeira da Onça	16	3	A Cara da Onça	11	2
Cachoeira Indiana Jones	16	3	Gruta do Raio	11	2
Corredeira do Urubuí	16	3	Cachoeira da Pedra Furada	11	2
Cachoeira Pedra da Lua Branca	16	3	Balneário do Barreto	11	2
Cachoeira Berro D'água	15	2	Cachoeira Suçuarana	11	2
Cachoeira Maravilha	15	2	Cachoeira do Boto	11	2
Cachoeira da Maroca	15	2	Cachoeira do Arco	11	2
Cachoeira da Porteira	14	2	Cachoeira das Pacas	10	2
Corredeira Rio das Pedras	14	2	Cachoeira do Mutum	10	2
Cachoeira Jardim	14	2	Corredeira Refúgio Ecológico	10	2
Cachoeira das Orquídeas	14	2	Cachoeira dos Lages	10	2
Cachoeira das Quatro Quedas	14	2	Gruta dos Lajes	10	2
Cachoeira Salto do IPY	14	2	Gruta do Arco/Lago do Amor	10	2
Cachoeira da Asframa	14	2	Cachoeira da Pedra Lascada	10	2
Amazon Acqua Park	14	2	Cachoeira do Cacau	9	2
Cachoeira Santa Cláudia	14	2	Cachoeira Rio branquinho	9	2
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Grutas das Araras, Gruta da Catedral, Gruta Palácio do Galo da Serra).	14	2	Paredão do Barreto	9	2
Cachoeira da Lindóia	14	2	Cachoeira da Morena	9	2
Balneário Água Viva	13	2	Cachoeira das Araras	9	2
Cachoeira do Santuário	13	2	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	9	2
Cachoeira dos Pássaros	13	2	Paredão Pedra da Lua Branca	9	2
Corredeira Sossego da Pantera	13	2	Cachoeira Castanhal	8	1
Cachoeira da Chica Preta	13	2	Cachoeira da Matel	8	1
Cachoeira Gentil	13	2	Cachoeira Princesinha do Urubu	6	1
Cachoeira Natal	13	2	Cachoeira da Sucuriçu	6	1
Cachoeira Balateiro	12	2	--	--	--

5.6 Infraestrutura dos atrativos

Essa dimensão analisa a infraestrutura instalada no atrativo levando em conta elementos como banheiros públicos, serviços de alimentação, estacionamento, sistema de comunicação e outros. Atrativos que tenham alto grau de interesse, mas condições precárias de acolhida aos visitantes são prioritárias para ações de melhorias de infraestrutura.

Como é descrito na tabela 14, apenas quatro atrativos foram hierarquizados em nível 3 (ótimas condições). Quinze atrativos foram hierarquizados em nível 2, ou seja, apresentam uma infra-estrutura que necessita de melhoramentos. O resultado mais significativo é que a grande maioria dos atrativos (quarenta e três) são hierarquizados em nível 1, ou seja, apresentam uma infraestrutura em estado precário de conservação.

Tabela 14 – Infraestrutura dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Infra	Hierarquia	ATRATIVO	Infra	Hierarquia
Cachoeira do Santuário	20	3	Cachoeira Castanhal	7	1
Corredeira do Urubuí	20	3	Cachoeira Rio branquinho	7	1
Amazon Acqua Park	18	3	Cachoeira Serra da Lua	7	1
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Gruta das Araras, Gruta da Catedral, Gruta do Palácio do Galo da Serra).	17	3	Cachoeira Salto do IPY	7	1
Cachoeira Berro D'água	15	2	Balneário do Barreto	7	1
Cachoeira da Asrama	14	2	Cachoeira da Matel	7	1
Cachoeira Santa Cláudia	14	2	Cachoeira Indiana Jones	6	1
Balneário Água Viva	13	2	Cachoeira Suçuarana	6	1
Cachoeira da Porteira	13	2	Cachoeira da Morena	6	1
Cachoeira dos Pássaros	13	2	Corredeira Refúgio Ecológico	6	1
Cachoeira Brilhante	12	2	Caverna Refúgio do Maroaga	5	1
Cachoeira Maravilha	12	2	Cachoeira Gentil	5	1
Cachoeira da Pedra Furada	12	2	Cachoeira Natal	5	1
Corredeira Sossego da Pantera	11	2	Cachoeira do Cacau	5	1
Cachoeira das Orquídeas	11	2	Paredão do Barreto	5	1
Cachoeira das Quatro Quedas	11	2	Caverna do Batismo	5	1
Cachoeira das Araras	11	2	Cachoeira dos Lages	5	1
Cachoeira da Sucuriju	11	2	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	5	1
A Cara da Onça	10	2	Cachoeira da Neblina	4	1
Cachoeira da Onça	10	2	Cachoeira do Mutum	4	1
Cachoeira Jardim	9	2	Cachoeira do Arco	4	1

Corredeira Rio das Pedras	8	1	Gruta dos Lajes	4	1
Cachoeira da Micade	8	1	Cachoeira do Boto	3	1
Gruta do Raio	8	1	Gruta do Arco/Lago do Amor	3	1
Cachoeira Princesinha do Urubu	8	1	Cachoeira da Pedra Lascada	3	1
Cachoeira da Maroca	7	1	Paredão Pedra da Lua Branca	3	1
Cachoeira Balateiro	7	1	Cachoeira da Lindóia	3	1
Cachoeira da Chica Preta	7	1	Cachoeira Pedra da Lua Branca	3	1
Cachoeira das Pacas	7	1	--	--	--

5.7 Acesso aos Atrativos

Para Silva (2009) os principais determinantes da acessibilidade de um atrativo turístico são: a acessibilidade física, a localização geográfica, a facilidade de acesso e a sinalização indicativa. Esses itens podem facilitar ou dificultar a apropriação do atrativo, influenciando diretamente a percepção dos turistas relativamente ao atrativo em questão. Uma localidade, mesmo contando com atrativos (e infraestrutura) turísticos, pode ter sua comercialização como destino turístico inviabilizada pela precariedade de acesso. Quanto mais acessível um atrativo, maior a probabilidade de integrá-lo aos programas turísticos.

A tabela 15 apresenta a percepção da acessibilidade dos atrativos naturais do Município de Presidente Figueiredo. Quatorze atrativos foram hierarquizados em nível 3 (ótimas condições de acesso): a Cachoeira da Porteira, a Cachoeira dos Pássaros, a Cachoeira do Santuário, a Cachoeira das Orquídeas, a Cachoeira das Quatro Quedas, a Cachoeira da Maroca, a Cachoeira da Asframa, a Cachoeira da Onça, a Cachoeira de Santa Cláudia, a Cachoeira do Boto, o *Amazon Acqua Park*, a Corredeira do Sossego da Pantera, a Corredeira do Urubuí e Gruta do Raio.

Um resultado significativo, indicou que a grande maioria dos atrativos naturais (trinta e seis) foram hierarquizados em nível 2, ou seja, na percepção dos entrevistados o acesso aos atrativos necessita de melhorias. Apenas 6 atrativos foram hierarquizados em nível 1, avaliados como apresentando acesso em estado precário e deficiente¹.

Tabela 15 – Acesso aos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

ATRATIVO	Acesso	Hierarquia	ATRATIVO	Acesso	Hierarquia
Cachoeira da Porteira	22	3	Cachoeira dos Lages	13	2
Cachoeira dos Pássaros	22	3	Cachoeira Princesinha do Urubu	13	2
Cachoeira do Santuário	21	3	Cachoeira da Sucuriçu	13	2
Corredeira Sossego da Pantera	21	3	Balneário Água Viva	12	2
Cachoeira das Orquídeas	20	3	A Cara da Onça	12	2
Cachoeira das Quatro Quedas	20	3	Cachoeira da Chica Preta	12	2
Corredeira do Urubuí	20	3	Cachoeira do Mutum	12	2
Cachoeira da Maroca	19	3	Cachoeira Salto do IPY	12	2
Cachoeira do Boto	18	3	Paredão do Barreto	12	2
Cachoeira da Asframa	18	3	Cachoeira da Matel	12	2
<i>Amazon Acqua Park</i>	18	3	Gruta do Arco/Lago do Amor	12	2
Cachoeira da Onça	17	3	Cachoeira da Pedra Lascada	12	2
Gruta do Raio	17	3	Cachoeira das Araras	12	2
Cachoeira Santa Cláudia	17	3	Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	12	2
Cachoeira da Pedra Furada	16	2	Cachoeira da Micade	11	2
Cachoeira Balateiro	15	2	Cachoeira Castanhal	11	2
Caverna do Batismo	15	2	Cachoeira Suçuarana	11	2
Corredeira Refúgio Ecológico	15	2	Paredão Pedra da Lua Branca	11	2
Gruta dos Lajes	15	2	Cachoeira da Lindóia	11	2
Cachoeira Brilhante	14	2	Cachoeira da Neblina	9	2

¹ As visitas feitas durante a pesquisa de campo permitem-me dizer com relação a este quesito que as vias de acesso, pequenas pontes e trilhas carecem de manutenção constante (principalmente se considerando a umidade e constantes chuvas). Deve ser ressaltado que para o segmento de ecoturismo, o difícil acesso pode até ser “transvalorado” e se constituir em fator positivo.

Cachoeira Berro D'água	14	2	Cachoeira Indiana Jones	9	2
Corredeira Rio das Pedras	14	2	Cachoeira Natal	9	2
Balneário do Barreto	14	2	Cachoeira do Cacau	8	1
Cachoeira do Arco	14	2	Cachoeira Serra da Lua	8	1
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Gruta das Araras, Gruta da Catedral, Gruta do Palácio do Galo da Serra).	14	2	Cachoeira Pedra da Lua Branca	8	1
Caverna Refúgio do Maroaga	13	2	Cachoeira das Pacas	7	1
Cachoeira Maravilha	13	2	Cachoeira Rio branquinho	5	1
Cachoeira Jardim	13	2	Cachoeira da Morena	5	1
Cachoeira Gentil	13	2	--	--	--

5.8 Hierarquização final dos atrativos naturais pela pesquisa quantitativa

O Município de Presidente Figueiredo apresenta um grande potencial para desenvolvimento das inúmeras modalidades turísticas, indo do ecoturismo ao turismo de contemplação e propiciando a prática de esportes de aventura como canoagem, *treking*², rapel e *cascading*³, ou ainda atividades menos arriscadas como a flutuação, a cavalgada e o bóia *cross*. Um elemento a ser ressaltado em todas elas é a grande beleza cênica das localidades.

Dos cinquenta e sete atrativos naturais pesquisados, dez foram hierarquizados em nível 3 segundo a matriz de classificação proposta pelo CICATUR/ OMT. Estes dez atrativos seriam passíveis de classificação como excepcionais e de forte interesse para o mercado turístico nacional e internacional.

O quadro geral da pesquisa é apresentado na tabela 16, como se segue:

² Inclui desde uma simples caminhada sobre trilhas já existentes até a travessia em lugares selvagens, cruzando florestas, rios e montanhas, exigindo planejamento e, muitas vezes, a companhia de guias experientes.

³ É a descida de cachoeira baseada em técnicas de rapel, aperfeiçoadas para o ambiente aquático.

Tabela 16 – Ranking geral dos atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo.

Atrativo	Atrati- vidade	Uso Atual	Represen- tatividade	Apoio Comun.	Conser- vação	Infra	Acesso	Hierar- quia	TOTAL
Caverna Refúgio do Maroaga	48	17	48	16	20	5	13	3	167
Cachoeira do Santuário	40	24	36	13	13	20	21	3	167
Balneário Água Viva	42	24	44	11	14	17	14	3	166
Cachoeira Berro D'água	34	24	36	15	16	20	20	3	165
Cachoeira Salto do IPY	38	23	38	10	14	13	22	3	158
Cachoeira da Porteira	36	22	38	16	14	11	20	3	157
Cachoeira da Onça	34	18	44	16	14	11	20	3	157
Cachoeira dos Pássaros	32	24	40	8	14	14	18	3	150
Cachoeira da Maroca	28	24	40	8	14	18	18	3	150
Cachoeira Neblina	40	21	40	7	11	12	16	3	147
A Cara da Onça	28	23	28	16	13	13	22	2	143
Corredeira Sossego da Pantera	38	24	38	11	9	11	12	2	143
Corredeira Rio das Pedras	36	16	32	8	16	10	17	2	135
Cachoeira da Chica Preta	38	7	28	16	14	14	17	2	134
Cachoeira das Pacas	26	19	30	10	15	15	14	2	129
Cachoeira Brilhante	26	19	26	9	13	11	21	2	125
Cachoeira Jardim	40	10	34	7	14	7	12	2	124
Cachoeira Balateiro	28	13	38	13	11	6	11	2	120
Cachoeira da Micade	36	8	34	10	12	5	15	2	120
Cachoeira das Orquídeas	30	14	34	8	16	4	9	2	115
Cachoeira das quatro quedas	36	7	30	13	11	4	14	2	115
Gruta do Raio	22	16	28	10	13	13	12	2	114
Cachoeira Gentil	30	18	24	9	13	7	12	2	113
Cachoeira Castanhal	20	19	24	8	15	7	19	2	112
Cachoeira Indiana Jones	40	7	30	8	16	3	8	2	112
Cachoeira Natal	28	14	28	11	6	11	13	2	111
Cachoeira do Cacau	22	18	24	9	14	8	14	2	109
Cachoeira Rio branquinho	40	8	30	8	9	3	11	2	109
Cachoeira Serra da Lua	38	10	26	7	9	5	12	2	107
Cachoeira do Mutum	16	12	26	8	17	12	14	2	105
Cachoeira da Pedra Furada	22	17	22	10	11	10	12	2	104
Cachoeira Maravilha	22	14	26	11	12	8	11	2	104
Paredão do Barreto	34	7	28	7	10	5	13	2	104
Balneário do Barreto	8	17	32	10	11	8	17	2	103
Cachoeira Suçarana	14	14	24	8	15	12	13	2	100
Caverna do Batismo	30	8	26	8	14	3	11	2	100
Cachoeira do Boto	30	3	30	7	10	4	15	2	99
Cachoeira da Morena	20	14	24	7	11	7	14	2	97

Corredeira Refúgio Ecológico	20	9	24	7	14	9	13	2	96
Cachoeira da Matel	34	5	24	7	10	3	12	2	95
Cachoeira da Asframa	32	5	26	7	10	3	12	2	95
<i>Amazon Acqua Park</i>	26	11	22	8	6	8	13	2	94
Cachoeira Santa Cláudia	24	9	20	8	11	3	18	2	93
Corredeira do Urubuí	26	7	26	8	9	5	12	2	93
Cachoeira do Arco	7	14	28	9	16	6	9	2	89
Cachoeira dos Lages	8	15	30	9	13	5	9	2	89
Gruta dos Lajes	12	14	20	8	12	7	15	2	88
Gruta do Arco/Lago do Amor	18	12	26	8	10	7	7	2	88
Cachoeira da Pedra Lascada	22	12	20	5	8	7	12	2	86
Cachoeira de Iracema (Gruta da Onça, Grutas das Araras, Gruta da Catedral, Gruta do Palácio do Galo da Serra).	8	11	28	10	12	7	8	2	84
Cachoeira das Araras	8	12	28	9	8	7	11	2	83
Corredeira Portal dos Anjos (antiga Santa Bárbara)	6	11	24	9	13	5	13	2	81
Cachoeira Princesinha do Urubu	24	7	16	8	10	4	12	2	81
Cachoeira da Sucuriju	10	8	22	7	10	6	15	2	78
Paredão Pedra da Lua Branca	8	11	24	10	9	7	5	2	74
Cachoeira da Lindóia	7	11	24	8	9	5	8	2	72
Cachoeira Pedra da Lua Branca	8	10	22	7	9	6	5	1	67

Em seguida apresentamos um quadro descritivo sintético dos dez principais atrativos elencados.

- **Caverna Refúgio do Maroaga**

O nome da caverna teria origem no fato de ter sido refúgio de um chefe indígena, Maroaga durante abertura da BR 174. Possui outras cavidades como gruta dos Animais, gruta do Pequeno, gruta da Judéia, fenda das Raízes, gruta dos Três Arcos e grutas do Maratá formando o chamado Sistema Maroaga. Situa-se a cerca de 600 m da rodovia AM 240, através de trilha aberta em meio à floresta a caverna do Maroaga é considerada a maior do estado do Amazonas.



Fonte: Via Rural (2010).

Figura 15 – Caverna do Maroaga.

- **Cachoeira do Santuário**

Localiza-se a margem direita da rodovia AM 240 no km 12, em propriedade privada. A Cachoeira apresenta 3 quedas, sendo a mais alta com 15 metros, além de cascatas, piscinas naturais e igarapés. O acesso acontece por meio de pequenas pontes construídas no interior da mata.



Fonte: Reis (2006).

Figura16 – Cachoeira do Santuário.

- **Balneário Água Viva**

Localizado no km 12 da AM-240 é necessário andar 100 m em uma trilha, pois há locais para se pernoitar, mas o visitante pode somente passar o sábado e o domingo.

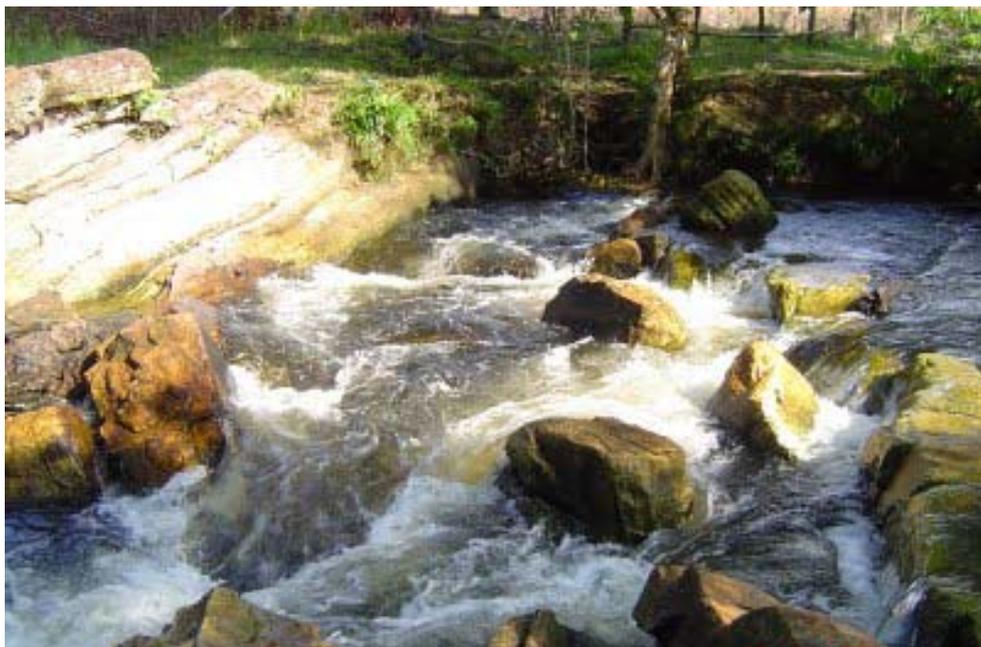


Figura 17 – Cachoeira dentro do Balneário Água Viva.

- **Cachoeira Berro D'água**

Localizada a margem direita da rodovia AM 240 no km 11 em propriedade particular. O acesso acontece por um ramal de lateritas (pedrinhas) dentro da fazenda Berro D'água. A queda principal é pequena, mas boa para o banho.



Fonte: Hotel Maruaga (2010).

Figura 18 – Cachoeira Berro D'água.

- **Cachoeira Salto do Ipy**

Localizada a 57 km da AM 240 apesar do volume menor de água é bastante alta com mais de 30 metros, é necessário andar mais de uma hora dentro da mata para chegar ao atrativo.



Fonte: Hotel Maruaga (2010).

Figura 19– Cachoeira Salto do Ipy.

- **Cachoeira da Porteira**

Localizada em uma propriedade privada no km 12 da AM 240, é necessário andar 1,5km até chegar ao atrativo. A corredeira é forte com grande formação de rochas e fendas.



Fonte: Jacquet (2010).

Figura 20 - Cachoeira da Porteira

- **Cachoeira da Onça**

Localiza-se no km 1 do ramal do Urubuí e sua principal queda d'água tem aproximadamente 4 m. É necessário andar 1050m no interior da mata onde orquídeas podem ser encontradas nas copas de algumas árvores.

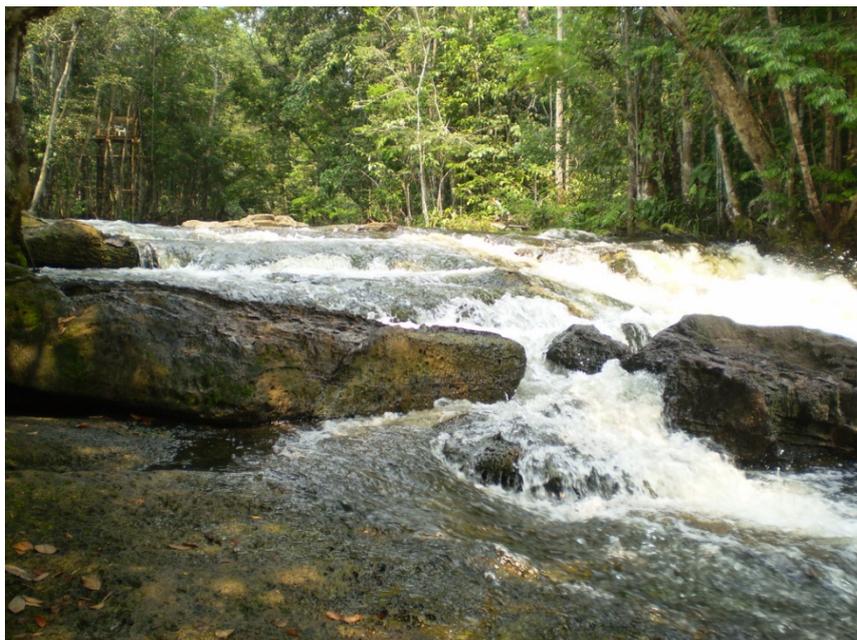


Fonte: Sander (2010).

Figura 21 - Cachoeira da Onça.

- **Cachoeira dos Pássaros**

Localizada no km 13 da AM 240 é necessário andar em uma pequena estrada de argilosa laterítica por 2 km, possui área para camping.



Fonte: Fronteira Mao (2010).

Figura 22 - Cachoeira dos Pássaros.

- **Cachoeira da Maroca**

Localizada a margem esquerda da rodovia AM 240 no km 17 é necessário andar 3 km em um ramal não pavimentado.



Fonte: DreamKeeper (2007).

Figura 23 – Cachoeira da Maroca.

- **Cachoeira Neblina**

É a maior cachoeira do município, com mais de 22 metros de altura localizada no km 51 da AM – 240 a 8 km de trilha dentro da mata. Nos últimos metros da caminhada, quando já é possível ouvir a água, é necessário descer um íngreme barranco. A cachoeira impressiona pela altura e largura que forma um imenso paredão de água. Devido a força das águas gotículas se espalham dando a impressão de neblina



Figura 24 – Cachoeira da Neblina

5.9 Análise qualitativa dos depoimentos de entrevistados

Quando perguntados se as comunidades eram indagadas sobre o que pensam acerca da atividade turística no município de Presidente Figueiredo todos foram unânimes em dizer que nunca haviam sido questionados sobre o desenvolvimento do turismo na cidade. Apesar disso também relatavam que já ouviram falar da realização de reuniões, fóruns e palestras ministrados pelos órgãos municipais e estaduais sobre o turismo no município e da participação de algumas pessoas da comunidade.

Todos entrevistados possuem membros da família ou conhecidos que trabalham diretamente com praticas turísticas no município e avaliam que o turismo possa ser uma opção para o desenvolvimento da região.

Um representante da comunidade expressou preocupação com a organização da atividade turística comentando sobre possíveis impactos negativos do turismo, principalmente ambientais. Dois entrevistados

conheciam outras comunidades e/ou associações que já trabalham diretamente com o turismo no município

Os respondentes foram questionados sobre a visitação da população local a alguns atrativos. Todos disseram que é costume dessa população o uso como balneário dos rios e igarapés, enquanto os nativos das comunidades locais preferem fazer isso nos dias de menor fluxo (segunda a quarta-feira).

Indagados sobre a existência de alguma iniciativa para apoiar a conservação, valorização e resgate da cultura e tradições das comunidades locais dois entrevistados indicaram como ativos nesse sentido a Associação Cultural de Presidente Figueiredo, o Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Purificação Froufe da Costa e o Grupo Folclórico Ciranda Alegria de Viver.

Em síntese pudemos constatar que as tradições das comunidades locais foram se perdendo no tempo. O artesanato, a dança, a culinária, as formas de se vestir, as brincadeiras, os jogos, as crenças, os mitos, as lendas, enfim, todo um modo de vida esta em processo de extinção. Resgatar, vivenciar e valorizar as manifestações culturais das comunidades locais pode ser um elemento estratégico na formulação de uma política de desenvolvimento social e turismo para o Município de Presidente Figueiredo, onde o turismo de base comunitária pode desempenhar um papel vital.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo maior, hierarquizar os atrativos naturais no Município de Presidente Figueiredo no Estado do Amazonas. Considerando os aspectos variados de sua paisagem, optou-se pela valoração apenas dos atrativos naturais achados no município como grutas, cavernas, corredeira, cachoeiras e paredões.

Com efeito, a Secretaria Municipal de Turismo estabeleceu cinquenta e sete atrativos naturais. O instrumento de pesquisa foi validado, pois observa a estrutura indicada pela Organização Mundial do Turismo – OMT o Centro Interamericano de Capacitação Turística – CICATUR.

Por meio dos resultados obtidos constatou-se que dos cinquenta e sete atrativos naturais apenas dez apresentam hierarquia 3, ou seja, excepcionais e de grande interesse para o mercado turístico. A grande maioria dos atrativos pesquisados possui hierarquia 2, atrativos com aspectos excepcionais. Constatou-se então, que o município de Presidente Figueiredo possui atrativos naturais com alta valoração hierárquica implicado em um elevado potencial de atração turística, pois é certamente bem maior do que o aproveitado na atualidade. Necessário se faz o engajamento das esferas públicas, privadas e das comunidades locais para que essa capacidade seja desenvolvida e aproveitada da forma mais adequada à sustentabilidade do turismo no município.

Verificou-se que dezenove atrativos têm prioridade de investimentos, ações e projetos que os beneficiem. A grande parte do fluxo turístico é de

moradores da cidade de Manaus o turismo nacional e internacional ainda é insignificante do município por isso alguns atrativos ainda se encontram em fase incipiente de visitação.

A matriz de hierarquização mostrou que participação das comunidades locais é insatisfatória apesar de iniciarem as experiências com o turismo que privilegiam o lugar os resultados são insignificantes, pois quando a população de uma localidade participa do processo de turistificação existe o desenvolvimento e a valorização dos indivíduos, das microeconomias tornando o turismo um segmento sustentável.

Quanto ao estado de conservação a maioria, cinquenta e dois, dos atrativos possuem sua área preservada, **ainda não apresentando** problemas ambientais. Observa-se que é preciso uma política séria sobre a utilização dos recursos hídricos da região bem como um estudo profundo sobre a capacidade de carga dos atrativos, diversos elementos naturais apresentam grande fragilidade e necessitam de especial preservação. Hoje a visitação é feita de forma indiscriminada, quanto mais visitante melhor, aumentando o risco de deterioração e inviabilizando o turismo.

Um ponto negativo identificado foi a baixa pontuação da infraestrutura dos atrativos, muitas cachoeiras não possuem restaurantes, lanchonetes nem banheiros, o acesso muitas vezes difícil e precário de alguns atrativos pode até inviabilizar a exploração turística do mesmo. Na visita *in loco* foi constatado que muitos atrativos não possuem placas identificadoras fazendo como que o acesso seja bastante difícil. Esse fator pode ser um problema na ocasião da estruturação de roteiros turísticos.

A pesquisa qualitativa feita com representantes de três comunidades locais mostrou que apesar de não terem participado de nenhum debate sobre o turismo na cidade de Presidente Figueiredo os respondentes tem interesse de no futuro participarem da cadeia turística. Todos possuem membros e/ou conhecidos que já trabalham diretamente com o turismo. Visitam de forma periódica alguns atrativos da região em dias de menor fluxo de turistas e conhecem poucas iniciativas no município com o objetivo de resgatar a cultura e as tradições locais.

Portanto, vale ressaltar que Presidente Figueiredo tem um alto potencial para o desenvolvimento do turismo, ou seja, tem condições favoráveis para atrair uma demanda turística, pois é por meio de um planejamento adequado que a cidade pode alcançar a exploração do turismo do modo sustentado destinado a satisfazer essa procura.

Espera-se que este trabalho contribua de alguma maneira, para o estabelecimento do posicionamento competitivo do turismo na cidade de Presidente Figueiredo bem como para os órgãos competentes e fomentadores da atividade turística na região visto que os resultados da matriz de hierarquização aplicada podem auxiliar no planejamento de suas ações. Observou-se tanto pela matriz de hierarquização quanto pela entrevista que o as comunidades locais ainda não fazem parte e nem se beneficiam da exploração do turismo no município.

O presente estudo concentrou-se em valorar os atrativos naturais do município de Presidente Figueiredo razão pela qual os resultados obtidos por meio da matriz de hierarquização não devem servir de parâmetro para outros municípios do Estado do Amazonas.

Considerando a necessidade de ampliação de estudos sobre a potencialidade turísticas dos municípios do Amazonas, recomenda-se a realização de outros trabalhos acerca do tema. A comunidade acadêmica poderia se dedicar a pesquisar:

- A hierarquização dos atrativos turísticos do município de Presidente Figueiredo;
- Verificar a efetividade de campanhas educativas visando o esclarecimento das comunidades locais sobre a importância do turismo como agente fomentador de divisas para a região e a melhoria da qualidade de vida;
- A viabilidade da elaboração de um plano de preservação e conservação do patrimônio natural;
- Possíveis focos de turismo de base comunitária para o envolvimento dos moradores locais na turistificação organizada do município de Presidente Figueiredo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, J. S. Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**. São Paulo: EDUSC, 2002.

ALECRIM, J.D; CARMO,M.R; SILVA, A.C. **Estudos do geo-ambiente e dos atrativos turísticos da cachoeira do santuário e área de influência a montante – projeto santuário – fase I**. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa: EDUFPB, 2003. Disponível em <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/meioambiente/geo.pdf>
Acesso em: 30.jun.2010.

ARAÚJO, S. M. de. Artífício e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI JÚNIOR, A., BARRETO, M. (Orgs.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papirus, 2001.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L.. **Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento**. Revista Turismo Visão e Ação. v.10, nº 03, 2008 p. 357 – 378.

AVIGHI, C. Turismo, globalização e cultura, In: LAGE, B; MILONE, P. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

ÁVILA, V.F. *et al.* **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2001.

BADARÓ, R.A.de M. **Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior**. São Paulo: Senac, 2003.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2003.

BASTOS, A. L. P.; KAWAMIOTO, C. T. **A Degradação ambiental do turismo de massa na Amazônia**. Curitiba: ENGEMA, 2007.

BAIDAL, J. A. I. **Tourism planning in Spain: evolution and perspectives**. *Annals of Tourism Research*, 31(2), p. 313–333, 2004.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARBOSA, L. M.; SOUZA NETO, G.F; CORIOLANO, L. N. M. **Turismo comunitário versus turismo globalizado: o caso da praia do batoque, aquiraz, ceará**. IN: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza, 2008. Disponível em <<http://http://www.cdvhs.org.br/sispub/imagdata/1893/sits/files/TURISMO%20COMUNITARIO%20VERSUS%20TURISMO%20GLOBALIZADO.pdf>> Acesso em 10.abr.2010.

BENI, M. C **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2004.

BIGNAMI, R. V. de S. **A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. São Paulo: Aleph, 2002.

BOULLÓN, R.C. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru:EDUSC, 2002.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2003.

BRAGA, D. C. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Programa de regionalização do turismo. **Roteirização turística**. Módulo operacional 7. Brasília: 2007.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília: SNPT-MTur, 2005.

_____. Sol e praia: orientações básicas. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Orientacoes_Basicas.pdf> Acesso em 10.jan.2011.

BRITO, Brígida. **O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável**. In. IV Congresso Português de Sociologia. 2003. Disponível em <<http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo0y%20antropologia%20social/turista%20e%20o%20viajante.pdf>> Acesso em 28.fev. 2010.

BRUSADIN, L. B. **Política e Planejamento do Turismo**. In: IX Encontro de Pesquisadores do UniFacef, 2008, Franca. II Fórum de Estudos Multidisciplinares. Franca: UniFacef, 2008. Disponível em <<http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Leandro%20Beneditini%20Brusadin.pdf>> Acesso em: 27.fev.2010.

BUHALIS, D. **Marketing the competitive destination of the future**. *Tourism Management*, 21, 97-116, 2000.

BURNS, P. M. **Tourism planning: A third way?** *Annals of Tourism Research*, 31(1), p. 24-4, 2004.

BURSZTYN, I. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. Dissertação de Mestrado. Programa de Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ – COPPE, 2005. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Ivan%20Bursztyn%20-%20tese%20completa.pdf>> Acesso em 01.mai.2010.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 12.dez.2009.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante no século XX**. 8 ed. Caxias do Sul: Educs, 2001.

CASTRO, C. **Narrativas e Imagens do turismo no Rio de Janeiro**. In: VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTROGIOVANNI, A.C; PIMENTEL, M.R. Elementos para um entendimento do turismo a partir da categoria paisagem. XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Rio de Janeiro, Niterói, 2010. . Disponível em <http://eventos.uff.br/entbl2010/sites/default/files/6__TURISMO_E_INCLUSAO_SOCIAL.pdf> Acesso em 25.mai.2010.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe- CEPAL. (Publicação das Nações Unidas). Santiago, 2007. Disponível em <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/29161/LC-W126.pdf>> Acesso em: 01.dez.2010.

CELENTANO, D; VERÍSSIMO, A. **O avanço da fronteira na Amzônia: do boom ao colapso**. Belém: Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, 2007. Disponível em <http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/EdAind02_boomcolapso.pdf> Acesso em 01. dez. 2010.

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do estudo de caso (*case studies*) ou método do caso (*teaching cases*)? uma análise dos dois métodos no ensino e**

pesquisa em administração. REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo - Brasil, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2005. Disponível em <http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/cesar_-metodo_do_estudo_de_caso_-_administracao.pdf> Acesso em 24.mai.2010.

CHAGAS, M. M. das. **Imagem de destinos turísticos: Uma discussão teórica da literatura especializada**, Revista Turismo Visão e Ação, v.10, n.3, p.435-455, set-dez, 2008.

CHAGAS, M. M. das; DANTAS, A. V. S. **A imagem do Brasil como destino turístico nos websites das operadoras de turismo européias**. Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica, v.IV, n.2, jun.,2009. Disponível em < <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/1564>> Acesso em 26.nov.2009.

CHAGAS, A.C. *et al.* **Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) em uma vila de exploração de minérios - Pitinga, município de Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v9n2/05.pdf>> Acesso em 17. dez.2010.

COOPER *et al.* **Turismo: princípios e práticas**. Trad. Alexandre Salvaterra. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORBIN, A. (Org.). **A história dos tempos livres**. Lisboa: Teorema, 1991.

CORIOLOANO, L. N. M. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. In: ARROYO, Mônica; LEMOS, Amália Inês Geraides; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). América Latina: Cidade, campo e turismo . São Paulo: USP, 2006.

_____. **O turismo comunitário e a economia solidária no CEARÁ**. II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza: Instituto Terramar, 2008. Disponível em <http://www.cdvhs.org.br/sispub/image-ata/1893/sits/files/O%20TURISMO%20COMUNIT%20C3%81RIO%20E%20A%20ECO>

NOMIA%20SOLID%C3%81RIA%20NO%20CEAR%C3%81.pdf> Acesso em 23. ago.2010.

_____. A exclusão e a inclusão social e o turismo. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. v. 3, n. 2, 2005. Universidad de La Laguna. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/881/88130208.pdf>> Acesso em 25. ago. 2010.

CUNHA, Licínio. **Economia e política de turismo**. Alfragide: McGraw-Hill, 2000.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DE MASI, D. **Criatividade e grupos criativos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DEPREST, F. **Inquérito sobre o turismo de massa, a ecologia face ao território**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

DIAS, R. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DI RONÁ, R. **Transporte no turismo**. São Paulo: Manole, 2002.

ECHTNER, C. M.; RITCHIE, J. R. B. **The measurement of destination image: an empirical assessment.** Journal of Travel Research, vol. 31, n.4, p.3-13, 1993.

----- . **The meaning and measurement of destination image.** The Journal of Tourism Studies. Vol. 14, n. 1, p. 37-47, 1991.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDEZ, F. L; HAULOT, A. A. **Teoria e técnica do turismo.** Madrid: Nacional, 1977.

FERREIRA, L. F., COUTINHO, M. C. B. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia.** Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002.

FIGUEIREDO, S.L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia.** Belém: UFPA, 1999.

FRANÇA, J.P; CRUZ,S.H.R. **Formatação de roteiros alternativos na região metropolitana de Belém-Pará.** XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Rio de Janeiro, Niterói, 2010. Disponível em <[http:// http://eventos.uff.br/entbl2010/sites/default/files/6__TURISMO_E_INCLUSAO_SOCIAL.pdf](http://eventos.uff.br/entbl2010/sites/default/files/6__TURISMO_E_INCLUSAO_SOCIAL.pdf)> Acesso em 22.jun.2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLARZA, M. G.; GARCIA, H. C.; SAURA, I. G. **Destination image: towards a conceptual framework.** Annals of Tourism Research, vol. 29, n. 1, p. 56-78, 2002.

GALLARZA, M. G.; GIL, I.; CALDERON, H. **Destination image: Towards a conceptual framework.** Annals of Tourism Research, v. 29, n.1, p. 56-78, 2002.

GARCIA, D.S; BAHL, M. **Campo grande: identidade cultural e imagem turística.** XI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niterói, 2010. . Disponível em <[http:// http://eventos.uff.br/entbl2010 /sites/default/files/6__TURISMO_E_INCLUSAO_SOCIAL.pdf](http://eventos.uff.br/entbl2010/sites/default/files/6__TURISMO_E_INCLUSAO_SOCIAL.pdf)> Acesso em 30.mai.2010.

GARRIDO, I. M. D. Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes. IN: RUSCHMANN, D.V; SOLHA, K. (Orgs.) **Planejamento turístico.** Barueri: Manole, 2006.

GIBBON, E. **Declínio e queda do Império Romano.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOELDNER, C.R; RITCHIE, J.R.B; McINTOSH, R.W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias.** Trad. Roberto Cataldo Costa. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUNN, C.A; VAR, T. **Tourism and planning: basics concepts cases.** 4.ed. New York: Routledge, 2002.

HAAS, K.E. **Espaços abertos: indicadores da apropriação interna e adaptação dos usos do entorno.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HALL, M. C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HAYASHI, S. *et al.* **Boletim Transparência Florestal - Agosto de 2010.** Belém: Imazon, 2010. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br>>. Acesso em: 14. jan.2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010 Cidades@. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 01.dez.2010

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

IMAZON. **A Amazônia e os objetivos do milênio**. Belém: IMAZON, 2010. Disponível em: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/a-amazonia-e-os-objetivos-do-milenio-2010/17003710_sustentabilidade-pdf> Acesso em: 12 de jan. 2011.

IRVING, M. A. Reinventando a Reflexão sobre Turismo de Base Comunitária: Inovar é possível? IN: BARTHOLO, R.; GRUBER, SANSOLO; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 29.nov. 2009.

IRVING, M. de A et *al.* **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, n° 4, 2005.

JULES, S. **Sustainable tourism in St. Lucia. a sustainability assessment of trade and liberalization in tourism services**. Canada: International Institute for Sustainable Development, 2005. Disponível em <http://http://www.tradeknowledgenetwork.net/pdf/tkn_tourism_stlucia.pdf> Acesso em 02.abr.2010.

JUNK, W.J; MELLO, J. A. S. N. de. **Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira**. Estud. av. [online]. 1990, ol.4, n.8, pp. 126-143. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S01030141990000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 10.dez.2010.

KOTLER, P; GERTNER, D. **O marketing estratégico de lugares**. Revista HSM *Management*, 44, maio-junho, p.62, 2004.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

KING, B.; MCVEY, M.; SIMMONS, D. **A societal marketing approach to national tourism planning: Evidence from the South Pacific**. *Tourism Management*, n°.21, v.4, p. 407–416, 2000.

LAGE, B.H.G; MILONE, P.C. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEAL, R.E.da S. O turismo desenvolvido em território indígenas sob o ponto antropológico. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 12.dez.2009

LEMOS, L.A. Turismo e as informações de mercado: o enfoque na demanda. In: CASTROGIOVANNI, A.C; GASTA.S (Orgs.). **Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística**. Porto Alegre: Dos Autores Editora, 1999.

LIMA, R. P.; AYRES, A. R.; BARTHOLO JR., R. S. **Turismo de base comunitária sob a perspectiva dos sítios simbólicos de pertencimento: O caso da Praia do Sono**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO. Curitiba: OBSTUR/UFPR: Universidade Positivo, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/edt/upl/gt3b.pdf>> Acesso em 04.abr.2010.

LIU, A.; WALL, G. **Planning tourism employment: a developing country perspective**. *Tourism and Management*, n.27, p.159-170, 2006.

LUZZI, J. In **Michelangelo's shadow: the mystery of modern Italy**. Recorded Books, 2010. Disponível em <[http:// http://www.recordedbooksinc.com/courses_pdf/UT167.pdf](http://www.recordedbooksinc.com/courses_pdf/UT167.pdf)> Acesso em 20.ago.2010.

LIU, A; WALL, G. **Planning tourism employment: a developing country perspective.** *Tourism Management*, n°, 27, p.159–170, 2006.

MAGALHÃES, C.F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 12.dez.2009.

MATIAS, M. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas.** 2.ed. São Paulo:Manole, 2002.

MARQUES, P. C. L. Turismo Alternativo no Pátio de São Pedro: Estabelecimento de Relações entre Turistas e Manifestações Culturais Pernambucanas. In: BAHL, M., MARTINS, R. C. R.; MARTINS, S. F. **O Turismo como força transformadora do Mundo Contemporâneo.** São Paulo: ROCA, 2005.

MARTIN, A.G. de M.S.**O negócio da comunicação em turismo: cluster no núcleo de turismo da Editora Abril.** Dissertação de mestrado. Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. São Bernardo, 2009.

MEIRELES FILHO, J. **O livro de ouro da Amazônia.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MENDONÇA. M.C.T. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?** 192 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – UFRJ, Programa EICOS/IP. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em

http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/teresacr istinamen donca.pdf> Acesso em: 07.jan. 2010.

_____. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. IN: BARTHOLO,R.;GRUBER, SANSOLO; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 30.set. 2009.

MENDONÇA, T.C; IRVING, M de A. **Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE)**. Caderno Virtual de Turismo, vol.4, n.4, 2004. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=68>> Acesso em 3. out. 2009.

MERLOTTI, C. **Hospitalidade presente no Turismo Social, à luz das Políticas Públicas de Inclusão**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação, 2007. Disponível em <http://www.cidadesp.edu.br/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2007/carla_merlotti.pdf> Acesso em: 22.jan.2010.

MIRANDA, E. E. de. **Quando o Atlântico corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia**. Petrópolis:Vozes,2007.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: EDUSC, 2005.

MOURÃO, M. **A água mineral e as termas: uma história milenar**. São Paulo, ABINAM. 1997.

MÜLLER, A.J;CARVALHO, A. de S. **Uso de produtos CERBS para o zoneamento geoambiental de Presidente Figueiredo, no Amazonas**. XII

Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Natal: SBSR, 2009. Disponível em <[http:// www.obt.inpe.br/cbers/cbers_XIISBSR/636_Trabalho %20Simposio_sensor.pdf](http://www.obt.inpe.br/cbers/cbers_XIISBSR/636_Trabalho%20Simposio_sensor.pdf)> Acesso em 30.nov.2010.

OLIVEIRA, A.M de. **Planejamento participativo como instrumento de desenvolvimento turístico responsável**. Caderno Virtual de Turismo, vol.8, nº 3, 2008. Disponível em <[http:// www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include /getdoc.php?id=1093...](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=1093...)> Acesso em 02.mai.2010.

OLIVEIRA, A. P. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2005.

O'NEIL, I. British travellers' image perspectives of Brazil as a tourism destination. Disponível em: < www.ebape.fgv.br >. Acesso em: 10.nov.2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. (tese de doutorado). UNESP - Programa de Pós-Graduação em Geografia: Presidente Prudente, 2003.

PAIXÃO, D. L. D. 1930 - 1945 A verdadeira Belle Époque do turismo brasileiro: o luxo e os espetáculos dos hotéis-cassinos imperam na era getulista. In: Luiz Gonzaga Godoi Trigo. (Org.). **Análise Regional e Global do Turismo**. São Paulo: ROCA, 2005.

PEREIRA, A. Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana: Fortaleza em Aquiraz**. Dissertação de Mestrado. 157 f. Departamento de Geografia da UFC. Fortaleza, 2006. Disponível em <[http:// www.cipedya.com/web/File Download .aspx?IDFile=157857](http://www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=157857)> Acesso em 29. jun. 2010.

PEARCE, P. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisas e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: Senac, 2002.

PEREIRA, R.M.F. do A.; BOEHM, S.M. **Ferrovia das bromélias: revitalização de um trecho da estrada de ferro Santa Catarina – resgate cultural e turismo**. In: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K.T. Planejamento turístico. Barueri: Manole, 2006.

PETERSEN, P. Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In: PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. (Orgs.) **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: ASPTA/ Actionaid Brasil, 1999.

PIKE, S. Destination image analysis: a review of 142 papers from 1973 to 2000. **Tourism Management**, vol.23,p541-549, 2002.

PETROCCHI, M. **Marketing para destinos turísticos: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2004.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PIRES, M. S. **Turismo e pós-modernidade: teoria, cultura e sustentabilidade**. Dissertação. Mestrado Profissional em Turismo. 142p. Universidade de Brasília – UNB, 2009. Disponível em: <hdl.handle.net/10482/4347> Acesso em: 14.jan.2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO/ PMPF. Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente. Diagnóstico Ambiental, Zoneamento e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Urubuí – APA URUBUÍ. Presidente Figueiredo: Agro Ambiental - Consultoria e Projetos Ltda: 2000.

RAUCH, A. **As férias e a natureza revisitada**. In: CORBIN, A. História dos tempos livres. Lisboa: Teorema, 2001

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKI, M; SOLHA, K.T. Turismo em um cenário de mudanças. In:

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

ROCHA, S. S., **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Engenharia de Produção - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro: COPPE, 2003.

ROSE, A. T. de. **Turismo: planejamento e marketing**. São Paulo: Editora Manole, 2002.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente**. 13.ed. Campinas: Papyrus, 2006.

RUSCHMANN, D. ; WIDMER, G. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M. **Turismo: como aprender como ensinar**. vol. 2. São Paulo: Senac, 2000.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**. Vol.22 n.44, São Paulo, 2002 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14001.pdf>

SAMPAIO, C. A. C. *et al.* Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**, v.10, p.288 - 301, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO; L.N. **Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 3, n. 1, p. 4-24, abril 2009.

SANSOLO, D.G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de base Comunitária: diversidade**

de olhares experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 12.dez.2009.

SANTOS, T.M.B.B. **Turismo e campesinato:** embates ideológicos e culturais em Colombo. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05022010-120056/>> Acesso em 18.fev.2010.

SANTOS, C. A. de J; CAMPOS, A. C. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. In: CORIOLANO, L. N. M.T; LIMA, L.C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003.

SEABRA, G. **Turismo de base local:** identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: UFPB, 2007.

SDS. Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Roteiro para a elaboração de planos de gestão para as unidades de conservação estaduais do Amazonas.** Manaus: 2006. (Série Técnica meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, n. 12).

SDS/ CEUC. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. 2010. Disponível em <<http://www.sds.am.gov.br>> Acesso em 01.dez.2010.

SERRA, M. A; FERNÁNDEZ, R. G. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo, Economia e Sociedade,** Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Estado. **Orientações para gestão do turismo municipal.** Curitiba: 2005.

SILVA, D.M. Investigação do potencial para o espeleoturismo na região da Serra do Iuiu – BA. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**. Campinas. Sociedade Brasileira de Espeleologia: SeTur/SBE: 2009. Disponível em: <<http://www.sbe.com.br/turismo.asp>> Acesso em: 10.jan.2011.

SILVA, C.A. **Análise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de brotas: proposta metodológica**. Tese de doutorado. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000399237>> Acesso em 18.fev. 2010.

SILVA, A.M.T. da S. **Turismo social e políticas públicas: estratégias de otimização para o SESC–Triunfo (PE)**. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, 2008.

SILVA, K.T.P; RAMIRO, R.C; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Coord). **Turismo de base Comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em <<http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286&ws=0>> Acesso em 12.dez.2009.

SIMEÃO, D.L. **Combinações de destinos internacionais: criando complementaridade em atrativos turísticos**. In: VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste. Cuiabá: INTERCOM, 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2007/resumos/R0045-1.pdf>> Acesso em: 01.mar.2010.

SILVEIRA JÚNIOR, W.J;BOTELHO, E.S. **Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da cooperativa de ecoturismo de Guaraqueçaba (PR)**. XI Encontro Nacional de

Turismo com Base Local – ENTBL. Niterói: 2010. Disponível em <http://eventos.uff.br/entbl2010/sites/default/files/6__TURISMO_E_INCLUSAO_SOCIAL.pdf> Acesso em 30.mai.2010.

SMOLLETT, T.G. **Travels through France and Italy**. Illinois: The Marlboro Press/ Northwestern, 1997. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=R2csLoCev3YC&printsec=frontcover&dq=SMOLLETT,+Thobias.&source=bl&ots=MRU37G64uc&sig=-0ureq9JxIvTsupQKiRjG83KDv0&hl=pt-BR&ei=ZO5GTZDjOMKblgfBueEr&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=8&ved=0CE8Q6AEwBw#v=onepage&q=grand&f=false> Acesso em 12.out.2010.

SOLHA, K.T *et al.* **Estâncias turísticas do estado de São Paulo: apontamentos históricos sobre suas origens, situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo: UAM, 2010. Disponível em <<http://eventos.univerciencia.org/turismoindex.php/seminANPTUR/2010/.../317>> Acesso em 20.nov.2010.

SOUZA, A. M.; CORRÊA, M. V. M. **Turismo – Conceitos, definições e siglas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 2.ed. Trad. Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000. 140p. (Série Turismo).

TELES, R.M. de S.; PERUSSI, R. F. . **A importância da comunicação para a consolidação da imagem do produto turístico São Paulo**. *Communicare* (São Paulo), v. 7, p. 123-134, 2007.

TRIGO, L.G. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo: ALEPH, 2003.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3.ed. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: SESC, 2001.

VANDERLEI, R. **Amazônia: uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo: Ícone, 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, F.W.; COSTA, D.P. **Núcleos urbanos e o pólo industrial de Manaus: análise geo-histórica das cidades de Presidente Figueiredo (AM) e Pacaraima (RR)**. XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: ENG, 2010. Disponível em <[http:// ww.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=896](http://ww.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=896)>. Acesso em 10.dez.2010.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países**. Rio de Janeiro: SENAC, 2008.

WAINBERG, J.A. O movimento turístico: olhadelas e suspiros em busca da singularidade alheia. In: GASTA.S; CASTROGIOVANNI, A.C; (Orgs.). **Turismo na pós-modernidade (des)inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 152p. (Coleção Comunicação, 25).

WORLD WILDLIFE FOUNDATION. **Turismo Responsável: Manual para Políticas Públicas**. Brasília: WWF, 2004.

_____. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF, 2003. Disponível em <<http://www.bio-nica.info/biblioteca/Santos2003ManualEcoturismoComunitario2.pdf>> Acesso em 30.nov.2010.

YASOSHIMA, J. R; OLIVEIRA, N. da S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo, Aleph, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAOUAL, H.: **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo, Cortez, 2003.

ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C. A. C. **Pensando o conceito de turismo comunitário a partir das experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha**. Anais do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza, 2008.

APÊNDICE A
MODELO DE INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO PARA OS
LÍDERES COMUNITÁRIOS

1. Você já foi questionado pelo órgão de turismo local sobre o que pensa da atividade turística em Presidente Figueiredo?

2. Participa de reuniões, fóruns e/ou treinamentos voltados para o turismo do município? Caso negativo, gostaria de participar de reuniões voltadas a discussão do turismo na localidade?

3. Você, ou algum membro da sua família tem alguma ocupação relacionada com o turismo?

4. Na sua opinião, o turismo pode melhorar o desenvolvimento da região?

5. Há alguma iniciativa para apoiar a conservação, valorização e resgate da cultura, tradições e lugares tradicionais? Por parte de quem? Quais?